

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 24 . 2024

iu

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 24 • 2024

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

José Oliveira Martins

COORDENAÇÃO DO DOSSIER TEMÁTICO

Clara Isabel Serrano e Carlos Manuel Faísca

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Sampaio da Nóvoa

Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação

António Pedro Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

António Rafael Amaro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Economia

António Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Carlos Camponez

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Carlos E. Pacheco Amaral

Universidade dos Açores, Centro de Estudos Interdisciplinares

Didier Francfort

Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente

Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins

Universidade de Brasília

Fernando Matos Oliveira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Joana Brites

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Paulo Avelás Nunes

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

João Rui Pita

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Farmácia

Joaquim Ramos de Carvalho

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Juan Antonio Rodríguez Sánchez

Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Maria Emília da Costa Prado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Isabel Festas

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Mariano Esteban de Vega

Universidad de Salamanca

Mário Mesquita

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Sara Dias-Trindade

Universidade do Porto, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Sérgio Dias Branco

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares,
Faculdade de Letras

Sérgio Neto

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

COMISSÃO EXTERNA DE ACONSELHAMENTO CEIS20

Alain Musset (Institut Universitaire de France)

Claire Birchall (King's College London)

Diana Gonçalves Vidal (Universidade de São Paulo)

Georgina Born (University College London)

Julio Perez Serrano (Universidad de Cádiz)

Olalla Lopez Costas (Universidade de Santiago de Compostela)

Olga Pombo (Universidade de Lisboa)

A Revista *Estudos do Século XX* é uma revista com
arbitragem científica e disponível em *Open Access*
(<http://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx>)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

António Ventura e Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDAÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade
de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: publicacoes.ceis20@uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 24 • 2024

iu

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia da Capa

Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação

Pedro Bandeira

Impressão e acabamento

Artipol

Periodicidade

Anual

ISSN 1645-3530

ISSN DIGITAL 1647-8622

DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_24

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities – ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UIDB/00460/2020

<https://doi.org/10.54499/UIDB/00460/2020>

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

Índice

NOTA DE APRESENTAÇÃO | INTRODUCTORY NOTE

Clara Isabel Serrano & Carlos Manuel Faísca	11
---	----

ARTIGOS | ARTICLES

Ditadura e (Contra)Revolução | Dictatorship and (Counter)Revolution

Michael Lowy, Le romantisme révolutionnaire au 20 siècle. Ernst Bloch, surréalisme, situationnisme, ecosocialisme

Revolutionary Romanticism in the 20th Century. Ernst Bloch, surrealism, situationism, ecosocialism	21
--	----

Richard Bosworth, Hard power and soft power in the reality and the memory of Mussolini's Italy

<i>Hard power e soft power</i> na realidade e na memória da Itália de Mussolini	37
---	----

Giuseppe Finaldi, 'It is a Fascist Empire'. Some points of discussion on the nature of Italy's colonialism during the Fascist period

É um Império Fascista". Alguns aspetos para discussão sobre a natureza do colonialismo italiano durante o período fascista	57
--	----

Michel Cahen, 7-10 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques (Moçambique). Uma tentativa de independência branca?

7-10 September 1974 in Lourenço Marques (Mozambique). An attempt at white independence?	71
--	----

Sergio Riesco Roche, Reformas agrarias en Europa y América Latina: ¿motor del cambio social o asignatura pendiente? Un panorama comparativo desde el siglo XX corto

Land reforms in Europe and Latin America: social change's driver or pending subject? A comparative overview since the short XXth century	93
--	----

ENSAIOS | ESSAYS

Rui Bebiano, Coimbra 1971-1974: resistência estudantil e contracultura

Coimbra 1971-1974: student resistance and counterculture	109
--	-----

António Pedro Pita, Revolução e Dischronia

Revolution and Dyschrony	119
--------------------------------	-----

RECENSÃO | REVIEW

Daniel Florence Giesbrecht, Lília Moritz Schwarcz – Imagens da Branquitude:

A Presença da Ausência	127
------------------------------	-----

NOTA DE APRESENTAÇÃO

INTRODUCTORY NOTE

Ideologia, Revolução, Resistência: reflexões sobre o século XX nos 50 anos do 25 de Abril

Os 50 anos do 25 de Abril, celebrados ao longo de 2024, marcam um momento histórico de grande relevância para Portugal, não apenas como uma oportunidade para refletir sobre o passado recente, mas também para pensar o futuro da democracia portuguesa. A Revolução dos Cravos pôs termo a quase cinco décadas de ditadura em Portugal, quer estabelecendo liberdades fundamentais e a democracia, quer dando início a uma nova era política, económica, social e cultural do país. A comemoração do cinquentenário sublinha, pois, a importância dos valores conquistados nesse momento: a liberdade de expressão, a igualdade, a justiça social e os direitos humanos. Outro aspeto fundamental da celebração dos 50 anos é o reconhecimento do impacto do 25 de Abril na projeção internacional de Portugal. A revolução permitiu o fim das guerras coloniais/lutas de libertação, a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa e, em pouco mais de uma década, a integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, reforçando o papel do país no contexto internacional.

Contudo, o cinquentenário também convida a uma reflexão sobre os desafios que a democracia portuguesa enfrenta atualmente, como a necessidade de combater as desigualdades, garantir a participação cívica e resistir a retrocessos populistas. Assim, a celebração de Abril não se limita a um simples olhar sobre o passado, mas representa também um compromisso com o futuro democrático de Portugal, sublinhando a relevância de revisitar experiências autoritárias, como a do fascismo italiano, e, portanto, constituindo um desafio de renovação historiográfica.

Neste contexto, o Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20) não podia deixar de, neste número da Revista *Estudos do Século XX*, refletir sobre as conquistas e os desafios da Revolução dos Cravos. Os textos que compõem este número exploram, sob diferentes prismas, os impactos de ideologias, movimentos sociais, culturais e políticos na construção de narrativas históricas e na transformação das sociedades ao longo do século XX, tendo presente os seguintes binómios: ideologias revolucionárias e transformações sociais; autoritarismo e colonialismo; resistência e luta(s) pela mudança.

Assim, os cinco artigos que compõem este número da revista *Estudos do Século XX*, escritos em quatro idiomas diferentes que refletem uma igual diversidade nacional de autores e de perspetivas historiográficas, abordam os binómios acima enunciados, enquadrando-os e problematizando-os sob o signo da revolução como locomotiva (ou não) da História, para retomar o debate do historiador Enzo Traverso a partir da famosa expressão de Marx. Deste modo, em “Le Romantisme Révolutionnaire au 20 Siècle. Ernst Bloch, surréalisme, situationnisme, ecosocialisme”, Michael Löwy (*Centre National de la Recherche Scientifique*, França) examina o romantismo revolucionário como uma visão do mundo que transcende o movimento literário do século XIX, oferecendo uma análise cultural e política crítica da modernidade capitalista. Ou seja, *este* romantismo opõe-se ao utilitarismo e à racionalização, defendendo valores qualitativos e comunitários. Na verdade, a sua expressão no século XX pode ser descortinada em figuras e movimentos como Ernst Bloch, o surrealismo, o situacionismo e o ecossocialismo.

Por seu turno, os dois textos seguintes, versando a Itália de Mussolini, não deixam de apontar para os estudos de George L. Mosse, o qual, ao procurar uma teoria que unificasse as diferentes leituras sobre o conceito de fascismo e os fascismos históricos, empreendeu uma discussão através do seu potencial “revolucionário”. Numa palavra, se procurou mimetizar este ou aquele elemento dos legados revolucionários de 1789 e 1917, ou se, pelo contrário, teria procurado a rutura associada aos processos revolucionários. Ora, Richard Bosworth (*Oxford University*, Reino Unido), em “Hard power and soft power in the reality and the memory of Mussolini’s Italy”, explora o complexo legado do governo de Benito Mussolini em Itália, salientando a inter-relação entre o poder coercivo e o poder persuasivo ao longo da sua ascensão e queda. Dá ainda conta da trajetória póstuma de Benito Mussolini, mostrando como o seu lugar de sepulcro, em Predappio, converteu-se num lugar de memória dos apoiantes do ditador italiano, para fazer uso da terminologia de Pierre Nora. De qualquer forma, a narrativa de Bosworth acentua a natureza heterogénea da sociedade italiana durante e após a guerra, dividida entre os adeptos do nazi-fascismo, os membros da Resistência e uma maioria mais ou menos indiferente. Além disso, analisa as ramificações das ideologias de Mussolini – fascismo, totalitarismo, corporativismo – e a sua relevância na atualidade, com o recrudescimento da direita radical.

Articulando a ligação com outro vetor do regime de Mussolini, o autor Giuseppe Finaldi (*University of West Australia*, Austrália), em “‘It is a Fascist Empire’. Some points of discussion on the nature of the Italy’s colonialism during the Fascist period”, reflete sobre a conquista da Etiópia em 1935-1936. Promovida por Mussolini – “bâtisseur de l’avenir”, segundo Homem Christo Filho – esta fundação de um “império fascista” seria, a um tempo, avatar do império romano e símbolo da transformação da sociedade italiana sob o *fascio*. O autor não apenas integra o colonialismo italiano no contexto colonial da época, mas de igual modo compara esta experiência com outros períodos da Itália contemporânea, como é o caso do liberalismo. Por fim, analisa as características essenciais do “império fascista” italiano.

Por seu lado, Michel Cahen (*Centre National de la Recherche Scientifique*, França), em “7-10 de setembro de 1974 em Lourenço Marques (Moçambique). Uma tentativa de independência branca?”, passa em revista a revolta de parte da população de Maputo contra os Acordos de Lusaka, que transferiam o poder para a FRELIMO. A revolta, heterogénea, oscilou entre a indignação por falta de consulta popular e as ações violentas de grupos radicais, que cometeram massacres nos bairros periféricos. Esses atos conduziram à reação da população negra, que poderia ter resultado num novo massacre, depois evitado pela intervenção das tropas portuguesas e pela FRELIMO. Ao que tudo indica, o movimento do 7-10 setembro não buscava uma independência inspirada no modelo da Rodésia, mas almejaria antes o velho sonho de criar um “Novo Brasil” em África.

Por último, a reforma agrária, um tema secular na história mundial, manteve-se central ao longo do século XX, moldando as formas de acesso à terra nas zonas rurais, num período em que muitas economias ainda apresentavam uma estrutura agrária predominante. Destacam-se duas grandes ondas reformistas: a de 1918, impulsionada pelas revoluções russa e mexicana na Europa Central e Oriental; e a de 1945, abrangendo a América Latina, África e Ásia, com resultados desiguais. Casos como o de Espanha,

nos anos 1930, e o de Portugal, após o 25 de Abril, ilustram exceções. Embora frequentemente vistas como radicais, as reformas agrárias ibéricas foram, de acordo com Sergio Riesco Roche (*Universidad Complutense de Madrid*, Espanha) em *Reformas agrarias en Europa y América Latina: ¿motor del cambio social o asignatura pendiente? Un panorama comparativo desde el siglo XX corto*, maioritariamente moderadas, promovendo a transição para uma agricultura capitalista integrada na globalização.

Este número inclui ainda dois ensaios. O primeiro, da autoria de Rui Bebiano (Universidade de Coimbra), com o título “Coimbra 1971-1974: resistência estudantil e contracultura”, aborda como, no final do Estado Novo, o movimento estudantil universitário em Portugal se intensificou na oposição ao regime, especialmente após a crise académica de 1969. Além disso, o período entre 1971 e 1974 caracterizou-se por uma radicalização política, que exigia novas formas de organização, uma repressão policial mais intensa e uma articulação nacional, consolidando uma cultura de resistência à ditadura e às Guerras Coloniais.

O segundo, da autoria de António Pedro Pita (Universidade de Coimbra), intitulado “O ‘Dia Inicial’ e a Discronia. Revolução e Movimentos Sociais”, glosando Sophia de Mello Breyner Andresen, contribui decididamente para este esforço coletivo de pensar o 25 de Abril. Assim, num primeiro momento, incide a sua grelha de análise nas categorias de “revolução” e de “transição”, enquanto modos específicos de ocorrência e de representação da mudança política. Num segundo tempo, o ensaio de Pita sublinha as características e os limites da noção de tempo que é inerente às categorias de “revolução” e de “transição”, não se devendo aqui perder de vista as reflexões do já mencionado Traverso. Por último, num terceiro momento, o autor interroga a hipótese de o 25 de Abril, pelas condições concretas da sua ocorrência, poder constituir um *laboratório conceptual*, onde seja possível fazer a experiência política e teórica de *mutações estruturais* da lógica de transformação política.

Em síntese, todos estes títulos apontam para o confronto entre sistemas de poder (autoritários, fascistas e colonialistas) e os esforços de resistência e de transformação social, destacando a interação entre ideologias, memória histórica e movimentos sociais no século XX, em face do ideário da revolução.

Coimbra, 16 de dezembro de 2024
Clara Isabel Serrano & Carlos Manuel Faísca

Ideology, Revolution, Resistance: A look back on the 20th Century on the 50th Anniversary of the Carnation Revolution

The 50th anniversary of the Carnation Revolution, celebrated throughout 2024, gives us a perfect opportunity to look back on the Portuguese recent past and also to discuss the future of the Portuguese democracy. The Carnation Revolution put an end to nearly five decades of dictatorship in Portugal, establishing fundamental freedoms and democracy while opening a new political, economic, social, and cultural era for the country. Commemoration of this milestone highlights the importance of the new values gained, such as freedom of expression, equality, social justice, and human rights. Another key aspect of the 50th-anniversary celebration is recognizing the impact of April 25th on Portugal's international projection. The revolution put an end to the colonial wars, set in motion the processes of independence among the Portuguese-speaking African countries, and, within a little over a decade, led to Portugal's integration into the then-European Economic Community, reinforcing the country's role globally.

This anniversary also invites us to reflect on the challenges that the Portuguese democracy faces today, such as combatting social inequalities, ensuring civic participation, and resisting populist threats. Thus, the commemoration of April is not merely a look back at the past, but also a commitment to Portugal's democratic future, highlighting the relevance of revisiting authoritarian experiences such as Italian fascism, while also posing a challenge for historiographical renewal. So that has been the motivation behind the thematic issue of *Revista Estudos do Século XX*, published by the Centre for Interdisciplinary Studies of the University of Coimbra (CEIS20). Contributions to this edition examine, from various novel perspectives, the impact of ideologies, social, cultural, and political movements on the construction of historical narratives and societal transformation throughout the 20th century, focusing in particular on revolutionary ideologies and social transformations, authoritarianism and resistance and struggles for change.

The five contributions to this issue of *Estudos do Século XX*, written in four different languages that reflect the diverse nationalities of the authors and their historiographic traditions, address these dichotomies, framing them within the theme of revolution as the locomotive (or not) of History, as the authors engage with historian Enzo Traverso's debate inspired by Marx's famous statement. In "*Le Romantisme Révolutionnaire au 20^e Siècle. Ernst Bloch, surréalisme, situationnisme, ecosocialisme*," Michael Löwy (Centre National de la Recherche Scientifique, France) examines revolutionary romanticism as a worldview that transcends the 19th-century literary movement, offering a cultural and political critique of capitalist modernity. This romanticism opposes utilitarianism and rationalization, advocating qualitative and communal values. Its expression in the 20th century can be found in personalities such as Ernst Bloch, and ideological movements like surrealism, situationism, and ecosocialism.

The next two articles, focusing on Mussolini's Italy, draw attention to George L. Mosse's studies on fascism. In "*Hard Power and Soft Power in the Reality and the Memory of Mussolini's Italy*," Richard Bosworth (Oxford University, UK) explores the complex legacy of Benito Mussolini's rule, emphasizing the interplay between a coercive and symbolic power. He also examines Mussolini's posthumous trajectory and his tomb in Predappio as a site of memory for his supporters, using Pierre Nora's 'lieux de mémoire'.

Bosworth highlights the heterogeneous nature of Italian society during and after World War II, divided among fascist supporters, members of the Resistance, and a largely indifferent majority. Giuseppe Finaldi (University of Western Australia, Australia), in “‘It is a Fascist Empire.’ Some Points of Discussion on the Nature of Italy’s Colonialism During the Fascist Period,” analyses Mussolini’s conquest of Ethiopia in 1935-1936 as a symbol of societal transformation under fascism, integrating Italian colonialism into its historical context while comparing it to other periods of contemporary Italian history.

Michel Cahen (*Centre National de la Recherche Scientifique*, France), in ‘September 7-10, 1974 in Lourenço Marques (Mozambique): A White Independence Attempt?’, looks into the reasons that had led to a part of the Maputo’s population protesting against the Lusaka Accords which had transferred power to FRELIMO. This riot ranged from an outrage over the lack of public consultation to violent actions by radical groups who had carried out massacres in the city’s peripheral neighbourhoods. These acts triggered a reaction from the Black population, which could have led to another massacre, ultimately prevented by the intervention of the Portuguese army and FRELIMO. It appears that the September 7-10 movement was not aiming for the Rhodesia independence model but rather aspired to the old idea of creating a ‘New Brazil’ in Africa.

Last but not least, agrarian reforms, a longstanding topic in world history that remained central throughout the 20th century, shaping access to land in rural areas during a period when many economies still featured a predominantly agrarian structure, are approached by Sergio Riesco Roche (*Universidad Complutense de Madrid*, Spain) in “*Reformas agrarias en Europa y América Latina: ¿motor del cambio social o asignatura pendiente? Un panorama comparativo desde el siglo XX corto*”. According to this author, two major reformist waves stand out: the first in 1918, driven by the Russian and Mexican revolutions in Central and Eastern Europe; and the second in 1945, encompassing Latin America, Africa, and Asia. Both revolutions had uneven impacts. The cases of Spain in the 1930s and Portugal after the Carnation Revolution are considered to be exceptions because despite being perceived as radical, they were generally moderate, facilitating the transition to the capitalist-mode agriculture integrated into globalization.

The thematic volume also includes two essays. The first, authored by Rui Bebiano (*Universidade de Coimbra*, Portugal) and titled “*Coimbra 1971-1974: Student Resistance and Counterculture*”, explores how, at the end of the Estado Novo, the university student movement in Portugal intensified its opposition to the regime, particularly after the academic crisis of 1969. It examines how the period between 1971 and 1974 was marked by political radicalization, demanding new forms of organization, increased police repression, and national coordination, establishing a culture of resistance against the dictatorship and the Colonial Wars. The second essay, authored by António Pedro Pita (*Universidade de Coimbra*, Portugal) and titled “*The ‘Initial Day’ and the Dischrony: Revolution and Social Movements*”, decisively contributes to this collective effort to reflect on the April 25 Revolution. Drawing inspiration from Sophia de Mello Breyner Andresen, Pita’s analysis first focuses on the categories of “*revolution*” and “*transition*” as specific modes of political change and its representation. The essay moves on to highlight the potential and limits of the notion of time underlying “*revolution*” and “*transition*”, while keeping in mind Traverso’s reflections. Finally, the author explores the hypothesis of the April 25 Revolution as a conceptual space, that may make possible

rethinking the political and theoretical experience of structural mutations in the logic of political transformation.

All the contributions in the volume highlight the confrontation between systems of power (authoritarian, fascist, and colonialist) and the efforts of resistance and social transformation, emphasizing the interplay between ideologies, historical memory, and social movements in the 20th century, in the scope of the revolutionary ideals.

Coimbra, December 16, 2024

Clara Isabel Serrano & Carlos Manuel Faísca

ARTIGOS

DITADURA E (CONTRA)REVOLUÇÃO

ARTICLES

Dictatorship and (Counter)Revolution

Le romantisme révolutionnaire au 20 siècle.
Ernst Bloch, surréalisme,
situationnisme, ecosocialisme

Revolutionary Romanticism in the 20th Century.
Ernst Bloch, surrealism,
situationism, ecosocialism

Michael Lowy

Michael Lowy

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)

ORCID: 0000-0001-5679-0927

ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO NO SÉCULO XX. ERNST BLOCH, SURREALISMO, SITUACIONISMO, ECOSOCIALISMO

O artigo aborda o romantismo revolucionário como uma visão de mundo que transcende o movimento literário do século XIX, oferecendo uma crítica cultural e política à modernidade capitalista. Este romantismo opõe-se ao utilitarismo e à racionalização, defendendo valores qualitativos e comunitários. A sua expressão no século XX está presente em figuras e movimentos como Ernst Bloch, o surrealismo, o situacionismo e o ecosocialismo. Ernst Bloch destaca-se pela sua filosofia utópica, centrada no conceito de “Ainda não ser”, através da qual propõe uma crítica radical ao capitalismo e uma aliança harmoniosa com a natureza. O surrealismo de André Breton, alia a revolução social ao reencantamento do mundo, rejeitando o positivismo e explorando o imaginário. Guy Debord e o situacionismo denunciam a sociedade de consumo e idealizam formas comunitárias pré-modernas, transformando a nostalgia numa ferramenta revolucionária. O ecosocialismo é interpretado como uma utopia contemporânea, inspirada por valores pré-capitalistas e modos de vida autóctones, que propõe uma civilização sustentável e solidária. O artigo conclui que o romantismo revolucionário persiste como uma estrutura cultural e política, ligando o passado a um futuro utópico, constituindo uma crítica à modernidade e uma fonte de inspiração para a transformação social.

Palavras-chave: Romantismo revolucionário; Ernst Bloch; surrealismo; situacionismo; ecosocialismo.

REVOLUTIONARY ROMANTICISM IN THE 20TH CENTURY. ERNST BLOCH, SURREALISM, SITUATIONISM, ECOSOCIALISM

This paper discusses revolutionary romanticism as a worldview that transcends the nineteenth-century literary movement and offers a cultural and political critique of capitalist modernity. This romanticism opposes utilitarianism and rationalisation and defends qualitative and communitarian values. Its twentieth-century expression can be found in figures and movements like Ernst Bloch, surrealism, situationism and eco-socialism. Ernst Bloch's utopian philosophy, centred on the concept of 'Not Yet', proposed a radical critique of capitalism and a harmonious alliance with nature. André Breton's Surrealism combined social revolution with the re-enchantment of the world, rejecting positivism and exploring the imaginary. Guy Debord and Situationism denounced consumer society and idealised pre-modern forms of community, turning nostalgia into a revolutionary tool. Eco-socialism is interpreted as a contemporary utopia inspired by pre-capitalist values and indigenous ways of life, proposing a sustainable civilisation based on solidarity. The paper concludes that revolutionary romanticism persists as a cultural and political framework, linking the past to a utopian future, criticising modernity and inspiring social transformation.

Keywords: Revolutionary Romanticism; Ernst Bloch; surrealism; situationism; eco-socialism.

LE ROMANTISME RÉVOLUTIONNAIRE AU 20 SIÈCLE. ERNST BLOCH, SURREALISME, SITUATIONNISME, ECOSOCIALISME

L'article traite du romantisme révolutionnaire en tant que vision du monde qui transcende le mouvement littéraire du XIXe siècle, en proposant une critique culturelle et politique de la modernité capitaliste. Ce romantisme s'oppose à l'utilitarisme et à la rationalisation, en défendant des valeurs qualitatives et communautaires. Son expression au XXe siècle se retrouve dans des figures et des mouvements tels qu'Ernst Bloch, le surréalisme, le situationnisme et l'écosocialisme. Ernst Bloch se distingue par sa philosophie utopique centrée sur le concept du « Pas encore », en proposant une critique radicale du capitalisme et une alliance harmonieuse avec la nature. Le surréalisme d'André Breton associe révolution sociale et réenchantement du monde, en rejetant le positivisme et explorant l'imaginaire. Guy Debord et le situationnisme dénoncent la société de consommation et idéalisent les formes communautaires prémodernes, transformant ainsi la nostalgie en un outil révolutionnaire. L'écosocialisme est interprété comme une utopie contemporaine, inspirée par les valeurs précapitalistes et les modes de vie indigènes, proposant une civilisation durable et solidaire. L'article conclut que le romantisme révolutionnaire persiste en tant que cadre culturel et politique, reliant le passé à un avenir utopique, critiquant la modernité et inspirant la transformation sociale.

Mots-clés : Romantisme Révolutionnaire; Ernst Bloch; surréalisme; situationnisme; ecosocialisme.

1) Qu'est-ce que le romantisme révolutionnaire ?

Le romantisme est généralement présenté dans les dictionnaires et encyclopédies comme un mouvement littéraire et artistique du début du XIX^e siècle. Nous pensons au contraire qu'il s'agit d'un phénomène beaucoup plus étendu et profond : on trouve des manifestations romantiques dans le domaine de la philosophie, de la religion, du droit, de la pensée politique et de l'historiographie. Et nous sommes convaincus que l'histoire du romantisme n'est pas terminée en 1830 ou 1848, mais continue *jusqu'à aujourd'hui*.

Le romantisme doit être conçu comme une *vision du monde* qui traverse tous les domaines de la culture, et dont la caractéristique quintessentielle est la *protestation culturelle contre la civilisation capitaliste moderne au nom de certaines valeurs du passé*. Ce que le romantisme refuse dans la société industrielle/bourgeoise moderne, c'est avant tout le *désenchantement du monde* (Max Weber)—c'est à dire le déclin ou la disparition de la religion, de la magie, de la poésie, du mythe, c'est l'avènement d'un monde entièrement *prosaïque*, utilitariste, marchand. Le romantisme proteste contre la mécanisation, la rationalisation abstraite, la réification, la dissolution des liens communautaires et la quantification des rapports sociaux. Cette critique se fait au nom de valeurs sociales, morales ou culturelles pré-modernes—présentées comme traditionnelles, historiques, concrètes—et constitue, à multiples égards, une tentative désespérée de *ré-enchantement du monde*. Si le romantisme s'affirme comme une forme de sensibilité profondément empreinte de nostalgie, ce n'est pas pour autant qu'il est étranger à la modernité : d'une certaine façon on peut même le considérer comme une forme d' *auto-critique culturelle de la modernité*. En tant que vision du monde, le romantisme est né au cours de la deuxième moitié du 18^e siècle—on peut considérer Jean-Jacques Rousseau comme son premier grand penseur—et il continue, jusqu'à nos jours, à être une des principales structures-de-sensibilité de la culture moderne.¹¹

En opposant aux valeurs purement quantitatives de la *Zivilisation* industrielle les valeurs qualitatives de la *Kultur* spirituelle et morale, ou à la *Gesellschaft* (société) individualiste et artificielle la *Gemeinschaft* (communauté) organique et naturelle, la sociologie allemande de la fin du XIX^e siècle formulait de façon systématique cette nostalgie romantique du passé.

Bien évidemment, la nébuleuse culturelle romantique est loin d'être homogène : on y trouve une pluralité de courants, depuis le romantisme conservateur ou réactionnaire qui aspire à la restauration des privilèges et hiérarchies de l'Ancien Régime, jusqu'au romantisme révolutionnaire, qui intègre les conquêtes de 1789 (liberté, démocratie, égalité) et pour lequel le but n'est pas un *retour* en arrière mais un *détour* par le passé communautaire vers *l'avenir utopique*.

Si Rousseau est un des premiers représentants de cette sensibilité romantique révolutionnaire, on va la trouver également chez Schiller, dans les premiers écrits républicains des romantiques allemands (Schlegel), dans les poèmes de Hölderlin, Shelley et William Blake, dans les oeuvres de jeunesse de Coleridge, dans les romans de Victor Hugo, dans l'historiographie de Michelet, dans le socialisme utopique de Fourier.

¹ Cf. Michael Löwy et Robert Sayre, *Revolte et Melancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*, Payot, Paris, 1992.

Le romantisme révolutionnaire n'est pas absent—comme dimension partielle—des écrits de Marx et Engels, et on le retrouve dans les écrits d'autres marxistes ou socialistes comme William Morris, Gustav Landauer, Ernst Bloch, Henri Lefebvre, Walter Benjamin. Enfin, il marque de son empreinte quelques uns des principaux mouvements de révolte culturelle du XX^{ème} siècle, comme l'expressionnisme, le surréalisme et le situationnisme. Il est présent de nos jours sous la forme, par exemple, de l'ecosocialisme.

2) Ernst Bloch

J'ai eu la chance de connaître Ernst Bloch personnellement. Notre rencontre a eu lieu en 1974, dans son appartement à Tübingen, situé non loin de l'école (le *Stift*) où – comme il aimait souvent le rappeler dans ses écrits – en 1789, les jeunes Hegel, Schelling et Hölderlin ont planté un arbre de la liberté pour fêter la Révolution française. Il était déjà âgé de 89 ans, pratiquement aveugle, mais d'une impressionnante lucidité.

Parmi ses remarques, lors de notre entretien, il y a une qui m'a beaucoup frappé et qui résume la fidélité obstinée de toute une vie à l'idée de l'utopie : “ Le monde tel qu'il existe n'est *pas* vrai. Il existe un deuxième concept de vérité, qui n'est pas positiviste, qui n'est pas fondé sur une constatation de la facticité (...) ; mais qui est plutôt chargé de valeur (*Wertgeladen*), comme par exemple dans le concept ‘un vrai ami’, ou dans l'expression de Juvenal *Tempestas poetica* – c'est à dire une tempête telle qu'elle se trouve dans le livre, une tempête poétique, telle que la réalité ne la connaît jamais, une tempête menée jusqu'au bout, une tempête radicale. Donc une *vrai* tempête, dans ce cas par rapport à l'esthétique, à la poésie ; dans l'expression ‘un véritable ami’, par rapport à la sphère morale. Et si cela ne correspond pas aux faits – et pour nous marxistes, les faits ne sont que des moments réifiés d'un procès, et rien de plus – dans ce cas-là, *tant pis pour les faits* (*um so schlimmer für die Tatsachen*), comme le disait le vieux Hegel ”.²

Le rêve éveillé de l'utopie est au coeur de la réflexion de Bloch depuis ses premiers écrits, *L'esprit de l'utopie* de 1918 et *Thomas Münzer, théologien de la révolution* de 1921. Une dimension romantique est très présente dans ces oeuvres, à la fois par la critique radicale et imputoyable de la civilisation industrielle/bourgeoise et par la référence à des traditions du passé, notamment *religieuses*. Sa réflexion puise à des multiples sources spirituelles, parmi lesquelles le *messianisme juif* occupe une place de choix.

L'utopie révolutionnaire chez Bloch – comme chez Walter Benjamin – est inséparable d'une conception messianique/millénariste de la temporalité, opposée à tout gradualisme du progrès : écrivant sur Thomas Münzer et la guerre des paysans du XVI^{ème} siècle, il observe : “ ce n'était point pour des temps meilleurs que l'on menait le combat mais pour la fin de tous les temps... *l'irruption du Royaume* ”. Sa démarche est curieusement “ synchrétique ”, à la fois juive et chrétienne – comme par exemple dans cet autre passage du livre sur Münzer, qui compare le Troisième Evangile de Joachim de Flore, le millénarisme des paysans anabaptistes et le messianisme des kabbalistes de Safed (Tsfat) qui attendent, au nord du lac de Tibériade “ le vengeur messianique, le destructeur de cet

² J'ai publié cet entretien en annexe de mon livre *Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires. L'évolution politique de Lukacs 1909-1929*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976, p. 294.

Empire et de cette Papauté...le restaurateur d'*Olam-ha-Tikkun*, véritable Royaume de Dieu... ". Il ne s'agit pas seulement d'histoire : Bloch croit, en 1921, à l'imminence, en Europe, d'un changement révolutionnaire, qu'il décrit dans un langage juif-messianique comme la Princesse Sabbat qui apparaît, encore cachée derrière une mince muraille craquelée, tandis que " haut dressée sur les décombres d'une civilisation ruinée...s'élève l'esprit de l'indéracinable utopie ".³

Se référant à ses premiers écrits, et en particulier le *Thomas Münzer*, Bloch les définit comme *romantiques révolutionnaires*. Je pense que cette définition s'applique à l'ensemble de son oeuvre., notamment *Le Principe Espérance*.

Le Principe Espérance est le livre le plus important d'Ernst Bloch et sans doute une des oeuvres majeures de la pensée émancipatrice du XXème siècle. Monumentale (plus de 1600 pages), elle a occupé l'auteur pendant une bonne partie de sa vie : écrite pendant son exil aux Etats Unis, de 1938 à 1947, elle sera revue une première fois en 1953 et une deuxième en 1959. Suite à sa condamnation comme «révisionniste» par les autorités de la République Démocratique Allemande, son auteur finira par quitter l'Allemagne de l'Est, lors de la construction du mur de Berlin (1961).⁴

Personne n'a jamais écrit un livre comme celui-ci, brassant, dans un même souffle visionnaire, les présocratiques et Hegel, l'alchimie et les nouvelles de Hoffmann, l'herésie ophite et le messianisme de Shabbataï Tsevi, la philosophie de l'art de Schelling et le matérialisme marxiste, les opéras de Mozart et les utopies de Fourier. Ouvrons une page au hasard : il est question de l'homme de la Renaissance, du concept de matière chez Paracelse et Jakob Böhme, de la *Sainte Famille* de Marx, de la doctrine de la connaissance chez Giordano Bruno et du livre sur la *Reforme de l'entendement* de Spinoza. L'érudition de Bloch est tellement encyclopédique que rares sont les lecteurs capables de juger, en connaissance de cause, de chaque thème développé dans les trois volumes du livre. Son style est souvent hermétique, mais il a une puissante qualité suggestive : c'est au lecteur d'apprendre à filtrer les joyaux de lumière et les pierres précieuses semées par la plume poétique, et parfois ésotérique, du philosophe.⁵

Contrairement à tant d'autres penseurs de sa génération – à commencer par son ami György Lukacs – Bloch est resté fidèle aux intuitions de sa jeunesse et n'a jamais renié le romantisme révolutionnaire de ses premiers écrits. On trouve ainsi dans *Le Principe Espérance* de fréquentes références à *L'Esprit de l'Utopie*, notamment à l'idée de l'utopie comme conscience anticipatrice, comme figure du «pré-apparaître».

La philosophie de l'espérance de Bloch est avant tout une théorie du *Non-encore-être*, dans ses diverses manifestations : le Non-encore-conscient de l'être humain, le Non-encore-

³ E.Bloch, *Thomas Münzer, théologien de la révolution*, Paris, Julliard, 1975, pp. 84, 91, 305-306. Hans Jonas reproche au marxisme en général et à Bloch en particulier leur messianisme, leur " eschatologie sécularisée ", leur " millénarisme " (*Chiliasmus*) et leur aspiration démesurée à " une métamorphose de l'être humain " – accompagnée du refus d'une " simple amélioration " fondée sur un raisonnable et efficace " programme de réformes ". (Hans Jonas, *Das Prinzip Verantwortung*, Frankfurt, Suhrkamp, 1979, pp. 313-315, 386).

⁴ Dès décembre 1956, le quotidien du parti officiel, *Neues Deutschland* écrivait : " la philosophie de Bloch sert objectivement à des buts politiques réactionnaires " (cité dans A. Münster, Introduction à *Tagträume von aufrechtem Gang: Sechs Interviews mit E. Bloch*, Frankfurt, Suhrkamp, 1978, p. 11).

⁵ Voir l'article de Jack Zipes sur Bloch dans *Telos* n° 58, 1983. La page en question se trouve dans le ch.41 (" Les paysages de souhait ") du volume II, dans la section intitulée " Bruno ou l'oeuvre d'art infini ".

-devenu de l'histoire, le Non-encore-manifesté dans le monde. Car, pour lui, le monde humain est plein de disposition à quelque chose, de tendance vers quelque chose, de *latence* de quelque chose, et ce quelque chose vers lequel il tend c'est l'aboutissement de l'intention utopique : un monde délivré des souffrances indignes, de l'angoisse, de l'aliénation. Dans sa recherche des fonctions anticipatrices de l'esprit humain, le rêve occupe une place importante, depuis sa forme la plus quotidienne – le rêve éveillé – jusqu'au «rêve en avant» inspiré par les images-de-souhait.

Le paradoxe central du *Principe Espérance* c'est que ce texte puissant, entièrement tourné vers l'horizon de l'*avenir*, vers le Front, le *Novum*, le Non-encore-être, ne dit presque rien sur le... futur. Il n'essaie pratiquement jamais d'imaginer, de prévoir ou de préfigurer le visage prochain de la société humaine – sauf dans les termes classiques de la perspective marxiste : une société sans classes ni oppression. La science-fiction ou la futurologie moderne de l'intéressent nullement. En réalité – mis à part les chapitres les plus théoriques – le livre est un immense et fascinant voyage à travers le *passé*, à la recherche des images de désir et des paysages de l'espoir, dispersés dans les utopies sociales, médicales, architecturales, techniques, philosophiques, religieuses, géographiques, musicales et artistiques.

Dans cette modalité très particulière de la dialectique typiquement romantique entre le passé et l'avenir, l'enjeu est *la découverte de l'avenir dans les aspirations du passé* – sous forme de *promesse non accomplie* : «Les barrières dressées entre l'avenir et le passé s'effondrent ainsi d'elles mêmes, de l'avenir non devenu devient visible dans le passé, tandis que du passé vengé et recueilli comme un héritage, du passé médiatisé et mené à bien devient visible dans l'avenir».⁶ Il ne s'agit donc pas de sombrer dans une rêveuse et mélancolique *contemplation* du passé, mais de faire de celui-ci une source vivante pour l'*action* révolutionnaire, pour une *praxis* orientée vers l'accomplissement de l'utopie.

Le complément nécessaire de la pensée anticipatrice tournée vers le monde à venir est le regard critique envers *ce monde-ci* : la vigoureuse mise en accusation de la civilisation industrielle/capitaliste et de ses méfaits est un des thèmes principaux (souvent méconnus) du *Principe Espérance*. Bloch cloue au pilori la «pure infamie» et «l'impitoyable ignominie» de ce qu'il appelle «le monde actuel des affaires» – un monde «généralement placé sous le signe de l'escroquerie», dans le lequel «la soif du gain étouffe tout autre élan humain». Il s'attaque aussi aux villes modernes froides et fonctionnelles, qui ne sont plus des foyers – *Heimat*, un des termes-clé du livre – mais des «machines à habiter» réduisant les êtres humains «à l'état de termites standardisées». Niant tout ornement et toute ligne organique, refusant l'héritage gothique de l'arbre de la vie, les constructions modernes ressemblent au cristal de mort représenté par les pyramides égyptiennes. En dernière analyse, «l'architecture fonctionnelle reflète et même redouble le caractère glacial du monde de l'automation, de ses hommes divisés par le travail, de sa technique abstraite».⁷

La critique de Bloch à la technique moderne (capitaliste) est motivée avant tout par l'exigence romantique d'un rapport plus harmonieux avec la nature. La technique bourgeoise n'entretient avec la nature qu'une relation marchande et hostile : elle «se trouve installée dans la nature comme une armée qui occupe un pays ennemi». Comme les

⁶ PE, I, p. 16.

⁷ PE, I, p. 183, II, pp. 204-205, 298, 349-352.

penseurs de l'Ecole de Francfort, l'auteur du *Principe Espérance* considère que «le concept capitaliste de la technique dans son ensemble» reflète «une volonté de domination, de relation de maître à esclave» avec la nature. Il ne s'agit pas de nier la technique en tant que telle, mais d'opposer à celle qui existe dans les sociétés modernes l'utopie d'une «technique d'alliance, une technique médiatisée avec la coproductivité de la nature», une technique «comprise comme délivrance et médiatisation des créations sommeillantes enfouies dans le giron de la nature» – formule empruntée (comme souvent chez Bloch, sans référence de source) à Walter Benjamin.⁸

Cette sensibilité qu'ont pourrait appeler «pré-écologique» est directement inspirée par la philosophie romantique de la nature, avec sa conception *qualitative* du monde naturel. Selon Bloch, c'est avec l'essor du capitalisme, de la valeur d'échange et du calcul mercantile qu'on va assister à l'«oubli de l'organique» et à la «perte du sens de la qualité» dans la nature. Goethe, Schelling, Franz von Baader, Joseph Molitor et Hegel sont quelques uns des représentants d'un retour au qualitatif, qui se développe en réaction contre cet oubli. Habermas n'avait pas tort de qualifier Ernst Bloch de «Schelling marxiste», dans la mesure où il tente d'articuler, dans une combinaison unique, la philosophie romantique de la nature et le matérialisme historique.⁹

Ce que le marxisme apporte de nouveau, c'est la *docta spes* (espérance savante), la science de la réalité, le savoir actif tourné vers la praxis transformatrice du monde et vers l'horizon de l'avenir. Contrairement aux utopies abstraites du passé – qui se limitaient à opposer leur image-souhait au monde existant – le marxisme part des tendances et des possibilités objectives présentes dans la réalité elle-même : c'est grâce à cette médiation réelle qu'il permet l'avènement de l'*utopie concrète*.

Entre parenthèses : malgré son admiration à l'époque (avant 1956) pour l'Union soviétique – et son manque de critique envers le système bureaucratique et dictatorial qui régnait sur les Pays de l'Est – Bloch ne confondait pas le «socialisme réel» avec cette utopie concrète, qui restait à ses yeux une tendance-latence inachèvementnée, une image-souhait qui n'a pas encore été accomplie. Son système philosophique était entièrement fondé sur la catégorie du Non-encore-être, et pas sur la légitimation rationnelle d'un quelconque Etat «réellement existant».

Le marxisme de Bloch était assez hétérodoxe : tandis que Marx avait pris congé de l'utopie et que Engels prônait, dans une célèbre brochure de 1888, le passage du socialisme «de l'utopie à la science», Bloch n'hésite pas à inverser cet ordre. Certes, il ne nie pas la nécessité de la science : le socialisme ne peut jouer son rôle révolutionnaire que dans l'unité inséparable de la sobriété et de l'imagination, de la raison et de l'espoir, de la rigueur du détective et de l'enthousiasme du rêveur. Selon une expression devenue célèbre, il faut fusionner le courant froid et le courant chaud du marxisme, tous les deux également indispensables. Cependant, il établit entre eux une claire hiérarchie : le courant froid existe *pour le courant chaud*, au service de celui-ci.¹⁰

⁸ PE, II, pp. 267, 271, 295, 302, 303.

⁹ PE, I, p. 17, II, pp. 266, 293, 410. Voir J. Habermas, «Un Schelling marxiste», *Profil philosophiques et politiques*, Paris, Gallimard, 1974, pp. 193-214.

¹⁰ PH, III, pp. 1606-21.

3) Le surréalisme

Le surréalisme est l'exemple le plus frappant et le plus fascinant d'un courant romantique au XX^{ème} siècle. Il est, de tous les mouvements culturels de ce siècle, celui qui a porté à sa plus haute expression l'aspiration romantique à ré-enchanter le monde. Il est aussi celui qui a incarné de la façon la plus radicale la dimension révolutionnaire du romantisme. La révolte de l'esprit et la révolution sociale, changer la vie (Rimbaud) et transformer le monde (Marx) : telles sont les deux étoiles polaires qui ont orienté le mouvement depuis son origine, en le poussant à la recherche permanente de pratiques culturelles et politiques subversives. Au prix de multiples scissions et défections, le noyau du groupe surréaliste autour d'André Breton et Benjamin Peret n'a jamais abandonné son refus intransigeant de l'ordre social, moral et politique établi – ni son autonomie jalouse, malgré l'adhésion ou la sympathie envers les différents courants de la gauche révolutionnaire : d'abord le communisme – entrée de Breton au PCF en 1927 – ensuite le trotskisme – visite de Breton à Trotsky au Mexique et rédaction commune de l'appel " Pour un art révolutionnaire indépendant – enfin l'anarchisme : collaboration des surréalistes, de 1951 à 1953 au journal *Le Libertaire*, organe de la Fédération Anarchiste (Georges Fontenis).

L'opposition du mouvement surréaliste à la civilisation capitaliste moderne n'est ni raisonnable, ni mesurée : elle est radicale, catégorique, irréductible. Dans un de leurs premiers documents, "La révolution d'abord et toujours " (1925), les fondateurs du surréalisme proclament :

" Partout où règne la civilisation occidentale, toutes attaches humaines ont cessé, à l'exception de celles qui avaient pour raison d'être l'intérêt, le « dur paiement au comptant ». Depuis plus d'un siècle, la dignité humaine est ravalée au rang de valeur d'échange... Nous n'acceptons pas les lois de l'Economie et de l'Echange, nous n'acceptons pas l'esclavage du Travail ..."¹¹

Se souvenant, beaucoup plus tard, des premiers débuts du mouvement, Breton observe: "A ce moment le refus surréaliste est total, absolument inapte à se laisser canaliser sur le plan politique. Toutes les institutions sur lesquelles repose le monde moderne et qui viennent de donner leur résultante dans la Première Guerre mondiale sont tenues par nous pour aberrantes et scandaleuses."¹² Ce rejet viscéral de la modernité sociale et institutionnelle n'empêche pas les surréalistes de se référer à la modernité culturelle – celle dont se réclamaient Baudelaire et Rimbaud.

L'objet privilégié de l'attaque surréaliste contre la civilisation occidentale, c'est le rationalisme abstrait et borné, la platitude réaliste, le positivisme sous toutes ses formes.¹³ Dès le *Premier Manifeste du surréalisme* (1924), Breton dénonce l'attitude qui consiste à

¹¹ *La Révolution surréaliste*, n° 5, 1925. Le texte est signé par un grand nombre d'artistes et intellectuels du groupe, parmi lesquels Breton, Aragon, Eluard, Leiris, Crevel, Desnos, Péret, Soupault, Queneau, etc.

¹² A. Breton, " La Claire Tour " (1951), dans *La Clé des champs*, Paris, 10/18 et J.J. Pauvert, 1967, p.42.

¹³ Comme l'observe si bien Marie Dominique Massoni, rédactrice de la revue surréaliste *SURR (Surréalisme, utopie, rêve et révolte)*, publiée à Paris dans les années 1990, les surréalistes partagent avec les romantiques " le refus de voir le monde n'exister que sur des bases mathématiques, logiques, utiles, vérifiables, quantifiables, bourgeoises en somme ", ainsi que le rejet viscéral du " cartésianisme, philosophie par excellence du bourgeois scientifique ".

bannir, “ sous couleur de civilisation, sous prétexte de progrès ”, tout ce qui relever de la chimère ; face à cet horizon culturel stérile, il affirme sa croyance à la toute-puissance du rêve.¹⁴ La recherche d’une alternative à cette civilisation restera présente dans toute l’histoire du surréalisme – y compris dans les années 70, quand un groupe de surréalistes français et tchèques publiera (sous la responsabilité de Vincent Bounoure) *La Civilisation surréaliste* (Paris, Payot, 1976).¹⁵

Breton et ses amis n’ont jamais caché leur profond attachement à la tradition romantique du XIX^{ème} siècle – aussi bien allemande (Novalis, Arnim) qu’anglaise (le roman noir) ou française (Hugo, Pétrus Borel). Qu’est-ce que le romantisme pour les surréalistes ? Rien ne leur semble plus détestable que la mesquine approche académique qui en fait un “ genre littéraire ”. Voici ce qui en dit Breton dans sa conférence de Haïti sur “ Le concept de liberté chez les romantiques ” (1945) : “ L’image scolaire qu’on nous demande de nous faire du romantisme est une image *truquée*. L’usage des catégories nationales et des absurdes tiroirs qui servent à séparer les genres littéraires empêche de se faire du mouvement romantique une idée d’ensemble ”.¹⁶ En fait, le romantisme est une *vision du monde* – dans le sens de *Weltanschauung* – qui traverse les nations et les siècles : “ Est-il besoin de faire observer que le romantisme, en tant qu’état d’esprit et *humeur* spécifiques dont la fonction est d’instaurer de toutes pièces une nouvelle conception générale du monde, transcende ces façons – très limitées – de sentir et de dire qui se sont proposées après lui (...). Par delà la jonchée des oeuvres qui en procèdent ou en dérivent, notamment à travers le symbolisme et l’expressionnisme, le romantisme s’impose comme un *continuum* ”.¹⁷

Le surréalisme lui-même se situe dans cette continuité temporelle longue du romantisme en tant que “ état d’esprit ”. Critiquant les pompeuses célébrations officielles du centenaire du romantisme français en 1930 Breton commente dans le *Second Manifeste* : “ Nous disons, nous, que ce romantisme dont nous voulons bien, historiquement, passer aujourd’hui pour la queue, *mais alors la queue tellement préhensile*, de par son essence même en 1930 réside tout entier dans la négation de ces pouvoirs et de ces fêtes, qu’avoir cent ans d’existence pour lui c’est la jeunesse, que ce qu’on a appelé a tort son époque héroïque ne peut plus honnêtement passer que pour le vagissement d’un être qui commence seulement à faire connaître son désir à travers nous. ”¹⁸ On ne saurait imaginer, au XX^{ème} siècle, une proclamation plus catégorique de l’actualité du romantisme.

M.D. Massoni, “ Surréalisme and Romanticism ”, in Max Blechmann, *Revolutionary Romanticism*, San Francisco, City Lights, 1999, pp. 194.

¹⁴ A. Breton, *Manifestes du surréalisme*, Paris, Gallimard, 1967, p. 19, 37.

¹⁵ Une rumeur insistante, qui avec le temps a pris la pesanteur écrasante et la consistance granitique du dogme, veut que le surréalisme ait disparu, comme mouvement et action collective, en 1969. En fait, si certains membres du groupe surréaliste de Paris (autour de Jean Schuster) ont cru bon d’annoncer en cette année la dissolution du groupe, d’autres (autour de Vincent Bounoure) ont décidé de continuer l’aventure surréaliste. Aujourd’hui, à l’année 2002, une activité surréaliste collective existe, non seulement à Paris, mais aussi à Prague, Madrid, Stockholm, Leeds et Chicago.

¹⁶ A. Breton, “ Evolution du concept de liberté à travers le romantisme ”, 1945, *Conjonction. Surréalisme et Révolte en Haïti*, n° 194, juin 1992, p. 82.

¹⁷ A. Breton, “ Perspective Cavalière ”, 1963, *Perspective Cavalière*, Paris, Gallimard, 1970, p. 227.

¹⁸ A. Breton, *Manifestes du Surréalisme*, p. 110.

Rien ne serait plus faux que de conclure, de cette allégeance explicite, que le romantisme des surréalistes est le même que celui des poètes ou penseurs du XIX^{ème} siècle. Il s'agit, par ses méthodes, ses choix artistiques ou politiques, ses comportements sensibles, de quelque chose de radicalement *nouveau*, qui appartient pleinement, dans toutes ses dimensions, à la culture du XX^{ème} siècle, et qui ne saurait aucunement être considéré comme une simple ré-édition, ou, pire encore, imitation du premier romantisme.

Bien entendu, la lecture de l'héritage romantique du passé par les surréalistes est hautement sélective. Ce qui les attire vers les "façades gigantesques de Hugo", vers certains textes de Musset, d'Aloysius Bertrand, de Xavier Forneret, de Nerval, c'est, comme l'a écrit Breton dans *Le merveilleux contre le mystère*, la "volonté d'émancipation totale de l'homme". C'est aussi, chez "un bon nombre d'écrivains romantiques ou postromantiques" – comme Borel, Flaubert, Baudelaire, Daumier ou Courbet – la "haine toute spontanée du bourgeois type", la "volonté de non-composition absolue avec la classe régnante", dont la domination est "une sorte de lèpre contre laquelle, si l'on veut éviter que les plus précieuses acquisitions humaines soient détournées de leur sens et ne contribuent qu'à l'avilissement tous les jours plus grand de la condition humaine, il ne suffit plus de brandir le fouet, mais sur laquelle il faudra un jour porter le fer rouge".¹⁹

Le même vaut pour les romantiques allemands. Breton n'ignore rien de la "doctrine passablement confuse mais ultra-réactionnaire" exprimée par Novalis dans son essai *Europe ou la chrétienté* (1799), ou des prises de position hostiles à la Révolution Française d'Achim d'Arnim. Mais cela n'empêche que leurs oeuvres, véritables *pierres de foudre*, ébranlent les fondements de l'ordre culturel bourgeois, par leur mise en question de la séparation entre le réel et l'imaginaire.²⁰ Leur pensée gagne ainsi une dimension profondément utopique/subversive, comme par exemple quand Novalis, dans ses fragments philosophiques, "reprend à son compte ce qui est par excellence le postulat magique – et s'il le fait sous une forme qui exclut de sa part toute restriction : 'Il dépend de nous que le monde soit conforme à notre volonté.'"²¹

Sélective sera aussi la passion des surréalistes pour les traditions et formes culturelles pré modernes : sans hésiter, les surréalistes vont puiser dans l'alchimie, la Kabbale, la magie, l'astrologie, les arts dits primitifs d'Océanie ou d'Amérique.²² Toutes leurs activités sur ce terrain viseront à déborder les limites de l'"art" – comme

¹⁹ A. Breton, "Le merveilleux contre le mystère" (1936), dans *La Clé des champs*, op. cit., p. 10 et "Position politique de l'art" (1935), dans *Position politique du surréalisme*, Paris, Denoel-Gonthier, 1972, p. 25-26. On trouve une analyse intéressante du rapport des surréalistes au romantisme allemand dans le livre récent de K.H. Bohrer, *Die Kritik der Romantik*, Francfort, Suhrkamp Verlag, 1989, p. 48-61. Sur le lien entre surréalisme, romantisme et révolte étudiante des années 60, voir l'essai de R. Faber, "Friedrich Schlegel, Sur-realismus und Studentenrevolte, Oder die Frage nach dem Anarchismus", in *Romantische Utopie, Utopische Romantik*, (ed. R.Faber), Hildesheim, Gerstenberg, 1979, pp. 336-358.

²⁰ A. Breton, "Introduction" (1933) à Achim d'Arnim, *Contes Bizarres*, Paris, Julliard, 1964, pp. 18, 20, 21.

²¹ A. Breton, "Sur l'art magique", 1957, *Perspective Cavalière*, p. 142.

²² Comme l'observe Marie Dominique Massoni, "la force du désir et du merveilleux les fait [les surréalistes] mettre en chemin vers l'hermétisme, comme les romantiques avaient pu le faire avant eux. Depuis *Entrée des médiums*, jusqu'aux toiles de Camacho ou de Stejskal les surréalistes emboîtent le pas à l'alchimiste Eugène Canseliet et à la tradition ésotérique, la débarrassant de son fatras occultiste souvent très à l'honneur chez les romantiques. Breton a fait inscrire sur sa tombe : "Je cherche l'or du temps". La référence au romantisme tout comme à l'alchimie y est évidente." *Revolutionary Romanticism*, p. 197.

activité séparée, institutionnalisée, ornementale – pour s'engager dans l'aventure illimitée du ré-enchantement du monde. Cependant, comme révolutionnaires qui s'inspirent de l'esprit des Lumières, de Hegel et surtout de Marx, ils sont les adversaires les plus résolus et les plus intransigeants des valeurs qui sont au cœur de la culture romantique-réactionnaire: la religion et le nationalisme. Comme le proclame le *Second Manifeste* : " Tout est à faire, tous les moyens doivent être bons à employer pour ruiner les idées de famille, de patrie, de religion. " A l'entrée du paradis perdu surréaliste se trouve inscrit en lettres de feu cette inscription libertaire bien connue : Ni Dieu ni Maître !

4) Le Situationnisme

Malgré les polémiques et les excommunications mutuelles on ne peut que constater une profonde «affinité élective» entre sa tentative de subversion culturelle et celle d'André Breton et ses amis. Comme l'observe avec intelligence une étude récente sur l'auteur de *La société du spectacle* : «On ne soulignera jamais assez la dette contractée par Debord et ses amis auprès du surréalisme de l'entre-deux-guerres : il suffit de lire le premier tract surréaliste venu, le plus petit article de *Littérature*, ou une quelconque correspondance d'un surréaliste, pour s'en convaincre. Cette évidente parenté ne sera jamais signalée par les situationnistes». ²³ Il est toutefois à noter que dans ses écrits des années 80 et 90, Debord va prendre la défense d'André Breton, dénonçant l'utilisation systématique contre lui du terme dépréciatif de «Pape» comme «une ignominie dérisoire». ²⁴

Des différences évidentes existent entre Debord et Breton : le premier est bien plus rationaliste et plus proche du matérialisme français des Lumières. Ce qu'ils partagent, outre la haute visée poétique et subversive qui se propose de dépasser la dualité entre «art» et «action», l'esprit orgueilleux de révolte, d'insoumission et de négativité, c'est la sensibilité *romantique révolutionnaire*.

Guy Debord n'a jamais cessé de dénoncer et de tourner en dérision les idéologies de la «modernisation», sans craindre un seul instant l'accusation d'«anachronisme» : «Quand 'être absolument moderne' est devenu une loi spéciale proclamée par le tyran, ce que l'honnête esclave craint plus que tout, c'est qu'on puisse le soupçonner d'être passéiste» (*Panegyrique*, 1989).

Et il n'a jamais caché une fascination pour certaines formes pré-capitalistes de la *communauté*. La valeur d'échange et la société du spectacle ont dissout la communauté humaine, fondée sur une expérience directe des faits, un vrai dialogue entre les individus et une action commune pour résoudre les problèmes. Debord mentionne souvent les réalisations partielles de la communauté authentique dans le passé : la *polis* grecque, les républiques médiévales italiennes, les villages, les quartiers, les tavernes populaires. Reprenant (implicitement) à son compte la célèbre distinction de Ferdinand Tönnies entre *Gesellschaft* et *Gemeinschaft*, il stigmatise le spectacle comme «une société sans communauté» (*Société du Spectacle* § 154). Dans les *Commentaires sur la société du*

²³ Shigenobu Gonzalvez, *Guy Debord ou la beauté du négatif*, Paris, Mille et Une Nuits, 1998, p. 22.

²⁴ G. Debord, *Considérations sur l'assassinat de Gerard Lebovici*, Paris, Ed. Gerard Lebovici, p. 57. Cf. aussi *Cette mauvaise réputation*, Paris, Gallimard, 1993.

spectacle de 1988, il établit un constat amer de cette déchéance : «Car il n'existe plus d'agora, de communauté générale; ni même de communautés restreintes à des corps intermédiaires ou à des institutions autonomes, à des salons ou des cafés, aux travailleurs d'une seule entreprise...».²⁵

Pour illustrer le *romantisme noir* – au sens du «roman noir» anglais du XVIII^e siècle – de Guy Debord, nous prendrons comme exemple le scénario du film *In Girum Imus Nocte et Consumimur Igni*.

Comme ses ancêtres romantiques, Debord n'a que mépris pour la société moderne : il ne cesse de dénoncer ses «mauvaises bâtisses malsaines et lugubres», ses innovations techniques qui ne profitent le plus souvent qu'aux seuls entrepreneurs, son «analphabétisme modernisé», ses «superstitions spectaculaires», et surtout son «paysage hostile», qui répond aux «convenances concentrationnaires de l'industrie présente». Il est particulièrement féroce envers l'urbanisme néo-haussmanien et modernisateur de la Cinquième République, promoteur d'une sinistre adaptation de la ville à la dictature automobile. Une politique responsable, selon Debord, de la mort du soleil, de l'obscurcissement du ciel de Paris par «la fausse brume de la pollution» qui couvre en permanence «la circulation mécanique des choses, dans cette vallée de la désolation». Il ne peut donc que refuser «l'infâmie présente, dans sa version bourgeoise ou dans sa version bureaucratique», et il ne voit pas d'autre issue à ses contradictions que «l'abolition des classes et de l'Etat».²⁶

Cet anti-modernisme révolutionnaire s'accompagne d'un regard nostalgique vers le passé – peu importe qu'il s'agisse de «la demeure antique du roi de Ou», réduite en ruines, ou du Paris des années 50, devenu lui aussi – grâce à l'urbanisme contemporain – une ruine béante. Le regret poignant des «beautés qui ne reviendront pas», des époques où «les étoiles n'étaient pas éteintes par le progrès de l'aliénation», l'attrance pour «les dames, les cavaliers, les armes, les amours» d'un âge révolu traversent, comme un murmure souterrain, tout le texte.²⁷

Mais il ne s'agit pas de revenir au passé. Peu d'auteurs du XX^e siècle ont réussi, autant que Guy Debord, à transformer la nostalgie en une force explosive, en une arme empoisonnée contre l'ordre de choses existant, et en une percée révolutionnaire vers l'avenir. Ce qu'il cherche, ce n'est pas le retour à l'âge d'or, mais «la formule pour renverser le monde».²⁸

Aussi bien le surréalisme que le situationnisme ont joué un rôle culturel important dans les événements de Mai 68, une révolte qui ne peut pas être comprise sans la dimension romantique révolutionnaire.

²⁵ G. Debord, *Commentaires sur la société du spectacle*, Paris, Ed. Gerard Lebovici, 1988, p. 29. Il lui arrive aussi, dans le même contexte, à idéaliser «ce qui furent naguère des magistrats, des médecins, des historiens...». Pour une critique légitime de cette «complaisance romantique» envers la justice et le médécine d'avant le spectacle, cf. Shigenobu Gonzalvez, *Guy Debord ou la beauté du négatif*, p. 49.

²⁶ *Ibid.* pp. 193, 202, 212, 220-21.

²⁷ *Ibid.* pp. 217, 219, 221, 255,

²⁸ *Ibid.* pp. 247-249.

5) L'ecosocialisme comme utopie romantique/revolutionnaire

L'ecosocialisme est une utopie, au sens étymologique : une forme de vie qui n'existe pas encore, même si des tentatives partielles, des préfigurations locales, peuvent être signalées. Il est donc quelque chose comme un paysage-de-désir, une image de souhait, un rêve éveillé, pour reprendre les termes philosophiques et poétiques d'Ernst Bloch. Ou, pour utiliser la formulation de Karl Mannheim, un ensemble d'idées et d'aspirations qui s'oriente vers la rupture de l'ordre établi, en exerçant une fonction subversive.

L'ecosocialisme reprend à son compte quelques-unes des idées essentielles du socialisme, selon Marx : la suppression du système capitaliste, l'appropriation collective des moyens de production, la planification démocratique de l'économie. Mais il s'efforce de débarrasser l'héritage socialiste du productivisme qui l'a caractérisé tout au long du 20^{ème} siècle, en intégrant, au cœur de son projet, l'apport écologique. Ce que propose l'utopie ecosocialiste est beaucoup plus qu'une modification des formes de propriété : il s'agit d'un changement de civilisation, fondé sur des valeurs de solidarité, égalité, liberté et respect pour la nature. La civilisation ecosocialiste rompt avec le productivisme et le consumérisme, pour privilégier la réduction du temps de travail et donc l'extension du temps libre dédié à des activités sociales, politiques, ludiques, artistiques, érotiques, etc. Marx désignait cet objectif par l'expression « règne de la liberté ».

On trouve différentes sensibilités dans la culture ecosocialiste. Une des plus significatives pourrait être considérée comme proche du romantisme révolutionnaire. Il s'agit d'une perspective qui se dissocie de l'idéologie du progrès dominante dans les sociétés modernes, et se réfère aux modes de vie et aux cultures pré-capitalistes – notamment indigènes – comme source d'inspiration.

Ce "indigénisme" anticapitaliste, s'est développé surtout dans les Amériques – du Canada à la Patagonie. Un exemple frappant est le dirigeant historique du mouvement paysan et indigène du Pérou, Hugo Blanco, qui déclarait, lors d'une rencontre ecosocialiste internationale : "Nous, les indigènes, pratiquons l'ecosocialisme il y a plusieurs siècles". La culture politique écologique de ce courant, telle qu'elle s'exprime dans les documents des mouvements et de leurs partisans – chansons, prières, œuvres littéraires, films et essais théoriques – a une puissante dimension romantique, car dans cette perspective la critique de la dévastation moderne de la "Terre Mère" se réfère à des traditions communautaires et de valeurs spirituelles précapitalistes, ainsi que d'une relation à la nature en tant que domaine sacré. L'ecosocialisme indigéniste considère qu'il existe un antagonisme profond entre le mode de vie de ces communautés et "l'esprit du capitalisme" tel que défini par Max Weber. Il existe une sorte d'"affinité négative" entre l'éthique indigène et l'esprit du capitalisme – l'inverse de l'affinité élective entre l'éthique protestante et le capitalisme.

Les écrits de Naomi Klein, notamment *This Changes Everything. Capitalise vs. the Climate*, de 2014, sont une des manifestations les plus importantes de cette sensibilité. Ce qui donne une "couleur" spécifiquement romantique à l'engagement de Klein envers les communautés indigènes, c'est son admiration pour leurs anciennes traditions, en relation avec la nature. Pour elle, ces modes de vie pré-modernes, dont les origines remontent aux siècles passés, sont non seulement profondément antagonistes à l'éthique destructrice du capitalisme, mais éclairent également la voie vers un nouvel avenir.

En d'autres termes, ses vues appartiennent clairement – à leur manière – à la variante révolutionnaire/utopique du romantisme.

Née et vivant au Canada, Naomi Klein s'intéresse particulièrement aux Premières nations canadiennes, qui ont été les adversaires les plus résolus et les plus obstinés de l'extraction – et du transport par pipeline – du pétrole des sables bitumineux, la plus sale de toutes les sources d'énergie fossile de la planète. Il s'agit de communautés dont les coutumes existent depuis "des centaines de générations"; leurs racines dans ce qui est aujourd'hui l'ouest du Canada "remontent à quelque dix mille ans". Ces racines dans le passé ne sont pas seulement importantes pour les aînés. Les jeunes qui vivent dans ces communautés savent très bien que "leur santé et leur identité sont inextricablement liées à leur capacité de suivre les traces de leurs ancêtres", c'est-à-dire de pêcher dans les mêmes eaux, de chasser dans les mêmes forêts et de recueillir des médicaments dans les mêmes prairies. C'est pourquoi les peuples autochtones de la Colombie-Britannique ont vu dans la construction de l'oléoduc Northern Gateway – une gigantesque entreprise destinée à transporter d'énormes quantités de pétrole toxique issu des sables bitumineux – une brutale "vague de violence coloniale" conduisant à la destruction "des terres et des eaux qui ont fait vivre nos ancêtres"²⁹

Cet indigénisme écologique anticapitaliste se manifeste aussi dans les mouvements sociaux. En avril 2010, une "Conférence des peuples sur le changement climatique et les droits de la Terre Mère" a été convoquée par Evo Morales dans la ville bolivienne de Cochabamba. Plus de 20 000 délégués du monde entier y ont participé, mais la majorité d'entre eux venaient des pays andins d'Amérique latine, avec une représentation indigène très importante. La résolution adoptée par la conférence, qui a eu un retentissement international considérable, est un document impressionnant de l'idée écologique et anticapitaliste "romantique" de l'indigénisme. Les extraits suivants sont tirés de ce document :

"Le système capitaliste nous a imposé une logique de compétition, de progrès et de croissance illimitée. Ce régime de production et de consommation recherche le profit sans limites, en séparant les êtres humains de la nature et en imposant à celle-ci une logique de domination, transformant tout en marchandises : l'eau, la terre, le génome humain, les cultures ancestrales, la biodiversité, la justice, l'éthique, les droits des peuples et la vie elle-même. (...)

Nous proposons aux peuples du monde la récupération, la revalorisation et le renforcement des connaissances, de la sagesse et des pratiques ancestrales des peuples indigènes, qui s'affirment dans la pensée et les pratiques du "Bien vivre" (Suma Kawsay), reconnaissant la Terre Mère comme un être vivant avec lequel nous avons une relation indivisible, interdépendante, complémentaire et spirituelle."

Une résolution distincte a été adoptée par les délégations autochtones lors de cette même conférence. Voici un passage important de ce texte:

²⁹ Naomi Klein, *This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate*, New York, Simon & Schuster, 2014, pp. 299, 309.

«Nous, peuples indigènes, sommes fils et filles de la Terre Mère, ou «Pachamama» en quechua. La Terre Mère est un être vivant dans l'univers qui concentre l'énergie et la vie, tout en donnant abri et vie à tous sans rien demander en retour, elle est le passé, le présent et le futur ; telle est notre relation avec la Terre Mère. Nous vivons en coexistence avec elle depuis des milliers d'années, avec notre sagesse et notre spiritualité cosmique liées à la nature. Cependant, les modèles économiques promus et imposés par les pays industrialisés, qui favorisent l'exploitation et l'accumulation de richesses, ont radicalement transformé notre relation avec la Terre Mère. Nous devons affirmer que le changement climatique est l'une des conséquences de cette logique irrationnelle de la vie que nous devons changer. ... L'agression envers la Terre Mère et les agressions et violations répétées contre nos sols, notre air, nos forêts, nos rivières, nos lacs, la biodiversité et le cosmos sont des agressions contre nous.»

Il ne s'agit, pour ces diverses expressions d'un indigenisme écologique anticapitaliste et/ou ecoosiclaiste, de prêcher pour un *retour* au passé, une restauration des formes de vie pré-modernes, mais de dépasser la modernité capitaliste vers un avenir nouveau, une utopie qui trouve ses repères dans les traditions pré-modernes : c'est la dialectique entre le passé et le futur du romantisme révolutionnaire...

Hard power and soft power in the reality and the
memory of Mussolini's Italy

Hard power e soft power na realidade e na
memória da Itália de Mussolini

Richard Bosworth

Richard Bosworth

Oxford University, Jesus College

ORCID: 0000-0001-7858-418X

HARD POWER E SOFT POWER NA REALIDADE E NA MEMÓRIA DA ITÁLIA DE MUSSOLINI

Este artigo explora o complexo legado do regime de Benito Mussolini em Itália, centrando-se na interação entre hard power e soft power ao longo da sua ascensão e queda. Nomeado primeiro-ministro em 1922, Mussolini rapidamente estabeleceu uma ditadura marcada pela repressão violenta, nomeadamente após o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti em 1924. O seu governo culminou numa desastrosa aliança com a Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial, que levou à sua destituição em 1943 e à sua subsequente captura e execução pelos combatentes da Resistência em 1945. O artigo investiga o percurso póstumo de Mussolini, revelando como os seus restos mortais se tornaram um ponto de discórdia e de comemoração entre os apoiantes do fascismo italiano. A narrativa destaca a natureza multifacetada da sociedade italiana durante e após a guerra, dividida entre apoiantes do nazi-fascismo, membros da Resistência e a maioria indiferente. São também discutidas as implicações da ideologia de Mussolini – fascismo, totalitarismo e corporativismo – e a sua ressonância contemporânea. Examina criticamente a utilização incorreta do termo “fascismo” no discurso político moderno, estabelecendo paralelos entre o legado de Mussolini e os líderes atuais, como Donald Trump e Vladimir Putin. Em última análise, sublinha o impacto duradouro do regime de Mussolini na identidade italiana e as complexidades da sua memória nos contextos históricos e atuais.

Palavras-chave: Mussolini; Fascismo; Memória; Legado; Extrema-direita.

HARD POWER AND SOFT POWER IN THE REALITY AND THE MEMORY OF MUSSOLINI'S ITALY

This article explores the complex legacy of Benito Mussolini's regime in Italy, focusing on the interplay of hard and soft power throughout its rise and fall. Named Prime Minister in 1922, Mussolini soon established an oppressive dictatorial regime, especially after the assassination of the socialist MP Giacomo Matteotti in 1924. His rule culminated in a disastrous alliance with Nazi Germany during the Second World War, leading to his ousting in 1943 and subsequent capture and execution by resistance fighters in 1945. The paper looks at Mussolini's posthumous journey and reveals how his remains have become a point of contention and commemoration among the loyalists of the Italian Fascist regime. The narrative highlights the multifaceted nature of Italian society during and after the war, divided between Nazi-fascist supporters, members of the Resistance, and the indifferent majority. It also discusses the implications of Mussolini's ideology – fascism, totalitarianism, and corporatism – and their resonance today. It critically examines the misuse of the term “fascism” in modern political discourse, drawing parallels between Mussolini's legacy and current leaders such as Donald Trump and Vladimir Putin. Ultimately, it highlights the enduring impact of Mussolini's regime on Italian identity and the complexity of its memory in both historical and modern contexts.

Keywords: Mussolini; Fascism; Memory; Legacy; Far Right.

HARD POWER ET SOFT POWER DANS LA RÉALITÉ ET LA MÉMOIRE DE L'ITALIE DE MUSSOLINI

Cet article explore l'héritage complexe du régime de Benito Mussolini en Italie, en se concentrant sur l'interaction entre le hard power et le soft power tout au long de son ascension et de sa chute. Nommé Premier ministre en 1922, Mussolini a rapidement établi une dictature marquée par une répression violente, notamment à la suite de l'assassinat du député socialiste Giacomo Matteotti en 1924. Son règne a culminé avec une alliance désastreuse avec l'Allemagne nazie pendant la Seconde Guerre mondiale qui a conduit à son éviction en 1943, puis à sa capture et à son exécution par des résistants en 1945. L'article se penche sur le parcours posthume de Mussolini, révélant comment sa dépouille est devenue un point de discorde et de commémoration parmi les partisans du fascisme italien. Le récit met en lumière les multiples facettes de la société italienne pendant et après la guerre, divisée entre les partisans du nazisme-fascisme, les résistants et la majorité indifférente. Il examine également les implications de l'idéologie de Mussolini - fascisme, totalitarisme et corporatisme - et leur résonance contemporaine. Il étudie de manière critique l'utilisation abusive du terme « fascisme » dans le discours politique moderne, en établissant des parallèles entre l'héritage de Mussolini et les dirigeants actuels tels que Donald Trump et Vladimir Poutine. Enfin, il souligne l'impact durable du régime de Mussolini sur l'identité italienne et les complexités de sa mémoire dans les contextes historiques et modernes.

Mots-clés : Mussolini ; Fascisme ; Mémoire ; Héritage ; Extrême droite.

Benito Mussolini was appointed Prime Minister of Italy by King Victor Emmanuel III on 30 October 1922. His regime soon back-dated itself by a couple of days, proclaiming the Fascist 'March on Rome' had brought 'revolution' to Italy on 28 October. On 3 January 1925 Mussolini spoke decisively to the Chamber of Deputies refusing to apologise for his followers' violence.¹ It had been especially manifested in the kidnapping and murder of the moderate socialist deputy, Giacomo Matteotti, seized from the streets of Rome on 10 June 1924. That oration and the repression of opposition press and persons which directly followed it are generally accepted as the moment when the *Duce* or *DUCE* (Leader) as he was now always known, became a fully-fledged dictator.² Mussolini held office until 25 July 1943 when, given the disasters of Italy's Second World War, entered on the Nazi German side on the ill-omened date of 10 June 1940, he was dismissed by the King and then arrested.

However, on 8 September 1943, Victor Emmanuel and his new Prime Minister, Marshal Pietro Badoglio, bungled their attempt to get out of the war, fleeing south to avoid capture by the vengeful Germans invading Italy from the north. On 12 September, the Austro-German *SS-Obersturmbannführer* (lieutenant colonel) in the *Waffen-SS*, Otto Skorzeny, rescued the *Duce* from his latest imprisonment in the Apennine mountains east of Rome and escorted him to refuge in Germany. Thereafter, Mussolini was restored to rule across that northern segment of Italy controlled by the Germans in the humiliating role of puppet dictator. By November 1943 this last version of Fascism was given a legal basis as the *Repubblica Sociale Italiana* (Italian Social Republic), with its ineffective ministries scattered around the territories technically under its control. In common parlance, the RSI took the name of the 'Salò Republic', derived from the small town beside Lago di Garda near where Mussolini and his surviving family resided.³ Italy became the site of vicious conflict, whether between the Germans and the slowly advancing Allies or among Italians themselves in a version of civil war. The Italian people split three ways. There were those who either from fanatical devotion to Nazism or a hard-line patriotism, disgusted that the King and Badoglio had betrayed their nation by signing an armistice with the Allies, fought for a 'Nazi-fascist' R.S.I. There were those who assembled in the 'Resistance', determined to achieve their freedom in parallel with the Allies. Committed to communism or socialism or republicanism or Catholic or liberal democracy or monarchism, they were often uneasy bedfellows. They were certainly so after 1945. Finally, the majority of Italians, the *attendisti*, tried to wait out the bloody events that assailed their everyday lives and leave the detail of their country's political system to the future.

The war was lost. On 27 April 1945 Mussolini was apprehended by the Resistance at a village on Lake Como. He was wearing a German uniform, indeed a Nazi-fascist as he endeavoured confusedly to locate asylum north of Milan. The next day he was shot

¹ Benito Mussolini, *Opera omnia* ed. Edoardo and Duilio Susmel, (Florence: 1951-63), Vol XXI, pp. 235-241. This is part of the first 36 volume edition of Mussolini's works, 1951-1963. It was later amplified by a further eight volumes, published by Giovanni Volpe Editore, Rome, 1978-1980.

² For an opposed view, see the work by the major current Italian historian of the Fascist regime, Emilio Gentile, *E fu subito regime: il Fascismo e la Marcia su Roma* (Rome: Laterza, 2012). He and I rarely agree on our interpretations of the past and the present.

³ By now, perhaps prompted by Italy possessing in Giorgia Meloni a Prime Minister who had been a teenage neo-fascist, the museum at Salò has opened a wing on the R.S.I. See <https://museodisalo.it/> (accessed 11 August 2024)

by communist partisans. His corpse, that of his last lover, Claretta Petacci,⁴ and those of his key followers, after being abused by a vengeful crowd, were hung derisively upside down in Piazzale Loreto, a suburban square near Milan railway station.

The story was not quite over. Initially, Mussolini had been buried anonymously in the Musocco cemetery. From there, on Easter Sunday 1946, he was exhumed by a Fascist loyalist, Domenico Leccisi and some associates.⁵ Thereafter, while Italy was convulsed by a referendum on the monarchy (on 2 June it resulted in a narrow and, in some places, disputed vote for a Republic), the corpse was successfully hidden. It was only discovered on 11 August, crammed into a box in the beautiful Certosa di Pavia. It was minus bits that had fallen off when the *Duce's* remains were pushed over the wall at Musocco. Earlier some brain slivers had been removed by American medical psychologists, troubled by how anyone could oppose their world views.

Mussolini was now buried again, this time in the Capuchin chapel at Cerro Maggiore, outside Milan. But, in 1957, with the prompt of a family connection – the latest Christian Democrat Prime Minister, Adone Zoli, sprang from the lands around Mussolini's birthplace, Predappio – the *Duce* was transferred to the family tomb at the San Cassiano cemetery just out of the *paese*. Mussolini's widow, Rachele, who did not die until 30 October 1979, presided over this re-assertion of family piety. Predappio and San Cassiano were destined to remain sites of pilgrimage and reverent memory for those Italians who have continued to admire the *Duce* and reject the findings of Anti-Fascist historiography.⁶ By now the burial site is amplified at the nearby Villa Carpena,⁷ an estate developed by Rachele and Romano Mussolini (1929-2006), the youngest child of her marriage, who, somewhat oddly for a Fascist, built a post-war career as a jazz pianist. Two of Romano's daughters, the half-sisters, Alessandra and Rachele, have kept Mussolini commemoration alive in a familial sense over the last decades of Italian political history.

So much, then, for Mussolini the man and a simple biography.⁸ But, in understanding the myth and memory of Italian Fascism,⁹ it is necessary to probe more than the single figure of the dictator, however crucial he remains in any recollection of his regime. Three words need introduction and analysis: fascism, totalitarianism and corporatism

⁴ For account of their relationship, with telling evidence about the confusions and contradictions of the ageing *Duce*, see R.J.B. Bosworth, *Claretta: Mussolini's last lover* (London: Yale University Press, 2017).

⁵ For a splendid account of the journeying of the corpse, see Sergio Luzzatto, *Il corpo del Duce: un cadavere tra immaginazione, storia e memoria* (Turin: Einaudi, 1998).

⁶ For a careful report on this view of Fascism, see Paul Corner, *Mussolini in myth and memory* (Oxford University Press, 2022).

⁷ See <https://www.casadeiricordi.it/> (accessed 11 August 2024).

⁸ In Italian there is still much detail to be enjoyed in the more than 6000 pp. and unfinished 'biography' compiled by Renzo De Felice from the 1960s to the 1990s: *Mussolini* (8 vols.), (Turin: Einaudi, 1965-1997). However, it is more a top-down account of the regime and its antecedents than a personal biography. In English, cf. R.J.B. Bosworth, *Mussolini* (rev. ed.) (London: Bloomsbury, 2010) and, most recently, Peter J. Williamson, *Duce: the contradictions of power: the political leadership of Benito Mussolini* ((London: M. Hurst, 2023), which is a study of political theory and so not a personal story. For my own parallel works focusing more on the regime than on its leader, see R.J.B. Bosworth, *Mussolini's Italy: life under the dictatorship 1915-1945* (London: Allen Lane, 2005) and *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism: from dictatorship to populism* (London: Yale University Press, 2021).

⁹ I shall always call it Capital F- Fascism and not small f- fascism. The latter will signify attempts to give the word generic meaning.

(or corporativism). The first two originated in Italian and have spread into every language as proof of the *Duce's* 'soft power'. Somewhere in the medley, the words nationalism and racism need exploration, too.

I shall start with fascism. In 2024 it is a word of promiscuous everyday, or rather every minute, use. When I began writing this article in August 2024, Sheikh Hasina was being hunted out from two decades' authoritarian rule in Bangladesh. Her opponents were soon on the web confidently asserting that she had been a fascist.¹⁰ In the United States, the garrulous and strenuously non-academic Donald Trump has not eschewed suggestions of personal dictatorship, even while he carelessly charges Kamala Harris with being both a fascist and a communist, words which mean little from his mouth except truly awful.¹¹ In turn, he has been labelled a fascist by his academic critics.¹² His sometime advisor, Steve Bannon, has not hidden his 'fascination' with Mussolini although, more intellectual than his boss, he derides loose use of the words fascism and populism.¹³ From his left, so serious a historian of the regime as Ruth Ben-Ghiat has written a popular account of dictators, which starts with Mussolini but is designed inevitably to end with Trump.¹⁴ She steers away from getting bogged down in the massive and fruitless definitional debates about F/fascism, instead gleefully depicting the sexist lubricity of many dictators (ignoring the fact that the democratic American politicians, John F. Kennedy and Bill Clinton, might win gold medals in that field).

Vladimir Putin is also often called a fascist, although sometimes the charge is more focused on his supporters.¹⁵ In an article in the *New York Times* two years ago, Timothy Snyder, the eminent American historian of the 'Bloodlands', those territories of Eastern and Central Europe which were so brutally devastated in the 'long Second World War',¹⁶ argued that Putin was indeed a fascist.¹⁷ The word is especially freighted in that part of the world given that the USSR fought its 'Great Patriotic War' against 'fascism' (фашизм) for reasons that I shall discuss below, even though Nazism was the actual invader and

¹⁰ <https://www.quora.com/Is-Bangladesh-under-the-rule-of-Hasina-a-classic-example-of-fascism> (accessed 11 August 2024).

¹¹ See <https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/aug/17/trump-pennsylvania-rally> (accessed 18 August 2024).

¹² For an intelligent reckoning, see <https://www.newyorker.com/books/under-review/why-we-cant-stop-arguing-about-whether-trump-is-a-fascist> (accessed 11 August 2024). For my own account of the debate in its earlier days, see R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, pp. 9-31. In my home study I have from 2016 a cartoon image of Trump dressed in a Fascist uniform and wearing a helmet as Mussolini was most often portrayed in the latter years of his regime. Trump is labelled '*Il Douche*'.

¹³ <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/steve-bannon-mussolini-fascination-populist-facist-donald-trump-us-a8259621.html> (accessed 17 August 2024).

¹⁴ Ruth Ben-Ghiat, *Strongmen: how they rise, why they succeed, how they fall* (London: Profile, 2020).

¹⁵ See, for example, Robert Horvath, *Putin's Fascists: Ruskii Obraz and the politics of managed nationalism in Russia* (London: Routledge, 2021). In fact, given their radical racism, they sound more like Nazis than Italian Fascists, at least during the first decade of the regime. Another neologism, *Ruscism*, has also surfaced in pro-Ukrainian circles, merging the words racism and fascism. See <https://www.nytimes.com/2022/04/22/magazine/ruscism-ukraine-russia-war.html> (accessed 20 August 2024).

¹⁶ For this concept, see R.J.B. Bosworth, *Explaining Auschwitz and Hiroshima: history writing and the Second World War, 1945-1990* (London: Routledge, 1993).

¹⁷ See <https://www.nytimes.com/2022/05/19/opinion/russia-fascism-ukraine-putin.html> (accessed 13 August 2024); cf. Timothy Snyder, *Bloodlands between Hitler and Stalin* (New York: Basic Books, 2010).

most directly responsible for tens of millions of deaths among the peoples of all the Russias. In calling Putin a fascist, Snyder was linking the Russian leader and his invasion of Ukraine to the Second World War and giving scholarly backing to the common view that the current enemies of the West are as evil and needing to be totally opposed as were Germany and its allies after 1939. It is therefore easy to find websites claiming that Iran is governed by fascists or neo-fascists.¹⁸ In Snyder's mind, and by now ubiquitously, Fascism, or rather fascism, has merged with Nazism, always to be bent on genocide.

The other members of what George H.W. Bush labelled the 'Axis of Evil' (thereby again evoking the history of the good and the bad in the Second World War), are still grouped as the enemies of the 'West'. North Korea and China are much more likely to be damned as totalitarian than fascist, but still carry echo from Mussolini's regime. Paradoxically, Putin alleges that Zelensky and his associates in the Ukraine are deeply penetrated by 'Nazism', with that word predominating over occasional Russian accusations that the Ukrainians are soft on fascism.¹⁹

From where did this word, F/fascism, of current use and over-use, come? On 23 March 1919, the Milanese ex-socialist but, from October 1914, interventionist journalist, Benito Mussolini, summoned a diverse but pro-war group of 120 men (nine women joined them) to a meeting at a building on the Piazza del San Sepolcro in central Milan. It had been lent for the occasion by the Jewish and Masonic businessman, Cesare Goldmann (1858-1937). Mussolini there founded what he called the '*Fasci di combattimento*', which might be roughly translated as Returned Servicemen's Group. The word *fascio* (plural *fasci*) evoked memory of the *fasces* of classical Rome, in a country where such appeal was frequent across the political spectrum. Such eternal *romanità* (Roman-ness) had its most grandiloquent expression in the Monument to Victor Emmanuel II, first king of Italy, sometimes derided as the *monumentissimo*. It had been built beneath the Roman Capitol and was inaugurated during the fiftieth anniversary of the new 'Liberal' Italian nation state in June 1911.

Before 1914, the most notable adoption of the term *fascio* had been by socialistoid peasants in 1890s Sicily campaigning against the authoritarian rule of Sicilian Liberal and nationalist Prime Minister (and later Fascist hero), Francesco Crispi. But, in 1919, one careful historian has identified sixteen organisations that were using the term across a range of causes.²⁰ The two most obvious progenitors of the *fasci di combattimento* were the *Fasci d'Azione rivoluzionaria*, a grouping of intellectuals and journalists, including Mussolini, who, from January 1915, demanded Italian entry into the war, and the *fascio parlamentare di difesa nazionale*, who, in 1917-8, worked for national recovery after the defeat at Caporetto, while demanding a global acknowledgement of Italian national greatness.

The story of the Fascists in Italy became better organised and disciplined on 9 November 1921 when Mussolini returned to command of the movement after a well-judged resignation from its quarrelling ranks. He now established the *Partito*

¹⁸ See <https://thephilosophicalsalon.com/post-fascism-and-the-islamic-republic-of-iran/> (accessed 13 August 2024).

¹⁹ See <https://tass.com/politics/1681165> (accessed 13 August. 2024).

²⁰ See R.J.B. Bosworth, *Mussolini's Italy*, pp. 121-2.

Nazionale Fascista or National Fascist Party. Its secretaries, after 1922, were the men most directly given the task of imposing the *Duce's* rule and so Fascism on their country.

The *Fasci di combattimento* had begun with radical-sounding programmes, republican, not monarchist, anti-clerical and so hostile to papal power in Rome and Italy, and syndicalist, that is, with a pro-war variety of socialism that remained opposed to a capitalist bourgeoisie keeping its wealth and social and political power untouched. Gradually, however, these ideas were rejected or qualified and, by 1922, the ideology behind the March on Rome had dwindled to a populist nationalism plus a set of negatives rejecting Marxist socialism and what was viewed as Liberal softness and corruption.

Soon, however, a new word, 'totalitarian', entered the vocabulary and asserted itself as the fundamental definition of the dictatorship. In a speech at La Scala, Milan, on the third anniversary of the March on Rome, 28 October 1925, Mussolini proclaimed that he led a nation where 'our formula is the following: everything in the State, nothing outside the State and nothing and no-one against the State'. Fascism, he added, was no longer merely a 'Government' but was installed as a 'regime' in every *paese* across the nation.²¹ True to his claim, since January, his officials had begun creating a 'totalitarian' state where only one Party, the Fascist, survived, where there was only one Trade Union, the Fascist one, and free thinking must be superseded by the Fascist idea. Opposition to such principles was tracked by active and ruthless secret police who were not limited by the safeguards of Liberal law. Capital punishment, which had been ended in Italy in 1889, was now restored to menace all Anti-Fascists.²² However, the head of this organisation, a man who surveyed the regime's rule with Mussolini every day, was a career bureaucrat, Arturo Bocchini. His deepest beliefs were scarcely ideological. He often seemed as pleased to patrol Fascist dissidents (in-fighting in the P.N.F. never ceased) as Anti-Fascists.

Totalitario was a neologism, literally meaning, with either iron simplicity or silly boasting, 'totally total'. It had been coined by the patriotic, liberal-democrat, Anti-Fascist and parliamentarian from Salerno, Giovanni Amendola, early in 1923. He sharpened the meaning over the next months, by autumn that year applying it to a regime which intended to control the future and was determined to inculcate a single credo.²³ But he did not live to see its full practice; a vicious Fascist beating in Tuscany in 1925 led to his death in exile at Cannes on 7 April 1926.

The word was destined to spread well beyond its origins in Southern Italy, during the 1950s guiding Cold War historians and political scientists who accused Hitler and Stalin and soon Mao of being much the same as each other, all the total enemies of freedom and the capitalist 'West'. That is how the word survives today. The web assures us that, currently, Turkmenistan, North Korea, Afghanistan, and Eritrea are totalitarian states, while China tends that way.²⁴ In Western discourse, it is usually North Korea, with its

²¹ Benito Mussolini, *Opera omnia* Vol.XXI, pp. 422-7.

²² For the classic account of the building of the totalitarian state, see Alberto Acquarone, *L'organizzazione dello stato totalitario* (Turin: Einaudi, 1965).

²³ See R.J.B. Bosworth, *Politics, murder and love in an Italian family: the Amendolas in an age of totalitarianisms* (Cambridge University Press, 2023), pp. 86-7.

²⁴ See <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/totalitarian-countries> (accessed 13 August 2024).

alarming access to atomic weapons, that, under its idiosyncratic communist monarchy, is seen as the most outright and threatening case of totalitarianism.

Italy does not get treated as a particularly significant in such analyses. In the 1950s, those who built lasting models of the meaning of totalitarianism rarely focused on its first origins in Mussolini's regime.²⁵ With some paradox, historians of Italy, by contrast, have continued to divide over the character of the totalitarian state and its society under Mussolini. Some depict a regime which all but fully controlled the most intimate aspects of Italians' personal lives and largely succeeded in its boasted purpose and violent practice²⁶ to make the words 'Fascist' and 'Italian' identical in meaning. Another group of historians, by contrast, has detected vast changes in the regime over time, as well as many variations and limitations in how Italians experienced Fascism. I am very much of this persuasion, convinced that there were huge gaps between theory and practice in a country where, even in Rome, two other monarchs, the doubtless timid and repressed King Victor Emmanuel III (but supplemented by a numerous and publicity-conscious royal family) and the assertively authoritarian Pope Pius XI, until his death on 10 February 1939, contested the primacy of Mussolini's charisma and purpose. Moreover, such massive forces as class and gender difference, regional, local and family loyalties, and a continuing deep belief that politicians' words and legal systems never altogether meant what they said continued as strands of Italian history in the *longue durée*. They were only partially infringed by everyday Fascism.²⁷ Within Italy, Mussolini's hard power always had actual limits.

Paul Corner, an Anti-Fascist historian of English background but living and working in Italy, has underlined the variability of support for the regime across time. In his view, Fascism had already lost maximum backing well before its invasion of Ethiopia and the resultant lurch towards the sometimes contentious alliance with Nazi Germany and a version of Fascism which was meant to be harsher and certainly was more populist. Corner and others have also noted the continuing divisions among leading Fascists over what their time in power should best entail. Mussolini himself, Corner emphasises, 'oscillated between irritation and indecisiveness on many of the questions relating to factionalism'.²⁸

Recent work has also exposed the corruption that was engrained in the dictatorship's practice. The high life of Party bosses frequently ensured that ordinary Italians did not allow their minds to be taken over by Fascism.²⁹ *Confino*, that is, relegation to some poor paese in the South, meant to be the severe and didactic punishment for those who transgressed Fascist verities and treated by some historians as a classic case of 'ordinary violence',³⁰ was scarcely met with popular surrender. Rather, families reacted as families might, regularly appealing to their social higher-ups, be they from the Church or royal

²⁵ For background, see R.J.B. Bosworth, *The Italian dictatorship: problems and perspectives in the interpretation of Mussolini and Fascism* (London: Arnold, 1998), pp. 55-7.

²⁶ For a recent and, in my view, exaggerated account of this kind, see John Foot, *Blood and power: the rise and fall of Italian Fascism* (London: Bloomsbury, 2022).

²⁷ In this regard, see especially R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*.

²⁸ Paul Corner, *The Fascist Party and popular opinion in Mussolini's Italy* (Oxford University Press, 2012), p. 125.

²⁹ For example, see Paolo Giovannini and Marco Palla (eds), *Il fascismo dalle mani sporche. Dittatura, corruzione, affarismo* (Rome: Laterza, 2019)

³⁰ See Michael Ebner, *Ordinary violence in Mussolini's Italy* (Cambridge University Press, 2011).

family, friendly Fascists or Mussolini and his own wife and children. Moreover, punishment, except for the most sturdily intransigent Anti-Fascists, was often conditioned by amnesties. They were formally prompted by what propaganda at that moment was maintaining to be some great regime triumph. Yet they reinforced a deep belief that words, in Fascist Italy, never possessed a simple and militant meaning. *Furbi* (smarties) could always hope to re-define them, and thus Fascism as it impacted their lives in their own interest.

Before examining Racism and Fascist empire, and Corporatism and the Fascist style welfare state, I shall briefly reflect on the meaning of Anti-Fascist. Earlier in this paper, I noted that the Soviets fought their Second World War against 'fascism', not Nazism. In the Marxist political dictionary, fascism was the senior term.

Mussolini, when young, was a prominent socialist, by 1912 elevated to the editorship of his party's national daily paper, *Avanti!* However, in October 1914, he deserted his own family history – his father, Alessandro, had been a socialist, renowned in his home region of the Romagna. By his change of track in October 1914 to favour his nation's war entry, Benito Mussolini marked himself as a traitor to his party and its ideals, what in my native Australia is evocatively called a 'rat'. This betrayal of socialism was expanded during the process of Mussolini's seizure of power when 3000 Italians, two-thirds of them Anti-Fascists, in majority from what had become the nation's three rival socialist parties, were murdered by Fascist 'squadristi' (similar urban or provincial killings occurred through the restive early post-war years in many European countries).

It might be noted that, as Emilio Gentile has shown, Mussolini and Lenin more than once displayed their intellectuality in not totally hostile rhetorical battles with each other.³¹ Moreover, long after the Russian chief's death, Mussolini, in his own private thoughts, never completely forgot his youthful hostility towards, and envy of, the 'bourgeoisie'. Already in 1931, in the unlikely setting of Naples, he had announced: 'in so far as domestic policy is concerned, our order of the day is this: "Go decisively towards the people"'.³² By the later 1930s, his ever more populist regime, locked ever more irrevocably into alliance with the Nazis,³³ devoted much propaganda to damning soft bourgeois habits. The credibility of this half evocation of social revolution was fretted by the evident greed of most Fascist chiefs. Similarly, at the regime's summit, while Rachele kept to being a woman of the people, Mussolini's son-in-law, Minister of Foreign Affairs and seeming potential successor, the chubby Galeazzo Ciano, preferred golf to more militant forms of exercise. The *Duce's* last lover, Claretta Petacci, daughter of the Pope's doctor, wore Paris perfume and fashions rather than more local and humdrum products.

Ignoring such potential complexity in the regime's revolutionary practice, the March on Rome was greeted by conservative observers as a glorious victory against socialism, a triumph over what Winston Churchill labelled 'the bestial appetites and passions of Leninism'. Even after Hitler had become German Chancellor, Churchill was willing to salute Mussolini's 'incarnate genius'. He thereby demonstrated how the conservative world accepted that a dictator like the *Duce* was no bad ruler for a people as wayward as

³¹ Emilio Gentile, *Mussolini contro Lenin* (Rome: Laterza, 2017).

³² Benito Mussolini, *Opera omnia* vol. XXV, pp. 48-51.

³³ For a fuller exploration of these themes, see R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*.

the Italians were believed to be. His 'Fascism' did not threaten their ideal of the world order. It was Italian and not global in nature.³⁴ As Robert Vansittart, Permanent Under-Secretary at the British Foreign Office, stated in July 1933: 'Fascism has never represented the least danger to this country'.³⁵ More reactionary politicians, like Engelbert Dollfuss in Austria (murdered by local Nazis on 25 July 1934 – a day which also carried its omens) or Gyula Gömbös in Hungary (who, admiring Mussolini's strong reaction to the Dollfuss killing, thought that he should be nominated for a Nobel Peace Prize),³⁶ were glad to find international shelter as friends of Italy, as was King Zog of Albania (until 1939). Soon, the glare of Nazism, the greater wealth and reputation of Germany, that is, Germany's hard power, began to obscure and eclipse Fascism's soft power in the process that was to culminate in the ever weaker Italy becoming Germany's 'ignoble second' in World War II, a parody reiteration of the relationship between Imperial Germany and Austria-Hungary in World War I.

After 1922, Fascists were always ready to speechify against Marxism, and Marxists knew that Fascism was the last and most violent embodiment of wicked bourgeois rule: 'the open, terrorist dictatorship of the most reactionary, most chauvinist and most imperialist element of finance capital'.³⁷ Nonetheless, when it came to hard and not soft power, Italy and the U.S.S.R. pursued realistic policies towards each other certainly until the Ethiopian war and almost up to the Nazi invasion on 22 June 1941, about which the Italians were not informed beforehand but which they dutifully petitioned to join. Deep into the 1930s, the Italians were cheerfully selling military products to the U.S.S.R. and exchanging expert information on navies and poison gas.³⁸ Nonetheless, Marxist theory did list 'fascism' as the workers' most evil enemy and ideology therefore ensuring that 'fascism' became the enemy that the Soviets had to defeat after 1941.

With some short-term paradox, it was in the liberal democratic world that brutal invasion of Ethiopia made the greatest difference, abruptly ending parliamentary conservative admiration for Fascism, and reviving and extending an Anti-Fascist alliance that could unite communists, socialists and liberals. Anthony Eden, the liberal Tory from December 1935 to February 1938 in charge of Britain's foreign policy, decided that Mussolini was a cad and a bully, a 'complete gangster whose word meant nothing', perhaps even the 'Anti-Christ'.³⁹ Sylvia Pankhurst, a feminist journalist from the famous radical family in the U.K., led public opinion elevating Haile-Selassie to sublime virtue in contrast to the Fascist regime's murderous and illegal use of poison gas during (and after) its invasion. Later, her son, Richard, who made a post-war career in Addis Ababa, curiously became a major inventor of the Ethiopian nation through works which treated

³⁴ See Rosaria Quartararo, *Roma tra Londra e Berlino: la politica estera fascista dal 1931 al 1940* (Rome: Bonacci, 1980), p. 16.

³⁵ Vansittart papers, 7 July. 1933 (Public Record Office, London).

³⁶ R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, p. 177.

³⁷ Palmiro Togliatti, *Lectures on Fascism* (London: Lawrence and Wishart, 1976), p. xii. The discerning leader of the Italian Communist Party also claimed that Fascist ideology was a 'chameleon', cynically designed to bind rival elements in the movement together (p. 10).

³⁸ See J. Calvitt Clarke III, *Russia and Italy against Hitler: the Bolshevik-Fascist rapprochement of the 1930s* (Westport Conn., Greenwood Press, 1991).

³⁹ R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, pp. 188-190.

Haile Selassie's state as though it had a past as long as time itself. His histories also presented a united nation and not a complex empire, while continuing to portray the invasion of Ethiopia as the 'first aggression' of the fascism that was to be defeated in World War II.⁴⁰

In our current world, a generic Anti-Fascism, with little or no reference to Italy, has flourished ever more mightily, notably in the United States. It is called 'Antifa', the loss of the last five letters reflecting the confused meaning of fascism in our days. In its turn, the Antifa movement has been contested by rightist forces who are likely in 2024 to favour the return to the White House of Donald Trump.⁴¹ Maybe the loud disputes about contemporary fascism and Anti-Fascism have prompted filmmaker, Joe Wright, to make a 'serial biopic' on Mussolini as the 'Son of the Century'. Wright promises to encourage his audiences to be seduced by the *Duce's* demagogic skills and only gradually to perceive that they are becoming supporters of violence and murder. Wright's work is due to be premiered at the Venice Film Festival this September. Whether its promise to 'dunk the viewer straight into the bath of blood, sweat and male testosterone that gave rise to the cult around the man his followers called *Il Duce*' will amount to serious historical analysis remains to be seen.⁴²

What has been established in this paper so far is the way that the words, Fascism and Anti-Fascism, have not died with Mussolini's execution in 1945 but are very much alive and well in current political debates, some serious, some direly superficial. Let me now deal with the issues of war and racism more purposefully than I have so far managed. The most simplistic view of F/fascism is that it is and was perpetually warmongering (and deeply racist) As one popular historian has recently put it: 'Italy went to war repeatedly in the 1920s and 1930s'.⁴³

Should the decades be thus merged? There is no doubt that, from the attack on Ethiopia in October 1935, Italy did move from one aggression to the next. In July 1936, Mussolini sent Fascist arms and men to assist General Franco's Catholic, militarist and Spanish-style fascist (Falangist) side in the bloody Spanish Civil War. On Good Friday 1939, Italy invaded Albania and hunted out King Zog who, for a decade, had been Fascism's loyalish client there. It then annexed the country to what was now called Victor Emmanuel III's empire, although Italy's actual rule involved much compromise with the segment of the country's ruling elite willing to collaborate with their new rulers. There was certainly no German-style genocide planned or achieved there.⁴⁴ Finally, if with nine

⁴⁰ There are many examples, but see Richard Pankhurst, *The Ethiopians* (Oxford: Blackwells, 1998); Sylvia Pankhurst, *artist, crusader: and intimate portrait* (New York: Paddington Press, 1979). Sylvia Pankhurst, *Ethiopia: a cultural history* (Woodford Green: Lalibela House, 1955).

⁴¹ For introduction, see Mark Bray, *Antifa: the Anti-Fascist handbook* (Hoboken NJ: Melville House Publishing, 2017) and, in response, Natasha and Jason Devine, *The Compleat Anti-Antifa Handbook* (Morrisville NC: Lulu press, 2020).

⁴² For some introduction, see <https://www.theguardian.com/world/article/2024/aug/17/atonement-director-joe-wright-on-his-new-mussolini-biopic-m-son-of-the-century#:~:text=Interview-,I%20want%20the%20audience%20to%20be%20seduced'%3A%20Joe,Wright%20on%20his%20Mussolini%20biopic&text=He%20built%20up%20violent%20paramilitary,country%20into%20a%20bloody%20war.> (accessed 18 August 2024).

⁴³ Keith Lowe, *Naples 1944 and the making of Post-War Italy*, (London: William Collins, 2024), p. 172.

⁴⁴ For more detail, see R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, pp. 202-5.

months delay, on 10 June 1940 Italy did join the Nazi side and followed it into the later conflicts with the U.S.S.R. and the U.S.A. in what had duly become World War II.

This record might indeed seem a tale of constant war-making and it is true that, from start to finish, the regime's propaganda stentoriously praised war as man's proper and best calling. Yet some qualifications are needed. Doubtless the aggressions were clustered. But Liberal Italy had made aggressive war in 1866 against Habsburg Austria (it lost but was rewarded with Venice and the Venetia because its Prussian allies won). In 1870, it attacked the Pope in Rome and overthrew his lingering temporal power. In the late 1880s and 1890s leading to the defeat at Adua on 1 March 1896, it invaded Ethiopia and sought to expand its small (aggressively occupied) empire in Eritrea and Somalia. In 1911 it assaulted the Turkish provinces of Tripolitania and Cyrenaica, initially without bothering to declare war, and there established the colony of 'Libya', the name, with Liberal *romanità*, resuscitated from classical times. Finally, on 24 May 1915, Liberal Italy initiated hostilities with Austria-Hungary (waiting until August 1916 to add Imperial Germany to its enemies). In its thereby idiosyncratic First World War, the Italians suffered 750 000 military and civilian deaths, 50% more than those who died in the Fascist war of 1940-5. In sum, while Italy survived as the 'least of the Great Powers', all its wars were begun aggressively. In these circumstances, it is legitimate to ask whether Fascism made much difference to Italian behaviour in world politics.

What of the 1920s and the charge that Mussolini was then always at war? Here it is time to reflect on Fascist empire and the racism that, by 1938, had turned into vicious and legally pervasive Anti-Semitism. It is already plain that *The Economist*, major journal of practical liberalism, was not unusual when it greeted the regime's lavish celebration of its tenth year in office, its *Decennale*, with the praise that Mussolini had made Italy 'a steadying influence in the bedlam world' of the present.⁴⁵ Yet the regime had engaged in plenty of military action during its first decade, not in Europe of course, but in its empire. Imperial war was waged in Libya, only feebly won before 1914, largely lost during the European war, and then regained with much brutality through the 1920s (a beginning went back to the months, February to October 1922, when Giovanni Amendola was Minister for Colonies).

When I wrote the first edition of my biography of Mussolini, I made plain that the dictatorship had been responsible for the premature deaths of a million men, women and children.⁴⁶ It is a horrific figure, although far less than the casualties of Nazism, Russian or Chinese communism and not so much more than the toll of various liberal democratic imperialisms. Half a million of the tally are composed by Italian civilians and soldiers killed during the Second World War and its immediate aftermath, with an unknown number of the victims of Italian arms needing to be added. But the other 500 000 were slain in the various parts of the Italian Empire, Libya, and what from 1935 to 1941 became *Africa Orientale Italiana* (Italian East Africa), merging Eritrea, Somalia and the Ethiopian empire.

The Ethiopian story is especially notorious. Both in battle, and in never altogether successful efforts to impose its rule on a vast territory varied by ethnicity, language,

⁴⁵ *The Economist*, 29 October 1932.

⁴⁶ See R.J.B. Bosworth, *Mussolini* (London: Arnold, 2002), p. 35.

religion and geography, Italy paid no attention to the Geneva Protocol which it had signed in 1925 banning the use of gas in warfare. When, on 19 February 1937, Ethiopian partisans tried to assassinate Viceroy, Rodolfo Graziani, at a ceremony in Addis Ababa, Fascists were encouraged to run wild through the city for three days and may have massacred 30 000 Ethiopians.⁴⁷ After the war, the returned regime of Emperor Haile Selassie claimed that the Italians had murdered 760 300 of his people, although he was remarkably forgiving of those Italians who remained in his territories. More active in their assertions on the subject were the Pankhursts, where Sylvia quickly added another 300 000 to her original tally of 460 300.⁴⁸

More work is needed on this subject. It must raise such difficult issues as black on black killings during these years. The Italians were always supplemented by ‘*ascari*’, their coloured troops from Libya, Eritrea and Somalia; it is clear, for example, that the barbarous murder of Coptic monks at the monastery of Debra Libanos on 21 and 26 May 1937 – some 2000 died – was given over to Moslem *ascari*.⁴⁹ Even more complex will be analysis of the yawning divisions within Ethiopia, an empire whose approximate borders had been achieved under the reign of the Emperor Menelik (1889-1913). There a sense of identity and levels of modernisation fluctuated well into the twentieth century. Italy never fully conquered this empire, and the Duke of Aosta, royal successor to Graziani, was attempting to rule with the assistance of approved local ‘chieftains’ on the model of other, older, European empires, until A.O.I. fell apart to ragtag imperial British forces in 1941-2. Here lacking is a proper study of the extent to which Italian Fascist imperial theory and practice differed from the older European empires of Britain and France or of Spain and Portugal, with their pro-Fascist rulers, General Francisco Franco and the Catholic economist, Antonio de Oliveira Salazar. Certainly, when Richard Pankhurst scrutinised British imperialism in Kenya, he found plenty of vicious racism there.⁵⁰ Moreover, Mussolini never visited AOI; he did make two trips to Libya (in 1925 and 1937) with predictable fanfare. A case needs examining of the extent to which Italian imperialism 1922-1947 was as much Italian as it was Fascist. I use the end-point 1947 because many Anti-Fascists, led by liberal intellectual, Benedetto Croce,

⁴⁷ The most recent account is Ian Campbell, *The Addis Ababa massacre: Italy's national shame* (London: C. Hurst, 2017).

⁴⁸ See Sylvia Pankhurst, *Italy's war crimes in Ethiopia: evidence for the War Crimes Commission* (London: Walthamstow Press, nd), p. 2; *The Ethiopian people: their rights and progress* (Woodford: New Times and Ethiopia News Book Department, nd [1946]), p. 12. Her tally has recently been accepted by John Foot, although rounded down to 750 000. See J. Foot, *Blood and Power*, p. 215. Cf. also Richard Pankhurst, ‘Italian Fascist War Crimes in Ethiopia: a history of their discussion from the League of Nations to the United Nations (1936-1949)’, *Northeast African Studies*, 6, 1999, pp. 83-140. Angelo Del Boca, the first Italian to engage in serious analysis of Fascist imperialism, cut the total to about half that approved by Foot and the Pankhursts. See Angelo Del Boca (ed.), *Confini contesi: la Repubblica Italiana e il Trattato di Pace di Parigi (10 febbraio 1947)* (Turin: EGA, 1998), p. 7.

⁴⁹ For details, see Ian Campbell, *Holy War: the untold story of Catholic Italy's crusade against the Ethiopian Orthodox Church*, (London: C. Hurst, 2021). The book is dedicated to the memory of Richard Pankhurst.

⁵⁰ Richard K.P. Pankhurst, *Kenya: the history of two nations* (London: Independent publishing, nd [1954]). For a scholarly study of post-1945 British imperial killing, see Catherine Elkins, *Britain's Gulag: the brutal end of British empire in Kenya* (London: Jonathan Cape, 2005). Her black death toll is reckoned at between 160 000 and 320 000.

then thought it disgraceful that Italy was being asked to surrender its pre-Fascist empire at the Peace of Paris.

The drastic racial legislation, which characterised the last years of Fascism and probably reflected its choice of Nazism as an ally but was certainly not ordered from Berlin, suggested that the peoples of Ethiopia could not expect great benefit from Italian rule, even if Mussolini dreamed of a 'black army' of 500 000 men which could 'dominate Africa'.⁵¹ Ethiopians never, however, faced genocide of the Nazi type.

Furthermore, recent research has shown that in A.O.I., as in Libya, Italian colonists did not always possess the deeply Fascist sense demanded by their government. Rather than constituting a modern Caesarian legion of pioneer farmers, they tended to congregate in large towns, especially Addis Ababa, and gain a cosy living from doing the sort of things they might do in any metropolitan *città*. They disliked local Fascist chiefs and their money-grubbing, and were inclined to mutter 'if only the *Duce* knew'.⁵² Roberta Pergher has made a detailed study of Libya where Italian rule had been imposed by Badoglio and Graziani. The two Fascist and Italian generals continued in Ethiopia the ruthlessness which had characterised Italian rule in Libya through the decade from 1922.⁵³ It was in turn accompanied by much practical racism in determining the social roles of the varied population of Libya during the later 1930s. But, again, Pergher has shown the way that Italian settlers developed their own methods to survive and flourish. It was by no means the same as that decreed or intellectualised about in Rome.⁵⁴

The victims of Fascism were at their most numerous in the Italian Empire but Italy has rightly been seen as a participant in the Holocaust. More than 7000 Italian Jews, who in the past had been a notably patriotic element of the national population, were, under the R.S.I., deported to the East and murdered. The Germans directly controlled this process, but Italian officialdom assisted in the categorisation of Jews in Italy and ordinary Italians were often ready to identify their neighbours and send them to their deaths.⁵⁵ Moreover, from 1938 onwards, Mussolini's dictatorship passed harsher and harsher Anti-Semitic legislation, stimulated by the steady hardening of racial laws in the Empire and amplified by the spread of Anti-Semitism in many European countries. Some historians have argued that Mussolini was always, certainly *in pectore*, a racist,⁵⁶ and there can be no doubt that, by the late 1930s, the regime was using 'race' steadily to harden its requirements for citizenship. Yet, such a charge must explain away the occasions when Mussolini ridiculed racial 'science' and German deep beliefs. He was, after all, a journalist, with opinions on everything, and ones that could readily change from one

⁵¹ Giuseppe Bottai, *Vent'anni e un giorno (24 luglio 1943)* (Milan: BUR, 2008), p. 137.

⁵² See Emanuele Ertola, *In terra d'Africa: gli italiani che colonizzarono l'impero* (Rome: Laterza, 2017).

⁵³ And did so with the approval of the doyen of French imperialists, Field Marshal Hubert Lyautey. See R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, pp. 120-1.

⁵⁴ See Roberta Pergher, *Mussolini's nation-empire: sovereignty and settlement in Italy's borderlands 1922-19439* (Cambridge University Press, 2018).

⁵⁵ For summary, see Simon Levis Sullam, David I. Kertzer, Oona Smyth and Claudia Patane, *The Italian executioners: the genocide of the Jews in Italy* (Princeton University Press, 2020). One survivor, Primo Levi, wrote an account of his experiences in what may be the greatest book of the twentieth century. See Primo Levi, *If this is a man and The truce* (Harmondsworth: Penguin, 1979). Stuart Woolf, a distinguished historian, was his translator.

⁵⁶ See notably Giorgio Fabre, *Il contratto: Mussolini editore di Hitler* (Bari: Dedala, 2004).

week to the next. The American historian, Shira Klein, has noted how those Italian Jews who escaped to settle in post-1948 Israel, were often nostalgic about their lives in (Fascist) Italy and saw nothing particularly the matter with their then country's imperial policies.⁵⁷

Finally, we need briefly to consider the nature of the Fascist 'Corporate State', that is, a regime which pledged to bring welfare to its people and demonstrate that it had an economic model more virtuous than those of socialism or liberal capitalism. On 23 April 1927, just as Mussolini was announcing Fascist triumph: 'every form of opposition in Italy is broken into pieces, dispersed, finished: mere dust',⁵⁸ the regime promulgated its *Carta del Lavoro* (Labour Charter). In thirty articles the Charter promised to bond capitalists and workers, peasants and landowners, rich and poor, thereby cementing the Fascist State's 'moral, political and economic unity'. The worker union (there was to be only one) and bosses' confederations were fused in a way that allegedly eliminated unnecessary conflict and exploitation. Since work of whatever kind, 'intellectual, technical or manual', was a 'social duty', under the State's ultimate supervision but without petty interference in production (since 'private initiative' in that field was the 'most efficient and useful to the national interest'), the new Italy, with what was soon also being hailed as 'new' men and women, was to be a corporate state and society.⁵⁹

I do not have space for detailed examination of the reality of corporatism. Suffice it to say that, while the dictatorship existed, it was lavishly praised at home and abroad. Giuseppe Bottai, the Fascist minister who most aspired to be an intellectual and who was most involved in its crafting, claimed, after Mussolini's fall, that it could have leavened the Party's totalitarianism with its own potentially 'vital pluralism'.⁶⁰ Back in July 1935, just before Ethiopia, Bottai argued in a prestigious liberal American journal that Franklin Roosevelt's New Deal had much in common with the Corporate State in insisting on helpful guidance of capitalism by government.⁶¹ Praise for the Italian model is easy to find in other 1930s commentary, be it from professional economists⁶² or from such rightist politicians as Oswald Mosley (before he accepted that Nazi soft and hard power was much greater than Fascism's), Colonel O'Duffy's Blueshirts in Eire, Vidkun Quisling in Norway or General José Félix Uriburu, when he launched a military coup in Argentina in September 1930.⁶³ Two years earlier, *The Economist* asserted that corporatism was 'one of the most remarkable experiments in history', in February 1932 adding that it was the

⁵⁷ Shira Klein, *Italy's Jews from emancipation to Fascism* (Cambridge University Press, 2018); for my own summary of the matter, see R.J.B. Bosworth, *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*, pp. 228-232.

⁵⁸ Benito Mussolini, *Opera omnia* vol. XXII, p. 379

⁵⁹ For the text, see Alberto Acquarone, *L'organizzazione dello stato totalitario*, pp. 477-481.

⁶⁰ Giuseppe Bottai, *Vent'anni e un giorno*, p. 107.

⁶¹ Giuseppe Bottai, 'Corporate State and N.R.A.', *Foreign Affairs*, 13, July 1935, pp. 612-624. *The Economist* had seen similar parallels already on 27 May 1933; Gaetano Salvemini, *Under the axe of Fascism* (London: Gollancz, 1936), pp. 147-154.

⁶² For a classic example, see Paul Einzig, *The economic foundations of Fascism* (London Macmillan, 1933), where he argued that a Corporate state, in its functioning, did not need a dictatorship and sharply separated Mussolini from Hitler's early days in Germany. The book has recently been republished by the Contemporary rightist Lulu press (2021).

⁶³ See Colin Cross, *The Fascists in Britain* (London: Barrie and Rockliff, 1961), pp. 73-4; Maurice Manning, *The Blueshirts* (Dublin: Gill and Macmillan, 1970), pp. 75; 100; Oddvar K. Hoidal, 'Vidkun Quisling's decline as a political figure in pre-war Norway, 1933-1937', *Journal of Modern History*, 43, 1971, p.452; David Aliano,

'corporate bridge' between capital and labour which explained why Italy had not suffered more in the Depression. Adolf Hitler, by contrast, avoided suggestions that Germany could benefit from the Italian model.⁶⁴

But, even in the inter-war period and certainly afterwards, predictable questions arose about the gap between the theory of corporatism and its practice. Luigi Einaudi, economist and politician dismissed it as 'an ill-digested abracadabra of slogans which changed rapidly according to the whim of the dictator'. For Anti-Fascist historian, Gaetano Salvemini, it was the regime's 'Great Humbug'.⁶⁵ Matters might be further complicated if, in the post-1945 world, the most successful economies and societies of Europe, Germany and the Scandinavian countries, were examined as followers of some of the principles of Corporatism.

The other arena where debates about the nature of Mussolini's dictatorship continue to flourish relate to the way the Fascist bureaucracy worked. Such organisations as the *Opera nazionale per la protezione della maternità e infanzia* (O.N.M.I.; National body to protect mothers and babies) lasted for more than a generation after 1945. The *dopolavoro* (after-work association) was probably modelled on the policy of the capitalist Westinghouse company but did bring opportunity for leisure and after-work learning previously not available to Italian workers. On the other hand, all such organisations – 381 new (over-staffed, over-paid and low producing) *enti statali* came into existence between 1919 and 1945⁶⁶ – could not be relied on to spread evenly across what remained a varied country in employment and wealth. All were equally likely to be vitiated by political interference. Fascism, in other words, provided a Fascist welfare state that was better than nothing but carried the contradictions and failures that always beset Mussolini's rule in Italy.

It is time to end. There can be no question that a memory of Benito Mussolini and his Fascist, if Italian, dictatorship lives on in our present world. Just what the dictator's ghost makes of the massive variety of claimed influence from the *Duce's* soft power might be a complex question. But the Fascist regime, in its inglorious European, imperial and, often enough, Italian Second World War, as well as its lack of much economic achievement leading to such failure,⁶⁷ did end the nation's doubtful career as the least of the Great Powers. Neither Italians nor others should evoke it as a model for anything worthwhile. And the evocation of 'fascism' in our current world to mean anything directly connected with Mussolini's dictatorship should be viewed with scepticism.

Mussolini's national project in Argentina (Madison: Fairleigh Dickinson University Press, 2012), pp. 155-6. There are many other such examples.

⁶⁴ Gerhard Dobbert (ed.), *L'economia fascista: problemi e fatti* (Florence: Sansoni, 1935), pp. 1-2.

⁶⁵ Luigi Einaudi, 'The Future of the Italian Press', *Foreign Affairs*, April 1945, p. 506.

⁶⁶ Guido Melis, *La macchina imperfetta: immagine e realtà dello Stato fascista* (Bologna: il Mulino, 2018), p. 399. Melis provides much important detail on the actuality of Fascist life.

⁶⁷ For background, see Vera Zamagni, *The economic history of Italy* (Oxford University Press, 1993).

Bibliography

- Acquarone, A. (1965). *L'organizzazione dello stato totalitario*. Turin: Einaudi.
- Aliano, A. (2012). *Mussolini's national project in Argentina*. Madison: Fairleigh Dickinson University Press, pp. 155-156.
- Ben-Ghiat, R. (2020). *Strongmen: how they rise, why they succeed, how they fall*. London: Profile.
- Bosworth, R. J. B. (1993). *Explaining Auschwitz and Hiroshima: history writing and the Second World War, 1945-1990*. London: Routledge.
- Bosworth, R. J. B. (1998). *The Italian dictatorship: problems and perspectives in the interpretation of Mussolini and Fascism*. London: Arnold, pp. 55-57.
- Bosworth, R. J. B. (2002). *Mussolini*. London: Arnold, p. 35.
- Bosworth, R. J. B. (2005). *Mussolini's Italy: life under the dictatorship 1915-1945*. London: Allen Lane.
- Bosworth, R. J. B. (2010). *Mussolini* (rev. ed.). London: Bloomsbury.
- Bosworth, R. J. B. (2017). *Claretta: Mussolini's last lover*. London: Yale University Press.
- Bosworth, R. J. B. (2021). *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism: from dictatorship to populism*. London: Yale University Press.
- Bosworth, R. J. B. (2023). *Politics, murder and love in an Italian family: the Amendolas in an age of totalitarianisms*. Cambridge University Press, pp. 86-87.
- Bosworth, R. J. B. *Mussolini and the eclipse of Italian Fascism*.
- Bosworth, R. J. B. *Mussolini's Italy*, pp. 121-2.
- Bottai, G. (1936). 'Corporate State and N.R.A.', *Foreign Affairs*, 13, July 1935, pp. 612-624. *The Economist* had seen similar parallels already on 27 May 1933.
- Bottai, G. (2008). *Vent'anni e un giorno (24 luglio 1943)*. Milan: BUR, p. 137.
- Bottai, G. *Vent'anni e un giorno*, p. 107.
- Bray, M. (2017). *Antifa: the Anti-Fascist handbook*. Hoboken NJ: Melville House Publishing.
- Campbell, I. (2017). *The Addis Ababa massacre: Italy's national shame*. London: C. Hurst.
- Campbell, I. (2021). *Holy War: the untold story of Catholic Italy's crusade against the Ethiopian Orthodox Church*. London: C. Hurst.
- Clarke III, J. C. (1991). *Russia and Italy against Hitler: the Bolshevik-Fascist rapprochement of the 1930s*. Westport Conn., Greenwood Press.
- Corner, P. (2012). *The Fascist Party and popular opinion in Mussolini's Italy*. Oxford University Press, p. 125.
- Corner, P. (2022). *Mussolini in myth and memory*. Oxford University Press.
- Cross, C. (1961). *The Fascists in Britain*. London: Barrie and Rockliff, pp. 73-74;
- Del Boca, A. (ed.) (1998). *Confini contesi: la Repubblica Italiana e il Trattato di Pace di Parigi (10 febbraio 1947)*. Turin: EGA, p. 7.
- Devine, N. & Devine, J. (2020). *The Compleat Anti-Antifa Handbook*. Morrisville NC: Lulu press.
- Dobbert, G. (ed.) (1935). *L'economia fascista: problemi e fatti*. Florence: Sansoni, pp. 1-2.

- Ebner, M. (2011). *Ordinary violence in Mussolini's Italy*. Cambridge University Press.
- Einaudi, L. (1945). 'The Future of the Italian Press', *Foreign Affairs*, April, p. 506.
- Einzig, P. (1933). *The economic foundations of Fascism*. London Macmillan.
- Elkins, C. (2005). *Britain's Gulag: the brutal end of British empire in Kenya*. London: Jonathan Cape.
- Ertola, E. (2017). *In terra d'Africa: gli italiani che colonizzarono l'impero*. Rome: Laterza.
- Fabre, G. (2004). *Il contratto: Mussolini editore di Hitler*. Bari: Dedala.
- Foot, J. (2022). *Blood and power: the rise and fall of Italian Fascism*. London: Bloomsbury.
- Gentile, E. (2017). *Mussolini contro Lenin*. Rome: Laterza.
- Gentile, E. (2012). *E fu subito regime: il Fascismo e la Marcia su Roma*. Rome: Laterza.
- Giovannini, P. & Palla M. (eds.) (2019). *Il fascismo dalle mani sporche. Dittatura, corruzione, affarismo*. Rome: Laterza.
- Hoidal, O. K. (1971). 'Vidkun Quisling's decline as a political figure in pre-war Norway, 1933-1937', *Journal of Modern History*, 43, p. 452.
- Horvath, R. (2021). *Putin's Fascists: Ruskii Obraz and the politics of managed nationalism in Russia*. London: Routledge.
- Klein, S. (2018). *Italy's Jews from emancipation to Fascism*. Cambridge University Press.
- Levi, P. (1979). *If this is a man and The truce*. Harmondsworth: Penguin.
- Lowe, K. (2024). *Naples 1944 and the making of Post-War Italy*. London: William Collins, p. 172.
- Luzzatto, S. (1998). *Il corpo del Duce: un cadavere tra immaginazione, storia e memoria*. Turin: Einaudi.
- Manning, M. (1970). *The Blueshirts*. Dublin: Gill and Macmillan, pp. 75; 100.
- Melis, G. (2018). *La macchina imperfetta: immagine e realtà dello Stato fascista*. Bologna: il Mulino, p. 399. Melis provides much important detail on the actuality of Fascist life.
- Mussolini, B., *Opera omnia* vol. XXII, p. 379.
- Pankhurst, R. (1979). *Sylvia Pankhurst: artist, crusader: and intimate portrait*. New York: Paddington Press.
- Pankhurst, R. (1998). *The Ethiopians*. Oxford: Blackwells.
- Pankhurst, R. (1999). 'Italian Fascist War Crimes in Ethiopia: a history of their discussion from the League of Nations to the United Nations (1936-1949)', *Northeast African Studies*, 6, pp. 83-140.
- Pankhurst, R. K. P. ([1954]). *Kenya: the history of two nations*. London: Independent publishing, nd.
- Pankhurst, S. ([1946]). *The Ethiopian people: their rights and progress*. Woodford: New Times and Ethiopia News Book Department, p. 12.
- Pankhurst, S. (1955). *Ethiopia: a cultural history*. Woodford Green: Lalibela House.
- Pankhurst, S. (nd). *Italy's war crimes in Ethiopia: evidence for the War Crimes Commission*. London: Walthamstow Press, nd, p. 2.
- Pergher, R. (2018). *Mussolini's nation-empire: sovereignty and settlement in Italy's borderlands 1922-1943*. Cambridge University Press.
- Quartararo, R. (1980). *Roma tra Londra e Berlino: la politica estera fascista dal 1931 al 1940*. Rome: Bonacci, p. 16.

- Salvemini, G. (1936). *Under the axe of Fascism*. London: Gollancz, pp. 147-154.
- Sullam, S. L., Kertzer, D. I., Smyth, O. & Patane, C. (2020). *The Italian executioners: the genocide of the Jews in Italy*. Princeton University Press.
- Togliatti, P. (1976). *Lectures on Fascism*. London: Lawrence and Wishart, p. xii.
- Vansittart papers*, 7 July. 1933. Public Record Office, London.
- Williamson, P. J. (2023). *Duce: the contradictions of power: the political leadership of Benito Mussolini*. London: M. Hurst.
- Zamagni, V. (1993). *The economic history of Italy*. Oxford University Press.

‘It is a Fascist Empire’.
Some points of discussion on the nature of
Italy’s colonialism during the Fascist period

“É um Império Fascista”. Alguns aspetos para
discussão sobre a natureza do colonialismo
italiano durante o período fascista

Giuseppe Finaldi

Giuseppe Finaldi
University of Western Australia
ORCID: 0000-0002-8412-120X

“É UM IMPÉRIO FASCISTA”.
ALGUNS ASPETOS PARA
DISCUSSÃO SOBRE A NATU-
REZA DO COLONIALISMO
ITALIANO DURANTE O
PERÍODO FASCISTA

Quando a Itália entrou em guerra com a Etiópia e a conquistou, em 1935-1936, Mussolini descreveu o novo império colonial italiano como uma conquista do fascismo e rotulou-o de império “fascista”. A conquista foi considerada o sinal mais seguro de que o fascismo tinha transformado com êxito a sociedade italiana e a tinha reestruturado à sua própria imagem. O Estado, a sociedade e a cultura italianos seguiram a narrativa prescrita por Mussolini. Levando a sério as afirmações de Mussolini, este artigo questiona o que tornou o colonialismo italiano “fascista” durante o período fascista? Terá sido a sua enorme violência, a sua intenção genocida, o seu racismo ou, de facto, o facto de ter sido conquistado por italianos, agora totalmente transformados em ávidos fascistas, que o distinguiu? Pergunta-se que outras experiências coloniais deveriam servir de comparação para avaliar a natureza fascista do colonialismo italiano dos anos 30: a Itália liberal, os impérios contemporâneos das potências liberais ou talvez o império europeu de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Discutindo a historiografia recente de uma nova abordagem à história colonial que se define como “estudos coloniais de colonos”, este artigo propõe a ideia de que o que é fundamental para compreender a natureza do Império “fascista” italiano não é tanto o seu “fascismo”, mas sim o facto de ter sido previsto como local de colonização italiana em massa.

Palavras-chave: Colonialismo italiano; Fascismo; Colonização africana; Colonialismo comparado; Colonialismo dos colonos.

‘IT IS A FASCIST EMPIRE’.
SOME POINTS OF DISCUS-
SION ON THE NATURE OF
THE ITALY’S COLONIALISM
DURING THE FASCIST
PERIOD

When Italy went to war with and conquered Ethiopia in 1935-6 Mussolini portrayed Italy’s new colonial empire as an achievement of Fascism and labelled it a ‘fascist’ empire. The conquest was touted as the surest sign that Fascism had successfully transformed Italian society and remade it in its own image. Italy’s state, society and culture conformed to Mussolini’s prescribed narrative. Taking Mussolini’s claims seriously, this paper asks if and what made Italy’s colonialism during the Fascist period ‘fascist’? Was it its enormous violence, its genocidal intent, its racism, or even the fact that it was conquered by Italians, now fully transformed into ardent Fascists that set it apart? The question is what other colonial experiences should serve as a benchmark for gauging the fascist nature of Italian colonialism in the 1930s: that of liberal Italy, the contemporary empires of the liberal powers, or perhaps Hitler’s European empire during the Second World War. This paper discusses the recent historiography of a new approach to colonial history that defines itself as ‘settler colonial studies’, and proposes that what is crucial to understanding the nature of the Italian ‘fascist’ empire is not so much its ‘fascism’, but the fact that it was conceived as a locus for mass Italian settlement.

Keywords: Italian colonialism; Fascism; African colonisation; Comparative colonialism; Settler colonialism.

« UN EMPIRE FASCISTE ».
QUELQUES ÉLÉMENTS DE
DISCUSSION SUR LA NATURE
DU COLONIALISME ITALIEN
PENDANT LA PÉRIODE FAS-
CISTE

Lorsque l’Italie est entrée en guerre contre l’Éthiopie et l’a conquise en 1935-1936, Mussolini a présenté le nouvel empire colonial italien comme une réalisation du fascisme et l’a qualifié d’empire « fasciste ». Cette conquête a été considérée comme le signe le plus sûr que le fascisme avait réussi à transformer la société italienne et à la remodeler à son image. L’État, la société et la culture italiens ont suivi le récit prescrit par Mussolini. Prenant au sérieux les affirmations de Mussolini, cet article pose la question de savoir si et pourquoi le colonialisme italien pendant la période fasciste était « fasciste »? Est-ce son énorme violence, son intention génocidaire, son racisme ou le fait qu’il ait été conquis par des Italiens désormais complètement transformés en fascistes avides qui l’ont distingué? L’auteur se demande quelles autres expériences coloniales devraient servir de points de comparaison pour évaluer la nature fasciste du colonialisme italien dans les années 1930 : l’Italie libérale, les empires contemporains des puissances libérales ou peut-être l’empire européen d’Hitler pendant la Seconde Guerre Mondiale. En discutant l’historiographie récente d’une nouvelle approche de l’histoire coloniale qui se définit comme « études coloniales de peuplement », cet article propose l’idée que ce qui est essentiel pour comprendre la nature de l’empire italien « fasciste » n’est pas tant son « fascisme » mais son caractère envisagé en tant que lieu de peuplement italien de masse

Mots-clés : Colonialisme italien ; Fascisme ; Colonisation africaine ; Colonialisme comparatif ; Colonia-
lisme de peuplement

'Fascist' Colonialism

On May 9, 1936, in one of his most celebrated speeches delivered from the balcony of Rome's Palazzo Venezia, Mussolini announced to Italy and the world that the nation 'finally had its empire.' Italian troops had entered Addis Ababa a few days earlier; Haile Selassie, the Ethiopian king of kings, had fled into exile. The Duce's words were broadcast across the country and throngs gathered in all of Italy's piazzas where loudspeakers – sixteen had been set up in Milan's Piazza Duomo for example¹ – blared out Mussolini's speech in real time. In the following days newspapers and newsreels ad infinitum repeated what came to be called the declaration of the 'foundation of the empire'. Vittorio Emanuele, previously merely Italy's king, was by law now also to be referred to as 'emperor'. According to historian Renzo De Felice, the blacksmith's son and former socialist, at the height of his popularity, refused Vittorio Emanuele's offer to be made a prince, informing the monarch that the Mussolinis came from a long line of peasants, something he was proud of.² Recourse to this earthy modesty warded off a title which in reality would have located Mussolini well below the king-emperor, and its acceptance would also have suggested that his greatest accomplishment to date had merely been achieved at the service of the diminutive monarch. The wily Romagnol 'peasant' avoided Vittorio Emanuele's snare, preferring to bequeath himself the 'founder of the empire' soubriquet. That title would appear under his name from thence forward, though a mere six years later Ethiopia was taken by the British in the midst of World War II and given back to Haile Selassie.

The salient parts of the May speech ran as follows: 'All knots have been severed by our resplendent sword, and this African victory remains intact and pure in the history of our fatherland just as our fallen and our surviving legionaries dreamed and wished. Italy finally has its empire. It is a Fascist empire because it carries with it the signs of the indestructible will and power of the Roman lictor, because this is the goal to which over fourteen years the exuberant and disciplined energy of this young and vigorous generation of Italians has been directed. ... The people of Italy with its blood has created the Empire; it will be nourished with its labor and defended against anyone with its arms. Legionaries, with these supreme assurances, lift on high your standards, your steel and your hearts and salute, after fifteen centuries, the reappearance of the Empire on the fatal hills of Rome.'³

There is, as they say, much to unpack here. Mussolini's words were carefully chosen, not just boomed out in a moment of euphoria. There were many audiences he needed to address. He was speaking to the Italian people, some being principled anti-Fascists hoping failure would weaken the regime; to other Italians who were merely disappointed with Fascism's achievements after fourteen years in power; to the Fascist old guard which had seen their 'revolution' absorbed into the humdrum rule of a staid (even Catholic) and bureaucratic state; to the foreign nations which had opposed the conquest and

¹ 'Esercito e popolo in Piazza del Duomo', *Corriere della Sera* (May 10, 1936), 6.

² Renzo De Felice, *Mussolini il duce. Gli anni del consenso 1929-1936* (Turin: Einaudi, 1974), 759.

³ Duilio Susmel and Edoardo Susmel eds., *Benito Mussolini: Opera Omnia* (Florence: La Fenice, 1951-1958), Vol., XXVII, 268-9.

imposed economic sanctions on Italy; then there was the rising star in Berlin, in command of a hugely powerful nation, a new 'fascist' dictator already showing signs of rivalling his former mentor south of the Alps; Mussolini's words were meant for the monarchy too, and its representing what was left of the old liberal order, including the armed forces.

The conquest was most obviously profiled as a 'Fascist' achievement, not a jewel to be placed in the Savoyard crown. Unlike the republican Garibaldi who had handed over the south of Italy to Vittorio Emanuele's namesake and grandfather in 1861 after he had conquered it and removed its legitimate monarch – with the Hero then retreating (albeit temporarily) to the self-imposed exile of the island of Caprera – Mussolini asserted ownership of the new empire for himself and his regime. Indeed the very notion that the conquest in 1936 represented the 'foundation' of the 'Italian empire' was a curious but significant rhetorical flourish. Technically, Italy 'finally had its empire' because it had taken Ethiopia which had always been regarded as an empire in its own right. Yet it was not Italy's first or only possession in Africa. Generals Pietro Badoglio and Rodolfo Graziani's armies had moved on Addis Ababa respectively from Eritrea and Somalia. Both were Italian colonies made up of territories captured by liberal Italy as far back as the 1880s and 1890s. Libya too was another Italian possession in Africa, seized from the Ottoman Empire in 1911-12, when the young socialist Mussolini lambasted the government for indulging in the evils of capitalist imperial aggrandisement, earning him the approval of Lenin.⁴ In the 1936 speech Mussolini chose to ignore these other Italian conquests claiming thereby that ancient Rome's empire had 're-appeared' now, not when little liberal Italy acted in Africa all on its own.⁵

The narrative of Fascism 'owning' the new Italian empire had already been present at the launch of the Ethiopian war in October 1935 when in another balcony speech Mussolini set out the storyline which was to be slavishly adhered to by the Italian media in the following years. 'Italy and Fascism (now) constitute a single, perfect, absolute and unalterable identity... propelled towards its goal', the Duce asserted. The speech then iterated the, to Italians, familiar narrative or what might be called the Fascist vulgate. Despite its 'supreme sacrifice' in the Great War, Italy's peace had been mutilated by the rapacious and covetous Allies who granted the nation but 'a few crumbs' from the 'rich colonial bounty' redistributed at the Paris Peace Conference. Gluttonous France and Britain took everything for themselves. At home, Bolsheviks and liberals acted in cahoots to sell out Italy to their preferred patrons. Fascism intervened, saving the nation, cleansing it of its internal enemies, and embarking on its process of remaking Italians 'under the sign of the Roman lictor'. Despite Italy's patience, in the following years 'the circle of egoism was tightened further, suffocating the nation's vitality.' However, now,

⁴ Benito Mussolini, "Tripoli," *La Lotta di Classe*, September 23, 1911, in *Opera Omnia Di Benito Mussolini*, vol. 4, eds. Edoardo Susmel and Duilio Susmel (Florence: La Fenice, 1952), 59; and "Lo sciopero generale di protesta contro l'impresa di Tripoli," *La Lotta di Classe*, September 30, 1911, in *Opera Omnia Di Benito Mussolini*, vol. 4, eds. Edoardo Susmel and Duilio Susmel (Florence: La Fenice, 1952), 67. See Vladimir Ilyich Lenin, "The Italian Socialist Congress," *Pravda*, (July 16, 1912), in Vladimir Ilyich Lenin, *Collected Works*, vol. 18 (Moscow: Progress Publishers, 1968), 169-172.

⁵ Alessandro Pes, "An empire for a kingdom: monarchy and Fascism in the Italian colonies", in R. Aldrich and C. McCreery (Eds.), *Crowns and Colonies. European monarchies and overseas empires* (Manchester: Manchester University Press, 2016), 251-252.

steeled, transformed, martialled and strengthened physically and morally by more than a decade of Fascism it was time to 'stand up', to take on the hostile world and claim the nation's rights. The speech was delivered to an Italy defined as 'proletarian and fascist, the Italy of Vittorio Veneto [the October-November 1918 battle in which Italy triumphed over Austria in the Great War] and of the revolution.'⁶ In an interview given to a popular Paris newspaper a few days after the delivery of the above, Mussolini haughtily declared in a barbed aside aimed at Britain and France that the Italians of old, 'happy, picturesque and *simpatici*' who had provided the hospitality, catering and entertainment for tourists enamoured of the peninsula's pretty towns and villages were no more. The austere and determined warriors embarking for Africa were, the Duce stated, 'ours. Fascism can claim them as its own creation.'⁷

It would be superfluous to note that the general lines of this discourse – that the 'foundation' of the Empire confirmed Fascism having delivered a new Italy and achieved the making of a new Italian – in every salsa imaginable, thenceforward permeated the media. Newspapers, school text books, cinema, academic and popular books, comics, public art, architecture, illustrated magazines, music, and much, much more bloated the country with variations on Mussolini's narrative. In their creation, possessing rarefied intelligence, excellent education and exceptional writing skills were not a guarantee of dissonance or independent thinking. Paolo Orano, to take just one example, although the list could be embarrassingly long, academic at Perugia university, writer, journalist and expert toady to the Duce of the most refined sort, published his sycophantic *Mussolini, fondatore dell'impero* in 1936. 'The march on Rome', he stated in its pages and in a splendid turn of phrase, had as its ultimate goal 'the march from Rome', by which he meant expansion overseas, not the scuttling from Italy's capital which the Fascists were ignominiously to do in 1943. 'Our expansion', he continued, 'was implied by the social, military and patriotic renewal which the Fascist regime has realised by activating all the energy of our people... Expansion is the fruit of the revolution ... The Duce guides this totalitarian people which with irresistible enthusiasm almost exploding embarks on colonial expansion... We are not merely imperial at Addis Ababa, but now so too among the most powerful nations on earth. Our international victory lies in the fact that what has won is Fascism itself.'⁸

And so this prescribed orchestra score played out from every corner of the peninsula. The sheer amount of material produced by the Ethiopian potlatch has and no doubt will keep historians busy for a long time to come, each employing the tools of discourse analysis to satisfy themselves as to if and to what extent Fascism really imbricated and transformed Italy and Italians.⁹ Did Italians agree with Mussolini when he said that, 'the new Italian, an abyss from the stereotypes of the past, would be born on the African

⁶ Duilio Susmel and Edoardo Susmel eds., *Benito Mussolini: Opera Omnia* (Florence: La Fenice, 1951-1958), Vol., XXVII, 158-160.

⁷ 'La necessità di espansione dell'Italia in Africa', in Duilio Susmel and Edoardo Susmel eds., *Benito Mussolini: Opera Omnia* (Florence: La Fenice, 1951-1958), Vol., XXVII, 160-163.

⁸ Paolo Orano, *Mussolini, fondatore dell'impero* (Rome: Casa Editrice Pinciana, 1936), 11-12; 22.

⁹ See the pioneering Adolfo Mignemi A. *Immagine coordinata per un impero. Etiopia 1935-1936*, (Turin, 1984); more recently Valeria Deplano *L'Africa in casa: propaganda e cultura coloniale nell'Italia fascista* (Milan: Mondadori Education, 2015); Paolo Bertella Farnetti, Cecilia Dau Novelli (eds.) *Images of Colonialism and*

frontier, the gymnasium of boldness, sacrifice and discipline?’¹⁰ In constructing the machinery of conquest there is little doubt that Mussolini was extraordinarily successful. Late historian of Italian colonialism Angelo Del Boca, certainly no apologist for Fascism, admits as much: ‘in Italy the African undertaking was met with an enthusiasm that one can define as virtually total.’¹¹

Yet, a note of caution is in order, unless we are prepared to take Mussolini, his sycophantic acolytes and the slavish Italian media at face value. As put by wise historian Richard Bosworth, ‘in 1935-6, [if] all Italians were washed over by a wave of words telling them that the conflict mattered to the utmost... after Addis Ababa fell in May 1936, it soon became apparent that fascist policymakers had not planned what was to happen next.’¹² A ‘wave of words’ is one thing, Bosworth points out, transforming Italians into imperialist Fascist ‘totalitarians’, and the newly conquered lands into some kind of new Roman Empire as Orano’s rhetoric had it, was altogether something else. It was easy to say that fourteen years of Fascism had been nothing more than the preparation for this moment, and that the Italian people wanted nothing more than to head to Africa as conquerors and colonisers, but was Fascism and all its accoutrements what really made that possible?

As has been pointed out, if after fifteen centuries, empire had reappeared on the fatal hills of Rome it was to be a very brief reappearance indeed. Italians hardly put up a fight at all in defending it, losing all their East African possessions at the first rather paltry shove by the British in 1941; Libya would have suffered an identical fate possibly even earlier had Germans not been set to defend it by a dictator who had by then all but eclipsed the man who everywhere in Italy had been declaimed as a new Caesar.¹³ And in any case, was it necessary to be a ‘Fascist’ or a ‘Fascist new man’ to be enthusiastic about conquering an empire, especially when it was only poor African Ethiopia, not the European Powers, which had to be defeated for Italy to claim its place in the sun? Djibouti, or British Somaliland would have rounded off what was soon to be called *Africa Orientale Italiana*, but owned as they were respectively by France and Britain, for all the Duce’s bombast, these remained off limits, making the huge territory so proudly displayed on walls everywhere in Italy seem to have an awkward British ham shape and a French snail shape chinked out of it. Somaliland was indeed attacked and very temporarily taken by Italy in the summer of 1940, but by then France had been defeated in Europe not by the new Roman Empire but by the Third Germanic Reich. Britain looked as if it was about to succumb too.

Still, for five- or six-years Italy had its ‘Fascist Empire’ to do with it as it saw fit; and it should also be pointed out that despite Mussolini’s rhetoric, his regime had not been

Decolonisation in the Italian Media (Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2017) and Luca Acquarelli, *Il fascismo e l'immagine dell'impero: Retoriche e culture visuali* (Milan: Donzelli, 2022).

¹⁰ Angelo Del Boca, *L'impero* in Isnenghi Mario (ed) *I luoghi della memoria, simboli e miti dell'Italia unita*, (Rome: Laterza, 1996), 421-2.

¹¹ Del Boca Angelo *Gli italiani in Africa orientale, II. La conquista dell'Impero*, (Milan: Mondadori, 1992), 334.

¹² War, Totalitarianism and ‘Deep Belief’ in Fascist Italy, 1935-43’, in *European History Quarterly* October 2004, vol. 34 no. 4: 480.

¹³ Richard Bosworth, *Mussolini and the Eclipse of Italian Fascism: From Dictatorship to Populism* (New Haven: Yale University Press, 2021).

inactive in the colonies it had inherited from the liberal nation which the Duce dismissed as ‘the easygoing, messy, fun, and mandolin-playing Italy of old.’¹⁴ So the question poses itself: was Fascism at the heart of Italian colonialism when Mussolini was at the helm? Was there something uniquely ‘Fascist’ about Italy’s practice in the colonies during the Fascist period? Were the ‘founder of the Empire’s’ claims that his was to be a fascist rather than just another empire borne out in reality? The alternative view would posit that if one ignores the bombast, Mussolini’s fascist empire was little more than another European colonial experiment, to be sure marked by its and Italy’s idiosyncrasies, but generally speaking, its bloody conquest and its (brutal) character align with the long tradition of European expansion, whether it involved the pioneering Spanish and Portuguese, the British and French or indeed new upstarts such as Germany and Belgium. Italy did not really need fascism and Italians did not need to be fascist to do what they did in Africa when Mussolini and the king-emperor ruled.

There are a variety of ways in which these questions might be tackled. The most obvious would be to examine what Fascism aimed to do and did in Italy’s empire during its conquest and consolidation, and to compare that to liberal Italy’s experience. Another might be to examine Italy’s colonialism during the regime with an eye to the plethora of European colonialisms in Africa and beyond, which, again despite Mussolini’s rhetoric, were firmly established empires well before the one that was founded in 1936. Then there is an altogether different approach. We might have a far more viable comparator in the short lived but bloody empire of Mussolini’s fellow Axis partner. The Duce and the Fuhrer were kindred spirits and their respective regimes shared ideologies and aims. Surely Italy’s fascist empire had more to share with Germany’s vicious New Order imposed on Europe between 1939 and 1945 than the operatic little colonies liberal Italy had just about managed to cobble together in its day, or the contemporary European empires of a democratic and liberal Britain or France?

Fascist Violence

One feature of Italy’s conquest and administration of Ethiopia (as well as the ‘pacification’ of Libya and Somalia in the years following the March on Rome) has been the idea that its unrestrained violence and murderousness, even its ‘genocidal’ nature, compared to the presumed restraint showed by what might be called other and contemporary imperial projects including liberal Italy’s, was obviously due to it being ‘Fascist’. In the last two decades scholarship has re-iterated the deeply violent nature of Italian fascism. In the face of what some have regarded as an assault coming from contemporary Italian politicians and Italian culture and historiography more broadly suggesting, to put it simplistically, that Fascism was not all that bad, certainly compared to regimes such as Nazi Germany or Stalin’s Russia.¹⁵ Italianist John Foot for example has

¹⁴ Duilio Susmel and Edoardo Susmel, (eds.), *Benito Mussolini: Opera Omnia*, vol. XXIX (Florence: La Fenice, 1959), p. 117. The quotation is taken from Mussolini’s preface to Partito Nazionale Fascista, *Il Gran Consiglio del fascismo nei primi quindici anni dell’era fascista* (Bologna: Stabilimenti poligrafici editori de *Il Resto del Carlino*, 1938).

¹⁵ For a recent and comprehensive discussion see Paul Corner, *Mussolini in Myth and Memory: The First Totalitarian Dictator* (Oxford: Oxford University Press, 2022).

recently made recourse (perhaps tellingly) to microhistory in arguing that Fascism in Italy was predicated on massive violence and the threat of violence to a degree historians have chosen to underplay.¹⁶ Foot and other scholars such as Ruth Ben-Ghiat, Giulia Albanese, Filippo Focardi and Michael Ebner,¹⁷ to name a few, remind us that examining Italian fascism's record with an eye to Nazism and even the totalitarianism of Stalin's Soviet Union deflects understanding the brutal nature of the regime; the argument goes that just because Hitler and Stalin killed far more people than Mussolini did, that should not blind us to the enormous crimes perpetrated by his regime.¹⁸ We should examine Fascism on its own merits, not through the whataboutery provided by Adolf Hitler. These historians passionately stand in self-appointed vigilance against what they regard as Italians' proclivity, as Ebner states, to affirm that 'Fascism wasn't that bad'.¹⁹ No, they say, it really was.

Yet, while the employment of the tool of microhistory in this instance – where the stories of Fascism's individual victims are told in vivid detail – has given us many palpable instances of Fascism's terror tactics in its rise and maintenance of power, there still remains the stubborn fact that, in Italy at least, Mussolini's regime killed or indeed imprisoned but a 'few thousand' people, not even tens of thousands and certainly not hundreds of thousands. The total number of *confinati* – people sent into internal exile for political reasons in remote parts of the peninsula – over the entire life span of the regime seems to have amounted to around ten thousand.²⁰ Despite trying to interpret Fascism for what it is rather than '*what it isn't*' – [i.e.] Nazism²¹, the conundrum remains that a 'revolution' and regime with brutally radical aims and claims, possessing a considerable list of enemies and undesirables, appears not to have had to murder or imprison on a scale which would befit the construction of a totalitarian society. When historian Paul Corner states that 'it is often forgotten (incredibly) that the regime has direct responsibility for some 500,000 Italian dead', he doubtless means, in almost all cases, Italians who died fighting in the Second World War rather than people killed in the regime's rise or reconstruction of Italian society, though he neglects to say so.²² Yet, by such a measure liberal Italy 'had direct responsibility' for three-quarters of a million Italian dead – i.e.

¹⁶ Foot, John. 2022. "A Micro-History of Fascist Violence. Squadristi, Victims and Perpetrators." *Journal of Modern Italian Studies* 27 (4): 528-49; John Foot, *Blood and Power: The Rise and Fall of Italian Fascism* (London: Bloomsbury, 2022).

¹⁷ Giulia Albanese, *La Marcia su Roma* (Rome: Laterza, 2006); Ruth Ben-Ghiat, "A Lesser Evil? Italian Fascism in/and the Totalitarian Equation", in *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, edited by Helmut Dubiel and Gabriel Motzkin, (New York and London: Taylor and Francis, 2004), 137-153; Michael Ebner, *Ordinary Violence in Mussolini's Italy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011); Filippo Focardi, *Il cattivo tedesco e il bravo italiano. La rimozione delle colpe della seconda guerra mondiale* (Rome: Laterza, 2011).

¹⁸ Silverio Corvisieri, *La villeggiatura di Mussolini: il confino da Bocchini a Berlusconi* (Milan: Baldini Castoldi Dalai, 2004).

¹⁹ Michael Ebner, 'Fascist Violence and 'Ethnic Reconstruction' of Cyrenaica (Libya), 1922-34', in Philip Dwyer, and Amanda Nettelbeck (eds.), *Violence, Colonialism and Empire in the Modern World* (London: Palgrave, 2018), 214.

²⁰ Piero Garofalo, Elizabeth Leake, Dana Renga, *Internal Exile in Fascist Italy: History and Representations of Confini* (Manchester: Manchester University Press, 2019).

²¹ Foot, John. 2022. "A Micro-History of Fascist Violence. Squadristi, Victims and Perpetrators." *Journal of Modern Italian Studies* 27 (4): 530.

²² Paul Corner, *Mussolini in Myth and Memory: The First Totalitarian Dictator* (Oxford: Oxford University Press, 2022), introduction.

those who succumbed fighting in the Great War – though nobody is being soft on parliamentary democracy by (‘incredibly’) neglecting to make this fact the interpretative touchstone of that kind of regime. Be that as it may, bearing this in mind, it would seem logical therefore to presume that Fascism’s ‘totalitarianism’ was not quite what it claimed to be and that its demands were relatively slight on normal Italians who barring a small number among them, remained largely untouched by the Regime’s repressive apparatus.

However, if there really were not quite enough dead or incarcerated Italians to provoke the outrage we naturally feel before the heinous deeds of Nazi Germany or Stalin’s Russia there was one place in which Italian Fascism did massacre, murder and imprison on a scale which seems to bear comparison with the totalitarian dictatorships, and that was in Africa. The radical societal transformation envisaged and to a degree put into practice there was also akin to the attempts by the totalitarian dictators to remake the world they controlled according to the tenets of their ideologies. When Fascist Italy stands accused of having caused the premature death of a million people,²³ the majority of these victims were the indigenous in Italy’s colonies. Even for those not directly killed, their social order was destroyed or deeply disrupted and upon their society was foisted a regime of white supremacy where they were expected to serve in their masters’ objectives or face repression, even to the point of genocide. Gas bombing of civilians, cold-blooded murders, rape, torture, massacres, public executions, mass incarceration, deportations, the earmarking of specific social groups for at least partial destruction (aristocrats, intellectuals, priests and even travelling story-tellers in Ethiopia, for example) were practices which Fascism made its own in Mussolini’s new Roman Empire in Africa. Indeed, the regime had already used such methods in the colonies it had inherited on its assumption of power in both Libya and Somalia before 1936. The underlying intention was to populate the colonies with millions of Italian settlers and to completely transform them, essentially, into societies replicating the home country. The indigenous population, kept separate from the superior white settlers through a regime of racial apartheid, were to be allocated a permanently inferior status and, why not, would eventually become a minority, perhaps in the longer term dwindling away for good.²⁴

²³ Richard Bosworth, *Mussolini and the Eclipse of Italian Fascism: From Dictatorship to Populism* (Yale: Yale University Press, 2021), 10.

²⁴ The literature on Fascist violence in Italy’s colonies is now extensive; a few examples are: Giorgio Rochat, “L’attentato a Graziani e la repressione italiana in Etiopia nel 1936-37,” *Italia Contemporanea*, vol. 26, (118) (1975): 3-38; Eric Salerno, *Genocidio in Libia* (Milan: Sugarco, 1979); Angelo Del Boca, (ed.), *I gas di Mussolini* (Rome: Editori Riuniti, 1996); Alexander De Grand, “Mussolini’s Follies: Fascism in Its Imperial and Racist Phase 1935-1940,” *Contemporary European History*, vol. 13, (2) (2004); Antonella Randazzo, *L’Africa del Duce, I crimini fascisti in Africa* (Varese: Arterigere, 2008); Nicola Labanca, “Colonial Rule, Colonial Repression and War Crimes in the Italian Colonies,” *Journal of Modern Italian Studies*, 9 (3), (2004): 300-313; John Gooch, “Re-Conquest and Suppression: Fascist Italy’s Pacification of Libya and Ethiopia, 1922-39,” *Journal of Strategic Studies*, 28 (6), (2005): 1005-32; Eileen Ryan, “Violence and the Politics of Prestige: The Fascist Turn in Colonial Libya,” *Modern Italy*, 20, (2), (2015): 123-35; Ian Campbell, *The Addis Ababa Massacre: Italy’s National Shame* (Oxford: Oxford University Press, 2017); Michael Ebner, “Fascist Violence and ‘Ethnic Reconstruction’ of Cyrenaica (Libya), 1922-34”, in Philip Dwyer, and Amanda Nettelbeck (eds.), *Violence, Colonialism and Empire in the Modern World* (London: Palgrave, 2018); Giuseppe Finaldi, “Fascism, Violence, and Italian Colonialism,” *The Journal of Holocaust Research*, 33 (1), (2009): 22-42; Paolo Borruso, *Debre Libanos 1937* (Rome: Laterza, 2020); Alessandro Volterra, Maurizio Zinni, *Il leone, il giudice e il capestro. Storia e immagini della repressione italiana in Cirenaica (1928-1935)* (Milan: Donzelli, 2020); Ian Campbell, “Italian Atrocities in Ethiopia: An Enquiry into the Violence of Fascism’s First

But even so: is such a scenario, intention and vision in any way necessarily ‘Fascist’? One needs only to glance around the globe today and it won’t be long before we notice that any number of its territories are precisely what Fascist colonialism had in mind although Fascism was not required to found or gestate them. The place where I am writing these very words (Australia) is a clone nation of Britain; one of the prerequisites of becoming a citizen here is the ability to communicate in English, though England is more than ten thousand kilometres away; the indigenous population’s culture and people have largely been devastated, often with great violence, but it is proclaimed that they are the ‘spiritual’ custodians of the land while the Australian commonwealth with the King of England as its titular head actually owns it. Mussolini’s vision was no more than an Italian version of Australia, not a location one usually associates as having been born of totalitarian fantasies.

In the years following the Ethiopian conquest the obvious fact that Italy had not stumbled upon some *terra nullius* in Africa while at the same time proclaiming that its settlement on a vast scale by Italians was its very *raison d’être*, meant that what was to be done with its indigenous population was never far from the center of discussion. The law passed a few weeks after Mussolini’s famous balcony speech, establishing *Africa Orientale Italiana*, distinguished between Italian citizens and indigenous subjects effectively creating two separate human categories, although that was merely following what had been the case in Italy’s previously held East African colonies.²⁵ A number of the law’s articles sought to tackle the thorny problem of the status of children born to mixed parents; for the time being those with an Italian father were declared to be citizens though only the mother being white was not enough to make her children citizens. In fact, any Italian woman who married an indigenous man immediately lost her Italian citizenship, but not so if an Italian man married an indigenous woman. A little less than a year later a royal decree laid down a punishment of one to five years imprisonment for Italian citizens engaging in sexual relations with indigenous subjects, although it was a law that was never seriously enforced.²⁶

While popular publications such as *L’Illustrazione italiana* or *Domenica del Corriere* – not to mention the ditty *Faccetta Nera* which depicted Italians liberating a ‘little black slave girl’ – envisaged the future of the Ethiopian indigenous simplistically as grateful natives bathing in the standards of civilization brought by the Italians,²⁷ at the level of policymakers and ideologues a more nuanced and realistic approach was warranted. A typical example might be philosopher and colonial expert Renzo Sertoli Salis, speaking at a 1937 conference held in Florence and Rome under the auspices of the Fascist Colonial Institute, and with the minister of colonies in attendance, like all the professors and functionaries present, opined that Fascism’s foundation of the Empire had significantly modified what he called ‘the values’ underpinning the relationship between Italians and the indigenous throughout the recently conquered territories. If up until

Military Invasion and Occupation.” *Journal of Genocide Research*, 24 (1) (2021): 119-33; Ian Campbell, *Holy War* (London: Hurst 2022).

²⁵ Text of the law available at <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1936/06/13/036U1019/sg>

²⁶ <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/gu/1937/06/24/145/sg/pdf>

²⁷ See for example the special issue of *L’Illustrazione italiana* entitled “La Ricostruzione dell’Impero etiopico”, October 4, 1936.

1936 the association between them had been based on the fact that Italians were in the minority, 'the creation of the Empire and its aim of large-scale settlement is instead destined to see an inversion of the numerical relationship between colonial citizens and subjects. Having transformed the old colonies into the Empire... it follows that upon the previous social-legal discriminant between the white and the coloured race, the institution of the concept of a racial hierarchy will replace the already existing legal or political hierarchy existing between the metropolitan and the indigenous.'²⁸

Fascist or 'Settler' colonialism?

The relatively recent establishment of a specific discipline interested in the history and process of colonial expansion – 'settler colonialism studies' is how it defines itself – has made the at one level not very original point that it is vital we distinguish between different kinds of colonialisms.²⁹ On the one hand we have a colonialism which sought (or seeks?) merely to exploit the resources and people of overseas territories on behalf of a metropolitan power, while on the other we have 'settler' colonialism which may well do this too but which has as its goal the replacement of the indigenous population and the absorption tout court of an overseas territory in order to make it into a kind of clone of the mother country. The settler colony, as has been the case for example with the USA, Australia or Brazil, eventually severs its ties with the old metropole to become an independent polity. Despite it now being an ex-colony, it is a polity monopolized by the settler population, the indigenous of the territory having been eliminated or entirely disempowered. 'Decolonization' in these two categories of colonies has been an entirely different process. In the first – for example Ghana or Indonesia – it consisted of returning power to the autochthonous population, while in the other it meant handing it over to the settlers. In other words one form of colonialism can be considered akin to a squatter entering a house and (before the legitimate owner can re-assert control) temporarily enjoying the benefits of that property albeit passing much of the that to a distant gang leader, whereas the other sees the squatter permanently taking up abode in the house and not only casting out or killing its legitimate owner but ceasing to pay dividends to the gang leader, declaring the house to be his.

²⁸ Sertoli Salis' conference paper is in Centro di studi coloniali, Istituto coloniale fascista, *Atti del III congresso di studi coloniali, Roma-Firenze, 12-17 Aprile 1937 XV, Vol. II-1. sezione politica* (Florence: Istituto Coloniale Fascista, 1937), 111-112.

²⁹ Some seminal examples of this literature are: Patrick Wolfe, *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event* (London: Cassel, 1999); Patrick Wolfe, "Settler Colonialism and the Elimination of the Native," *Journal of Genocide Research*, 8 (4) (2006): 387-409. Lorenzo Veracini, "Introducing: Settler Colonial Studies," *Settler Colonial Studies*, 1 (1) (2011): 1-12; Caroline Elkins and Susan Pedersen, (eds.) *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies* (New York: Routledge, 2005); Mahmood Mamdani, "Settler Colonialism: Then and Now," *Critical Inquiry*, 41, no. 3 (2015). Edward Cavanagh, and Lorenzo Veracini, (eds.), *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism* (Oxford: Taylor & Francis Group, 2016). For a trenchant critique of the concept see Adam Kirsch, *On Settler Colonialism. Ideology, Violence and Justice* (New York: Norton, 2024).

While nothing much is new here compared to traditional interpretations of colonial history – although the second ‘squatter’ here would once have argued that there never was a house to move into before he built it – what ‘settler colonialism’ scholars have drawn attention to is that colonialism is an ongoing ‘structure’. In ‘settler colonies’ such as Australia colonialism has not ended, just as it did not end with American independence from Britain in the eighteenth century or Brazilian independence from Portugal in the nineteenth. Unlike even anti-colonial scholars and activists of a previous era, ‘settler colonial’ studies adherents are uninterested in raw numbers. While in the past it was granted that America could not be considered as akin to say French Algeria (where the European settlers were always a minority) for the simple fact that on its territory there were so many more European settlers compared to the indigenous, ‘settler colonial’ studies holds that ‘colonialism’ is ongoing, despite the fact that the indigenous have at this stage been reduced to being only a tiny fraction of these countries’ overall population. The watchword offered is that the ‘process of colonialism’ there is being carried out by settlers now whether they be descended from the original settlers once tied to the European metropole or even if they have recently arrived as emigrants. Viewed through the ‘settler colonial’ lens, much if not almost all about the history and current reality of say Australia or Brazil, it is argued, becomes intelligible. Some examples might be the genocides or partial genocides, massacres and frontier wars of the past to the ongoing oppression through mass incarceration or social deprivation imposed on the indigenous today. Even as incongruous a phenomenon as the ‘settler colonies’ embracing cosmetic aspects of the very cultures and societies they have destroyed or are in the process of destroying – say white New Zealanders performing the Haka or Australian airline company Qantas painting its aircraft in Aboriginal livery – can be explained, in this case in terms of a new and ‘performative’ nationalism seeking to validate as anti-colonial nationalism what is in reality the illegitimate and relentless process of ongoing ‘settler colonization’. There is nothing new here, argues for example Philip Deloria, as ‘playing Indian’ as far back as the Boston Tea Party in 1773 was a necessary part of ‘conceiving an American identity’ vis-à-vis the British.³⁰

As far as Italian empire is concerned it would be as if today, an entirely Italian speaking and white population descended from the settlers of the colonial and Fascist era – and then topped up continuously since ‘independence’ with Italian and non-Italian migrants – having eliminated all the indigenous peoples of, say Ethiopia, now declaimed its nationhood in terms of the national dish *injera* or that Coptic religious art adorns its aeroplanes. Such a scenario is fantasy of course because the colonies of the Fascist Italian Empire ended up being those of the first category. The indigenous population was not eliminated and it was the relatively few Italian settlers who were expelled, returning the territories to their previous owners. In other words, unlike Australia or the USA, the Italian colonies ended up not being ‘settler’ ones, even if it was precisely during the Fascist period that they had the potential to have become so. It is just that the Fascist Italian Empire only lasted about six years or at most a decade if one includes Libya in the equation, and all its plans and policies, though leaving a brutal and harrowing trail

³⁰ Philip Deloria, *Playing Indian* (New Haven: Yale University Press, 2022), 37.

of destruction in their wake as far as the indigenous were concerned, as well as some infrastructure, were never realized.

The point of this discussion is to suggest that it might not be 'Fascism' which primarily characterized the Italian Empire between 1922 (or 1935) and 1941, but that it was the plan, as envisaged for example by Sertoli Salis, to make the conquered Italian territories into 'settler colonies'. As such its point of comparison should be with other 'settler colonies' in the vein as defined by the scholarship of 'settler colonial studies'. Italians' willing participation in Africa in large scale massacres, for example, was not about them having internalized Fascist precepts as such but because in Africa they imagined themselves as 'settlers' or at least as preparing the ground for settlement. They did what 'settler colonisers' do, Fascist or otherwise. It is no coincidence also that strict anti-miscegenation racial laws and racial apartheid were imposed in Italy's colonies after 1938; that had also been the case in areas of racial intermixing in many other 'settler colonies' even if not necessarily enshrined in law. The 'White Australia Policy' or the USA's notorious obsession with racial categorizations through its history were precursors to Italy's racializing of its empire; it was not a necessary part of 'Fascism' – in fact the Regime had had no racial laws at home or in the colonies for the first fifteen years of its existence – but a necessary part of how a colony of white settlement needed construction according to the precepts of the era.

Conclusion

It was the year 1909 when Tommaso Carletti, governor of Somalia, one night, as darkness fell on the Somali Juba River, became enraptured by his surroundings and fell into a reverie on the colony's future. Fascism was as yet not an ideology. Carletti's was a stirring vision of the kind which, when all was said and done, lay at the very heart of Italy's colonial dream from the liberal to the Fascist era (and even beyond). It was a dream that was only very partially realised, perhaps in some patches of Libya and in some very restricted areas of Somalia, and it lasted for no more than a handful of years. In 1909 it proposed an end-point and a goal to aim for which camouflaged the genocidal nature of what was being hoped for. When Carletti had his reverie there were no more than a few hundred Italians – administrators and soldiers for the most part – in Somalia, but what he imagined was a territory in which somehow the indigenous had disappeared leaving behind nothing more than the eddies of their barbaric past. Describing his reverie along the banks of the Juba, Carletti wrote: 'In the dark purple and velvety sky twinkle a myriad of stars, and vivid among them shines the beautiful and pious Southern Cross; ... the current of the river murmurs, telling who knows what tragic stories from the past, conflicts among tribe and tribe, bloody battles between slaves and their masters, Galla, Tunni or Somali invasions. ... So now I see this land ..., blessed land, land hallowed by the sun, a land of golden dawns, of copious waters; now I see it all settled by white people, which in their regular and energetic faces carry the indelible marks of our race. And to the horizon I see line upon line of cotton trees on which it seems to have recently snowed; I see the rods of hemp and the forests of flexible vines from which we extract rubber.... And all around I hear mixed together the harmoniousness or coarseness of our old Italian dialects; the tone is one of happiness and triumph in and among the white

houses and their busy gardens spread like candid lambs between the river and the sea. So, this generous land will provide for millions of men here, and up there to Italy it will send its produce in the flowering industries and commerce of the fatherland. We can continue faithfully in our mission.³¹

There is much to be learned from viewing Italian Fascist colonialism through a variety of lenses in order to gauge its peculiarities and to determine the uniqueness or otherwise of its practices. Was it different from liberal Italy's version of colonial empire? Was it different to other 'settler colonies' some of which, according to one academic discipline at least, are still with us today? Is a comparison with Nazi Germany's wartime European empire enlightening?

That, like Hitler's lebensraum empire in Eastern Europe, Italian East Africa (or Libya) was meant to be territory for settlement implied genocide of course; the hundreds of thousands of African dead for which Fascist Italy was responsible were part of an attempt by the regime to foreshorten the passage to the creation of successful colonies of settlement in order to provide tangible evidence that Fascism could achieve quickly what liberal Italy had spent decades failing to do. Italy also had to act fast because what were perceived as the forces of the old world order, in which Italy had been excluded from ownership of the globe's choicest colonial territories, were temporarily weakened as well as hobbled by the terror of a newly belligerent Germany. That would not permanently be the case. Everything had to be done at breakneck speed and the possibility of failure averted at all costs, because – as was to happen in 1943 – failure would in all probability have meant an automatic return to Italy's default liberal order as still embodied in 'King-Emperor' Vittorio Emanuele, who unlike the Kaiser in Germany or indeed the Tsar in Russia, was still there after the Fascist 'revolution'. Mussolini made sure to call his empire an achievement of Fascism but it was not so much that therefore it was envisaged as something altogether qualitatively new compared to the empires of the liberal powers, a totalitarian experiment on the equator as it were, but rather it ought almost overnight to have become a territory of settlement, a 'settler colony' if you will. The kind of violence witnessed in Africa was not so much that Italians had been transformed by the regime into so many 'fascist new men' – though no doubt some did see themselves in these terms – but that restraint was regarded as a sure road to failure. Before Fascism, Italians had been fully prepared to kill, massacre, rape, torture and imprison, when the 'need' arose, but that was always fitfully, and liberal Italy was always wary of how it was viewed abroad and by the free press and institutions at home which always denounced 'excesses'. The latter no longer mattered all that much and in any case they saw nothing wrong with Italy having its own 'settler colonies' seeing as everyone else had them. Rather than 'the harmoniousness or coarseness of our old Italian dialects' which Carletti blissfully imagined filling up Somalia, perhaps Mussolini would have liked to see more black shirts, lictors and much firmer control from the metropole than was the case in an Australia or Canada, but Italy's dream after Mussolini's balcony speech in 1936 was not all that different.

³¹ Tommaso Carletti, *Attraverso il Benadir* (Viterbo: Agnesotti, 1910), 147-148.

7-10 de Setembro de 1974
em Lourenço Marques (Moçambique).
Uma tentativa de independência branca?

7-10 September 1974 in Lourenço Marques
(Mozambique). An attempt at white
independence?

Michel Cahen

Michel Cahen

Sciences Po Bordeaux | Les Afriques dans le Monde (LAM) | CNRS

ORCID: 0000-0001-7595-5280

7-10 DE SETEMBRO DE 1974
EM LOURENÇO MARQUES
(MOÇAMBIQUE). UMA TEN-
TATIVA DE INDEPENDÊNCIA
BRANCA?

Entre 7 e 10 de setembro de 1974, ao tomar conhecimento do conteúdo do Acordo de Lusaka entre o Governo português e a Frelimo, uma parte da população colonial da capital moçambicana revoltou-se contra o que entendia ser uma simples transferência de poder para a Frelimo. Durante quatro dias, a estação de rádio ocupada apelou à revolta e ao apoio das tropas especiais (que não apareceram). Houve massacres de negros nos bairros periféricos. De facto, a revolta foi muito heterogênea, desde a simples indignação da população colonial por não ter sido consultada, até aos grupos ultrafascistas responsáveis pelos massacres. Estes últimos provocaram uma revolta maciça da população negra, com o perigo de massacres indiscriminados de brancos, que acabaram por ser travados por uma ação conjunta entre as tropas portuguesas e a Frelimo. No entanto, é demasiado simplista analisar este movimento como uma tentativa de independência à semelhança da Rodésia. Tratava-se, antes, do sonho de um “Novo Brasil”.

Palavras-chave: População colonial; Acordo de Lusaka; FRELIMO; MFA; descolonização.

7-10 SEPTEMBER 1974 IN
LOURENÇO MARQUES
(MOZAMBIQUE). AN
ATTEMPT AT WHITE
INDEPENDENCE?

From 7 to 10 September 1974, having learned of the content of the Lusaka Agreement between the Portuguese government and Frelimo, part of the colonial population of Mozambique's capital rebelled against what they saw as a simple transfer of power to Frelimo. For four days, the occupied radio station called for revolt and support, especially from the special troops (who did not come). There were massacres of black people in the outlying neighbourhoods. The revolt was very heterogeneous, from the simple indignation of the colonial population at not being consulted to the ultra-fascist groups responsible for the massacres. The latter provoked a massive uprising among the black population, with the risk of indiscriminate killing of whites, which was eventually stopped by joint action by Portuguese troops and Frelimo. However, it is all too easy to analyse this movement as an attempt at independence 'à la Rhodesia'. Instead, it was the dream of a 'New Brazil'.

Keywords: Colonial population; Lusaka Agreement; FRELIMO; MFA; decolonisation.

7-10 SEPTEMBRE 1974 À
LOURENÇO MARQUES
(MOZAMBIQUE). UNE TEN-
TATIVE D'INDÉPENDANCE
BLANCHE ?

Du 7 au 10 septembre 1974, en apprenant le contenu de l'Accord de Lusaka entre le gouvernement portugais et le Frelimo, une partie de la population coloniale de la capitale mozambicaine s'est révoltée contre ce qu'elle considérait comme un simple transfert de pouvoir au Frelimo. Pendant quatre jours, la radio occupée appelle à la révolte et au soutien, notamment des troupes spéciales (qui ne viendront pas). Des massacres de Noirs ont lieu dans les quartiers périphériques. De fait, la révolte est très hétérogène, allant de la simple indignation de la population coloniale de ne pas avoir été consultée aux groupes ultra-fascistes responsables des massacres. Ces derniers ont provoqué une révolte massive de la population noire, avec le risque de massacres aveugles de Blancs, qui ont finalement été stoppés par une action conjointe des troupes portugaises et du Frelimo. Cependant, il est trop facile d'analyser ce mouvement comme une tentative d'indépendance «à la Rhodésie». Il s'agissait plutôt du rêve d'un «Nouveau Brésil».

Mots-clés : Population coloniale; Accord de Lusaka; FRELIMO; MFA; décolonisation

Há cinquenta anos, a 7 de Setembro de 1974 de manhã, foi anunciado em Lusaca o acordo conseguido na véspera, que pôs fim ao conflito armado entre o governo português e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)¹. Com grande relutância, o Presidente português do pós-25 de Abril, o General António de Spínola, promulgou-o no dia seguinte², quando a situação em Lourenço Marques se deteriorava rapidamente. Este acordo previa o cessar-fogo, a partir do dia 8, às zero horas, a independência em 25 de junho de 1975, e a rápida constituição de um governo de transição, com um Alto-Comissário nomeado por Portugal e um Primeiro-Ministro nomeado pela Frelimo, nove ministros (seis escolhidos pela Frelimo e três pelo Alto-Comissário português) e uma comissão militar mista. Este acordo não previa nem um referendo sobre a independência, nem eleições pluralistas. O governo de transição foi empossado ao 20 de setembro de 1974, com o Almirante Vítor Crespo como Alto-Comissário português e Joaquim Chissano como Primeiro-ministro moçambicano.

O Acordo de Lusaca foi sentido por setores da sociedade colonial moçambicana e correntes da Direita portuguesa como uma mera *entrega* do poder à Frelimo, por parte do governo português e dos militares que queriam voltar a casa o mais rapidamente possível. E houve grande indignação, entre os setores da sociedade colonial, perante o facto de nem terem sido consultados. O Acordo baseava-se no reconhecimento incondicional, por parte de Portugal, do direito à independência do país, mas também da legitimidade da Frelimo, conferida pelos dez anos das lutas de libertação.

Assim eclodiu a “Revolta do Rádio-Clube”, a principal emissora de Moçambique. Ocupada durante quatro dias (7 a 10 de setembro de 1974), os amotinados emitiram mensagens de revolta contra o Acordo de Lusaca, apelando às tropas especiais estacionadas, principalmente, no Norte do Moçambique, a vir em apoio do movimento. O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) e o aeroporto foram ocupados, mas rapidamente evacuados. A prisão de Machava foi atacada e os agentes da DGS que haviam sido presos – várias semanas depois do 25 de Abril, nada de imediato após o golpe – foram libertados e apoiaram a “Revolta”. Esta uniu alguns milhares de brancos, mestiços e alguns negros, alguns armados. Se não houve grande violência no ataque ao próprio Rádio Clube, registaram-se ataques a brancos considerados favoráveis à Frelimo, as suas associações foram incendiadas³ e, sobretudo, chacinas indiscriminadas contra a população negra dos subúrbios (a “cidade do caniço”), perpetradas por jovens extremistas, que provocaram muitas centenas de mortos (as estimativas vão de 400 a 3 000 mortos, sem mencionar os muitos feridos). Tratava-se de aterrorizar a população negra para a impedir de aderir à “independência da Frelimo”. Mas essas chacinas provocaram, principalmente, a partir do dia 9 o levantamento maciço da população dos subúrbios, que começou a dirigir-se à “cidade de cimento”, onde moravam os brancos, fazendo temer massacres, também indiscriminados da população branca, acusada de tentar impedir a independência recém-aceite pelo Acordo de Lusaca.

¹ O texto completo do Acordo de Lusaca pode ser encontrado, por exemplo, no site do Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra), <<https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/2039>>.

² *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974.

³ Em particular as sede dos «Democratas de Moçambique» e da Associação Académica de Moçambique.

Foi preciso a audácia de um grupo de comandos do exército português, comandado por um oficial que, na realidade, era membro da Frelimo, para inverter a situação, lançando no ar o famoso código “Galo amanheceu”, que significava que elementos da base clandestina “Galo” da Frelimo, sediada no bairro da Mafalala, se tinha apoderado, de novo, do Rádio Clube⁴. Isto foi facilitado pelo facto de os amotinados estarem agora apavorados pela notícia da vinda maciça da população de todos os subúrbios negros. Muito simplesmente, não tinham pensado que o povo negro pudesse reagir às chacinhas. E foi precisa a coragem da rede clandestina da Frelimo nos subúrbios para conter essa deslocação da população para a cidade de cimento.

Será que essa revolta foi espontânea? Será que foi um movimento a favor de uma “independência branca” de tipo rodesiano, contrariando a descolonização⁵? Será que exprimia uma nostalgia salazarista? Não se trata de fazer aqui mais uma história do 7 de Setembro de 1974⁶, mas de tentar interpretar melhor o que aconteceu.

O fim do colonialismo tardio

A situação mudou consideravelmente em Moçambique depois da viragem de 1958-1961. Muitos historiadores consideram que isto foi fruto do início das guerras de libertação (Angola, 1961; Guiné, 1963; Moçambique, 1964), mas podem vislumbrar-se indícios de mudança ainda antes deste período, logo nos finais dos anos de 1950. Por isso, qualifico de “colonialismo tardio” o período 1958-1961/1975⁷, quando a colónia entra

⁴ O principal coordenador da tomada do Rádio Clube foi Aurélio Le Bon, oficial miliciano dos comandos do Exército colonial, que já era membro da Frelimo. No entanto, foi depois considerado como «comprometido» e teve de submeter-se ao processo de reeducação desses comprometidos, embora não escondendo a sua grande admiração por Samora Machel. Escreveu as suas memórias num livro fascinante: *Mafalala 1974. Memória do 7 de Setembro, a grande operação*, coord. de Benedito Machava, Maputo, Movimento Editora, 2015.

⁵ É de lembrar que na vizinha Rodésia do Sul, a minoria branca (acerca de 5% da população total) tinha declarado uma independência unilateral (UDI) no dia 11 de Novembro de 1965, recusando entrar no processo de independência previsto pelo governo britânico, segundo a regra do *majority rule*. Face à recusa da Grã-Bretanha em reconhecer a UDI, a Rodésia proclamou-se república em 1970 e rompeu, oficialmente, com a *Commonwealth*. A guerra só terminou em 1979, já depois da independência de Moçambique.

⁶ Sobre este episódio, as principais obras a consultar (além do já citado Aurélio Le Bon), de orientações muito diversas, até antagónicas, são (aqui apresentadas por ordem cronológica de publicação): Jorge [Pereira] JARDIM, *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1976; Bernardo G. OLIVEIRA (coord.), *Aqui Domingo Moçambique* [sic], Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico, 1978; Ricardo SAAVEDRA, *Aqui Moçambique Livre*, Lisboa, Livraria Moderna, 1994; Ricardo SAAVEDRA, *Os dias do fim. Romance*, Lisboa, Editorial Notícias, [1995]; José Freire ANTUNES, *Jorge Jardim, agente secreto*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996; Barnabé Lucas NCOMO, *Uria Simango – um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica, 2003; Fernando Amaro COUTO, *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Lisboa, Editorial Caminho, 2011; Ribeiro CARDOSO, *O fim do império. Memória de um soldado português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*, Lisboa, Ed. Caminho, 2014; Clotilde MESQUITELA, *Moçambique. 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Branco Editores, 2014; Benedito MACHAVA, “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 2015, 106: 53-84. Mais referências serão indicadas *infra*.

⁷ Outros autores consideram o colonialismo tardio como sendo o período a partir de 1945. Não concordo porque, justamente, este período, até 1958, foi um período de crispação e arcaísmo, em particular, com o endurecimento das leis sobre o indigenato. Cf. Michel CAHEN, «Lénine, l’impérialisme portugais, Gervase Clarence-

no “colonialismo desenvolvimentista”, que as colónias de outras potências coloniais haviam conhecido a partir de 1945.

Para sintetizar, três coisas fundamentais mudaram:

- o trabalho forçado foi proibido em 1961 e pode considerar-se que tinha desaparecido por volta de 1965; os africanos já podiam migrar mais facilmente, nomeadamente para vir viver nas cidades;

- o condicionamento industrial a que as colónias eram submetidas parou de impedir a industrialização, os investimentos estrangeiros, fortemente travados por Salazar a partir de 1930, começaram a chegar, em particular depois de 1965 (novo Código do investimento estrangeiro);

- o aumento considerável dos imigrantes brancos – colonos – criou uma situação de crescimento urbano, mas também de concorrência, no mercado do trabalho, com a mão de obra africana qualificada; criou uma extensão da rede escolar que, embora virada para a população colonial, começou a servir também uma “maior minoria” de africanos (nomeadamente mestiços), o que permitiu o aparecimento de uma pequena elite africana urbana trabalhando quase na totalidade no setor dos serviços.

Assim apareceu nas cidades recentes (Lourenço Marques e Beira, cidades criadas nos finais do século XIX) uma população colonial em parte crioula (brancos já nascidos na colónia, mestiços e negros assimilados também nascidos na colónia) ou “crioulizada” (população nascida em Portugal, mas pensando passar toda a sua vida em Moçambique), fortalecida pela ideologia luso-tropicalista que, agora, advogava a mestiçagem e a nação multiétnica e pluricontinental. Essas “proto-crioulidades” apoiavam, maioritariamente, o esforço de guerra do governo contra os “terroristas”, mas ficavam, por vezes, descontentes, uma vez que se consideravam, na maior parte dos casos, mais modernas e desenvolvidas que as populações da própria metrópole e eram muito hostis ao Banco Nacional Ultramarino, que, em sua opinião, não ajudava os colonos.

Nas cidades antigas, vindas do período anterior à colonização ou dos princípios desta (Ilha de Moçambique, Tete, Quelimane, Angoche, Sofala etc.), as velhas crioulidades (brancas e mestiças) estavam também descontentes, por causa da marginalização económica das suas províncias, a partir da viragem do primeiro terço do século XX, em favor do Sul vizinho das colónias britânicas mais desenvolvidas.

De certa forma, um exemplo – e uma personagem típica – desta evolução foi o Engenheiro Jorge Pereira Jardim, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar, enviado por este a Moçambique, para vigiar “informalmente” a colónia do Índico. Este era mais poderoso que os Governadores-Gerais da colónia. Ligado às empresas Champalimaud, Jorge Pereira Jardim identificou-se de tal modo com a colónia que, continuando a advogar uma guerra mais eficaz contra a Frelimo, se convenceu que se devia, mais cedo ou mais tarde, negociar com esta. Estabeleceu contatos com os dirigentes africanos vizinhos (Kenneth Kaunda da Zâmbia, Kamuzu Banda do Malawi) para preparar acordos de paz, incluindo a independência de Moçambique. Frente à recusa de Marcelo Caetano

Smith», *Cahiers d'Études Africaines* (Paris), 1987, 107-108: 435-44, <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1987_num_27_107_3418>; —, «Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África», *Revista África* (Universidade de São Paulo), 2015 [publ. 2017], 35: 129-155, <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>>.

em entrar num processo negocial – preferindo uma “derrota militar com honra” –, Jardim começou a preparar um golpe de Estado em Moçambique, para poder negociar com a Frelimo a criação de um novo Brasil⁸. Podia ter sido em 1973, com a bênção de Kaunda e sem a hostilidade da Frelimo, a par do projeto. Só que Jardim atrasou os seus preparativos (ou hesitou demais), se bem que, o que pudesse ter sido um acelerador da História, tornou-se inútil depois do 25 de Abril de 1974.

Os estudantes universitários – a grande maioria sendo brancos – eram mais e, mais abertamente, anticolonialistas e alguns pró-PCP e pró-Frelimo⁹. A Igreja Católica dividia-se mais e mais, entre uma hierarquia fiel ao regime, e padres oposicionistas¹⁰.

Outro fenómeno era o divórcio crescente entre o exército e os colonos, que o acusavam de não saber conter os “turras” (isto é, os “terroristas” da Frelimo). Para os militares, essa desconfiança dos colonos foi devastadora: porquê continuar a lutar para essa população branca que vivia bem e que tinha um nível de vida muito superior ao deles em Portugal, se esta já não reconhecia o esforço dos militares? O Movimento dos Capitães com certeza nasceu na Guiné (julho de 1973), onde a guerra estava quase perdida, mas também em Moçambique, nomeadamente depois das manifestações brancas contra o exército, na Beira, em janeiro de 1974, depois de um ataque da Frelimo na província central de Manica e Sofala, ter supostamente matado um colono¹¹.

Do 25 de Abril ao 7 de Setembro: da democracia à bagunça?

Por isso, em Moçambique, globalmente, não houve oposição alguma ao golpe militar do 25 de Abril de 1974. Alguns responsáveis da DGS¹² saíram imediatamente para a África do Sul, mas mesmo a maioria dos agentes não foi logo presa. A DGS de Moçambique não tendo sido dissolvida, foi transformada na Polícia Internacional de Moçambique integrada no exército.

Havia razões históricas para o 25 de Abril ser bem aceite pela população colonial. Com efeito, esta, mesmo temendo os “turras” da Frelimo, não gostava do regime metropolitano pelas razões já expostas¹³. Convém não esquecer que a maioria dos colonos havia votado no candidato da oposição, Humberto Delgado, em 1958 (e, apesar da fraude, a vitória da oposição foi tão grande na província central de Manica e Sofala que

⁸ Jorge JARDIM, *Moçambique, terra queimada*, op. cit.; José Freire ANTUNES, *Jorge Jardim, agente secreto*, op. cit.

⁹ Sobre o movimento estudantil e a Associação académica de Moçambique, ver Carlos Lopes PEREIRA & Luís Mayor GONZALEZ, *História da AAM – Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*, Lisboa, Calendário de Letras, 2016.

¹⁰ Eric MORIER-GENOUD, *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique, 1940-1986*, Rochester (NY), Rochester University Press, 2019.

¹¹ Muitos documentos sobre a manifestação branca contra o exército, na Beira e em Vila Pery (Manica), entre 16 e 18 de janeiro de 1974, estão no Arquivo da Associação 25 de Abril.

¹² Direcção-Geral de Segurança, mais conhecida sob o antigo nome da temida PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

¹³ Maria Paula MENESES & Catarina GOMES, «Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa», in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (eds), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, pp. 59-107, Coimbra, CES/Almedina, 2013; Fernando Tavares PIMENTA, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Afrontamento, 2021.

a administração foi obrigada a publicá-la). Depois, durante o colonialismo tardio, as mudanças socioeconómicas foram importantíssimas, com a entrada no desenvolvimento colonial. Mas continuavam a subsistir muitos travões, o crédito era caríssimo. A população branca de Moçambique era, em média, mais formada que a de Angola e, ainda mais, que a da Metrópole. Ao contrário do mito criado, a esmagadora maioria desta população branca era urbana (mais de 80%) – os “camponeses lusitanos nos Trópicos” eram uma pequena e mítica minoria. Isto explica, também, que essa população colonial (branca, mestiça, negra assimilada, indiana, chinesa) urbana pouco tivesse sofrido *diretamente* com a guerra e só se assustou verdadeiramente quando a Frelimo conseguiu chegar à província de Manica e Sofala, perto da segunda cidade do país, Beira, já no centro-sul, em meados de 1972. Mas sofria com a crise económica e financeira provocada pela desproporção tremenda das despesas militares no Orçamento Geral do Estado (mais de 40%¹⁴). Aliás, a saída de brancos da colónia começou a partir de 1972, sem falar da saída total e silenciosa da comunidade ismaili, que deixou o território (1973-1976) a pedido do Agha Khan, para se reorganizar em Portugal¹⁵.

Assim, quando eclode o 25 de Abril, se não há resistência, há expectativa. O programa do MFA, é bom lembrar, nada tinha de revolucionário, era resumido pelos “três D”: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Muitos brancos e mestiços podiam concordar com esses “Ds”, incluindo o “D” da descolonização. Durante os 132 dias que decorreram entre o 25 de Abril e o 7 de Setembro de 1974, associações que tinham sido proibidas reabriram (como o Centro Associativo do Negros da província de Moçambique)¹⁶, e partidos políticos eclodiram. Estes, muitas vezes, eram fruto de iniciativas pessoais ou familiares e, para além da sigla, não tinham nem sócios, nem programas. Alguns, no entanto, afirmavam-se como federalistas, outros como independentistas. Pelo menos um teve mais importância que todos os outros, o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que vinha da “primavera marcelista” e se propagandeava como a “Frelimo do interior”, como se a Frelimo já não estivesse no interior! Era dirigido por Máximo Dias¹⁷ e Joana

¹⁴ Talvez fosse ainda mais, porque a apresentação das contas públicas era disfarçada pelo poder político. Sobre esta fraude, ver Luís Felipe MADEIRA, « Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974) », tese de ciências políticas, Universidade de Bordéus/Sciences Po Bordeaux, 2008 (Lille Thèses, 2009).

¹⁵ Sobre este assunto, ver os trabalhos de Joana Pereira LEITE e Nicole KHOURI, em particular: “The Ismailis of Mozambique: History of a Twofold Migration (late 19th Century– 1975)”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, 2012, pp. 168-189 ; “Os Ismailis de Moçambique – Vida Económica no Tempo Colonial”, Lisboa, Colibri, 2013 ; —, *Khojas Ismaili, du Mozambique colonial à la globalisation*, Paris, L'Harmattan, 2014 [nesta obra, ver em particular o artigo de Nicole KHOURI, Joana Pereira LEITE e Maria José MASCARENHAS, “Le départ des Ismailis du Mozambique. Réflexion sur le départ d'une communauté et sa relation au secret”, pre-impresão disponível a <<https://www.repositorio.utl.pt/bitstream/10400.5/3441/2/WP91.pdf>>]; — (eds), « Indiens du Mozambique et d'Afrique orientale » (dossier), *Lusotopie*, XV (1), 2008, <<https://doi.org/10.4000/lusotopie.724>>. Hoje, Portugal alberga as instalações internacionais do Agha Khan onde goza dos privilégios diplomáticos.

¹⁶ Tinha sido fechada porque o seu dirigente, Domingos Arouca – o primeiro advogado negro – era acusado de ser membro da Frelimo – o que era verdade na altura. Reaberto por esse mesmo, foi de novo proibido pela Frelimo. Em Lourenço-Marques, o CAN agrupava, tradicionalmente, os negros assimilados, a Associação Africana os mestiços, e a Associação dos Naturais os brancos nascidos na colónia. Mais e mais contatos existiram entre essas três associações durante o período 1961-1974.

¹⁷ Advogado moçambicano de origem goesa.

Simeão (ou Semeão). O primeiro tentara convencer Caetano (antigo professor dele em Lisboa) a autorizar a organização que, assim, poderia constituir-se, conseguir uma certa representatividade e ter peso para negociar com a Frelimo. Caetano autorizara somente o grupo a formar-se como associação para debater os problemas de Moçambique. Joana Simeão, que vinha do Coremo¹⁸, entrou no GUMO, tendo sido sua vice-presidente e porta-voz. Joana Simeão pretendia mobilizar, em particular, os Macuas – o maior grupo étnico de Moçambique – que pouco tinha apoiado a Frelimo – a Joana Simeão era, ela própria, macua¹⁹. Máximo Dias acabou por a expulsar do GUMO que queria manter como mera associação, tendo Joana Simeão entrado no Partido da Coligação Nacional (PCN). Este outro grupo, relativamente importante em termos de personalidades que quisesam apoiá-lo, surgiu por iniciativa de Uria Simango, antigo presidente-adjunto da Frelimo, expulso durante a crise desta em 1969²⁰, a 23 de agosto de 1974.

Mas nem um nem outro (nem qualquer dos vinte e tal grupelhos que eclodiram no período entre o 25 de Abril e os acordos de Lusaca de 7 de setembro de 1974) conseguiram uma base social de massa: a Frelimo é que tinha legitimidade nesta altura e, muito rapidamente, hostilizou, incluindo pela violência, esses grupos.

O que é certo é que, durante esses meses, se viveu uma atmosfera de liberdade, pelo menos na população colonial no sentido lato. Na população colonizada, a expectativa era ainda maior, sendo a independência associada ao fim da miséria.

Depois do 25 de Abril, mas antes do Acordo de Lusaca, o exército português desmoronava-se rapidamente, sendo que nenhum soldado queria ser o último a morrer e a Frelimo continuava a sua ofensiva. Contatos informais e confraternizações entre soldados portugueses e guerrilheiros multiplicavam-se.

Mas, politicamente, nada era organizado para fazer participar a população colonial na nova era. Mesmo Jorge Jardim, que era a favor das negociações com a Frelimo, nunca o afirmou publicamente, embora este se apresentasse como representante de uma parte substancial dos colonos brancos. Portugal nunca tinha ouvido os seus colonos e não ia fazê-lo agora. Para o MFA, o assunto era entre o Portugal metropolitano e a Frelimo. É verdade, no entanto, que os setores mais direitistas do MFA (à volta de Spínola) queriam impor um referendo. Mas este pedido bem novo – esses mesmo setores nunca haviam pedido “referendos” antes do 25 de Abril! – era mais para travar uma descolonização completa, do que por preocupações democráticas. Aliás, essa reivindicação foi catastrófica por várias razões.

¹⁸ O Coremo era uma dissidência da Frelimo, que, em 1965, tentara lançar uma guerrilha na Alta-Zambézia, que fracassou face à repressão conjunta dos portugueses e da Frelimo.

¹⁹ Sobre Joana Semeão, executada sem processo em junho de 1977 (ou 1979?) no campo de M^oTelela, da Frelimo, ver nomeadamente a entrevista dela na RTP (1974), <https://www.youtube.com/watch?v=Hlo_L5h1wYQ>, <<https://www.youtube.com/watch?v=1YfVf8tvECI>>; João CABRITA, “O pensamento político de Joana Simeão: contribuição para a história de Moçambique”, *Canal de Moçambique*, 29 de maio de 2006, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/histria/page/89/?q=virtual-scoping-meeting-for-the-evaluation-of-the-community-development-programme-cdp&pr=311422&lang=pt>; e o artigo importante de Maria Paula MENESES, « Autodeterminação em Moçambique: Joana Simeão, entre a história oficial e as memórias de luta », in Inocência Mata, *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*, Lisboa, Edições Colibri / Macau, Universidade de Macau, 2017, pp. 49-78.

²⁰ Barnabé L. NCOMO, *Uria Simango...*, op. cit. Uria Simango foi executado ao lado de Joana Simeão.

Em primeiro, houve uma confusão entre dois tipos de referendo: um, como substituto do direito incondicional à independência – não era para fazer votar as populações para saber se queriam ser independentes, mas se aceitavam o princípio do direito à autodeterminação; e outro, um referendo à independência.

Em segundo lugar, mesmo esta última forma de referendo era inaceitável para a Frelimo, porque podia significar (em caso altamente improvável de uma recusa da independência) que a luta da Frelimo tinha sido ilegítima. Ora, a história desde 1964 mostrava um progresso quase contínuo da guerrilha e um alargamento da sua base social – embora muito desigual, segundo as regiões do país. Como dizia Samora Machel, então presidente da Frelimo: “Não se pergunta a um escravo se ele quer ser livre”.

Em terceiro lugar, o mais catastrófico é que essa recusa do referendo foi estendida a qualquer tipo de escrutínio e, pois, considerada sinónimo da recusa de eleições pluralistas: referendo e eleições foram terminantemente afastados pela Frelimo e isso foi aceite pelos Portugueses²¹. Qual era o risco, para a Frelimo, de eleições pluralistas? Este risco era ao mesmo tempo nulo e importante: com efeito, a Frelimo estava certíssima de que ia ganhar o primeiro escrutínio com esmagadora maioria; mas haveria sempre alguns moçambicanos a votar em vários grupelhos e, isso, quebrava o mito do “povo unido do Rovuma a Maputo”²². Para além disso, mesmo a existência legal de uma pequena minoria não-Frelimo na nova Assembleia do país, quebraria o projeto de um sistema do Estado-Partido, isto é, do partido único fundido com o Estado.

Ora é bom lembrar que a ideologia do partido único era muito aceite na altura e não tinha nada a ver com o dito “marxismo-leninismo”. Em África, a quase totalidade dos países independentes, desde o início dos anos de 1960, se tinha virado, de imediato ou alguns anos depois, para o partido único²³, fossem eles de “direita” ou de “esquerda”. A ideologia de “construção da nação” (contra as primeiras nações pré-coloniais pejorativamente consideradas de “tribos” ou “etnias”) justificava a necessidade de existência do partido único para “unificar as tribos”. Alias, as organizações internacionais (em particular a ONU e a OUA) advogavam este princípio, reconhecendo, para cada colónia, um só movimento como “representante único e legítimo do povo de...”. Quer dizer, essas organizações internacionais decidiram, antes mesmo da independência, que o regime político da antiga colónia ia ser o do partido único e do Estado-Partido. É de notar que as correntes de esquerda em Portugal, hostis ao partido único salazarista, apoiaram (ou aceitaram) o princípio do partido único em África. Na realidade, o partido único sempre dividiu muito mais que uniu e nunca assegurou a estabilidade a não ser com forte repressão. Mas isso é outra história.

²¹ A única ex-colónia portuguesa onde houve eleições antes da proclamação da independência foi Cabo Verde. Foram eleições sem verdadeiro pluralismo, mas certos candidatos independentes (sem partido) apresentaram-se e, pelo menos um – um padre bem conhecido – foi eleito.

²² O Rovuma é o rio que faz fronteira com a Tanzânia, no extremo-Norte; e Maputo o rio que faz, numa parte, fronteira com a África do Sul, no extremo-Sul.

²³ As únicas exceções foram o Alta-Volta (depois Burkina-Faso) e sobretudo, o Botsuana, sem falar da África do Sul do *Apartheid*, onde existia um pluralismo político para as populações não negras.

A Frelimo não foi exceção e, pelo menos depois da crise de 1968-1969²⁴, estava completamente integrada nesta ideologia e reprimiu pela violência as outras (fracas) tentativas de luta armada, com as do Coremo. Pois, *não devia haver eleições, devia haver transferência de poder ao vencedor*.

Para a população africana, isso não era um problema no momento: esperava-se pelo fim do colonialismo e a Frelimo aparecia como a ferramenta mais eficaz para isso, num contexto de ausência de tradição democrática. A população colonial (branca, mestiça, indiana, negra assimilada) também não conhecera o período da vida democrática (salvo os muito velhos, cidadãos do tempo da República até 1926), mas ela que, antes, era “Moçambique porque é Portugal”, bem sentia agora que já não ia ser mais do que uma pequena minoria e, esta consciência aguda e de autodefesa, significava que ela devia ser associada à definição dos termos da independência. Aliás, foi o que se fez quatro anos depois nos Acordos de Lancaster House para a independência do Zimbabué, agora fortemente apoiado pela Frelimo (contra a vontade inicial de Robert Mugabe, o chefe da ZANU²⁵) e que eram bastante semelhantes ao que Jorge Jardim negociara com Kaunda em 1972-1973²⁶, com garantia constitucional para a minoria branca.

Mas em 1974-1975, a Frelimo nunca quis entrar neste tipo de considerações e os militares portugueses viram na “entrega” a maneira mais rápida de acabar com a guerra e de voltar à casa.

Heterogeneidade de uma revolta

Assim, logo que começou a saber-se do conteúdo do Acordo de Lusaca, na noite de 6 para 7 de setembro, a primeira coisa foi uma surpresa total dessa população colonial (exceto a pequena minoria dos “Democratas de Moçambique” favorável à Frelimo). Estupefação e indignação. Ora, nesse período, os principais medias (itálico-corriger plural da palavra) tinham todos sido tomados de assalto por jornalistas favoráveis à independência e, uma boa parte, muito favoráveis à Frelimo. Difundiam, pois, quase unicamente as posições da Frelimo. A ocupação do Rádio Clube foi, assim, lógica para inverter o teor das informações.

No entanto, terá sido espontânea? Penso que sim²⁷. Havia personalidades coloniais a conspirar para organizar um contragolpe, com apoio de Spínola em Portugal, para inverter

²⁴ Fica para um estudo suplementar saber se Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo e não “marxista-leninista”, estava a favor ou não do partido único. A minha impressão é de que ele estava a favor.

²⁵ A ZANU (*Zimbabwe African National Union*) foi a principal guerrilha anticolonial na Rodésia do Sul, que rivalizava com a ZAPU (*Zimbabwe African People's Union*), de Joshua Nkomo. Mugabe obrigou à fusão ZANU-ZAPU em 1987 depois da feroz repressão na Matabelelândia (sul do país pro-ZAPU). Uma vez acabadas as garantias do Acordo de Lancaster House de um certo pluralismo (com 10% de deputados brancos na Assembleia), ao fim dos dez anos previstos, o Zimbabué tornou-se, de facto, um regime de partido único, com forte repressão contra a oposição, em particular durante as eleições.

²⁶ Jorge [Pereira] JARDIM, *Moçambique – Terra Queimada*, op. cit.

²⁷ José Luís Cabaço (militante clandestino da Frelimo desde 1967 e que ia ser ministro do governo de transição) pensa que não e aponta uma reunião de conspiradores a 2 de setembro. Mas isso não quer dizer que estes planeavam uma revolta para o dia 7 de setembro. Mas é claro que tentavam organizar-se para “qualquer coisa, qualquer dia”. Ver Luís Andrade de Sá, nota 51.

as negociações e impor os referendos e as eleições. Pode-se considerar que este contragolpe não tinha qualquer hipótese de vencer, nem em Portugal, nem em Moçambique ou Angola, uma vez que carecia, por completo, de base social de apoio. No entanto, podia provocar muitas vítimas, em particular em combates entre militares de campos opostos. Mas este contragolpe estava planeado para finais de setembro, não para o dia 7. Pode-se pensar ao contrário que essa eclosão prematura inviabilizou todas as possibilidades de triunfar mais tarde. Aliás, os primeiros ocupantes do Rádio Clube não foram os Velez Grilos²⁸, os Gonçalo Mesquitelas²⁹, os Roxos³⁰, etc., rostos conhecidos da extrema-direita local. Ao contrário, a primeira coisa que fizeram esses ocupantes iniciais foi passar a tocar “Grândola Vila Morena”, a canção da revolução de Abril, bem aceite pela multidão que se juntava em frente ao edifício. *Não estavam aqui para estar contra o 25 de Abril, mas contra a Frelimo* (pelo menos enquanto partido único).

No entanto, não há dúvida alguma de que o centro de gravidade político da “Revolta do Rádio Clube” passou rapidamente para as mãos de pessoas mais radicais, entre as quais algumas eram mesmo contra o 25 de Abril (como o já citado deputado do partido fascista, Gonçalo Mesquitela). De qualquer maneira, a unidade deste levantamento colonial era negativa, ela residia unicamente na recusa do Acordo de Lusaca entregando a totalidade do poder à Frelimo. Por isso, o famoso locutor Manuel³¹ apelava constantemente aos notáveis conhecidos como os mais reacionários de toda a colônia – chamando todos eles pelos nomes! – a juntarem-se ao Rádio Clube; ele chamava as tropas especiais aquarteladas no Norte ou na Beira para virem apoiar, procurando, assim, dar ao motim a força militar que este não tinha. Mas não vieram, possivelmente pela razão seguinte: não tanto por causa de uma hierarquia que não ousou quebrar a disciplina, mas porque Jorge Jardim proibiu terminantemente os seus partidários de participar no motim, que ia impedir as negociações complementares que ele queria ter com a Frelimo. Ora a rede de Jorge Jardim estava bem infiltrada nas tropas especiais, em particular nos grupos especiais de paraquedistas.

Mas será que esses amotinados radicais do Rádio Clube queriam uma “independência branca”, como se leu e ainda se lê com frequência³²? Não queriam a entrega do país à Frelimo, mas não podiam recusar a ideia de a Frelimo estar no poder. Pois, a maioria dos amotinados queriam discutir uma partilha deste poder (mais uma vez, os Acordos de Lancaster House de 1979 foram *a posteriori* uma ilustração desta tendência).

²⁸ Vitor Húgo Velez Grilo foi dirigente do partido comunista português clandestino nos anos 1930, tendo entrado em dissidência. Segundo uma tese, foi enviado por Salazar para Moçambique em troca da liberdade, tornando-se fervoroso apoiante do *Estado Novo*.

²⁹ Gonçalo Mesquitela, várias vezes deputado na Junta Consultiva de Moçambique (depois Assembleia legislativa), presidente da União Nacional de Moçambique (o partido salazarista) de 1960 até 1969, deputado de Moçambique na Assembleia Nacional de Portugal em 1974, fazia parte da ala mais direita do regime.

³⁰ Francisco Daniel Roxo, caçador profissional, conduzia a sua própria contra-guerrilha anti-Frelimo. Tendo de fugir para a África do Sul depois da derrota da revolta do Rádio Clube, alistou-se no Batalhão Búfalo do exército sul-africano que invadiu Angola e foi morto em combate, a 23 de agosto de 1976.

³¹ O “locutor Manuel” falava quase 24 horas por dia. Trata-se de Manuel Gomes dos Santos, líder da FICO (cf. *infra*).

³² Ainda recentemente, foi a tese defendida por Marco Roque de FREITAS no seu artigo no entanto muito interessante: “Reavaliando o Movimento Moçambique Livre: a construção sonora do assalto ao Rádio Clube (7 de Setembro de 1974)”, *Ler História*, 80, 2022: 225-247, DOI: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10479>>.

Socialmente, o que é que isso significava? A Frelimo foi sempre muito clara em não identificar os colonos com o sistema colonial e, durante dez anos de guerra anticolonial, não matou nem um só colono³³. A Frelimo queria é que muitos brancos ficassem, uma vez que eles eram os quadros qualificados³⁴. Mas o poder político e estatal tinha de estar nas mãos da Frelimo. Isto é: *a Frelimo não queria um “novo Brasil”* e podia apoiar esta recusa no facto de a população negra ser a esmagadora maioria quando, na altura, a população negra brasileira devia rondar os 40% da população total³⁵ e a população indígena aproximadamente 0,5%³⁶.

Ora, a ideia do Brasil estava profundamente enraizada na população colonial e escolarizada. Portugal estava orgulhoso de ter “criado” o Brasil, isto estava bem presente nos manuais escolares. E a viragem luso-tropicalista dos anos 1950-1960 apresentava o objetivo final da colonização portuguesa como sendo o de criar “Novos Brasis”. Claro, Salazar sempre proibira o uso público da fórmula, porque sabia muito bem que se se desse um objetivo que não a permanência indefinita das colónias dentro de Portugal, ninguém iria querer ser o último a morrer. Mas a ideia existia fortemente. Penso não ser por acaso que a principal formação política apoiante da revolta do Rádio Clube foi a Frente Intercontinental (ou Independente) de Convergência Ocidental, isto é, a “FICO”³⁷, que foi criada com este nome poucos dias antes do 7 de Setembro – sem saber o que ia acontecer, mas tomando possivelmente esta data como símbolo. Com efeito, o dia 7 de Setembro de 1822 foi o da independência do Brasil. Aliás, os portugueses de Moçambique, socialmente bastante diferentes dos Portugueses da África do Sul³⁸, não gostavam muito deste país e ainda menos da Rodésia. Sentiam-se desprezados pelos “ingleses”. *Penso, pois, que o modelo de “independência sem entrega” que estava quase automaticamente presente na mente dos amotinados, não era uma independência à rodesiana ou à sul-africana, mas à brasileira.*

³³ Obviamente, alguns colonos morreram, saltando em minas nas picadas, ou integrados em colunas militares atacadas, etc., mas nunca foi da iniciativa da Frelimo, em contraste total com a FNLA, aquando da ofensiva desta em Angola em março de 1961, que provocou chacinas inúmeras de populações brancas, mestiças e negras também (os trabalhadores negros das plantações brancas).

³⁴ Pelo menos o topo da Frelimo queria isso. Até Joaquim Chissano disse publicamente que a Frelimo não tinha nada contra o “engenheiro Jorge Jardim”, procurado pelos militares portugueses como se ainda fosse um salazarista convicto em 1974. Essa posição de princípio não impediu abusos anti brancos, até assassinatos de brancos, em particular em zonas rurais ou pequenas vilas, depois do 25 de Abril e, sobretudo, depois dos 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974. Sobre o 21 de Outubro, ver *infra*.

³⁵ Essa taxa aumentou bastante (hoje entre 52 e 56 % da população total do Brasil é negra). É bom assinalar que, no Brasil, o qualificativo “negro” agrupa os «pretos» (pele mais escura) e «pardos» (pela mais clara que, em Moçambique, se chamariam de mestiços). Os pardos formavam (e ainda formam) a larga maioria dos negros (três quartos aproximadamente).

³⁶ A palavra “indígena” é a utilizada no Brasil (incluindo pelos próprios), para designar as nações originárias. Pois o sentido aí é diferente do sentido jurídico-legal que teve nas legislações coloniais portuguesas em África.

³⁷ No dia 9 de janeiro de 1822, o futuro Pedro I do Brasil decidiu recusar de obedecer às ordens das Cortes de Lisboa ordenando a sua volta a Portugal. Foi o “Dia do Fico”. As Cortes queriam fazer de novo do Brasil uma colónia, quando o rei de Portugal refugiado no Brasil em 1807 fizera deste um “Reino” em 1815.

³⁸ A numerosa comunidade portuguesa da África do Sul era muito maioritariamente oriunda das camadas pobres da população da Madeira e exercia profissões tais como o pequeno comércio, a produção de hortaliças, etc. De uma maneira geral, o nível social e escolar da população portuguesa de Moçambique era bem mais alto do que o da mesma na África do Sul. Ela bem sabia que os Portugueses da África do Sul sofriam do racismo dos bóeres que os chamavam de “White Kaffirs” (cf. Clive GLASER, “The Making of a Portuguese Community in South Africa, 1900-1994”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations, op. cit.*, pp. 213-238).

Só que as sociedades de Moçambique e do Brasil eram completamente diferentes. Criar um “novo Brasil” em Moçambique era pura e simplesmente recusar a regra da maioria (negra).

Os revoltosos do Rádio Clube quiseram também alargar a base de apoio a correntes políticas africanas – e isso também é lógico com a ideia de um Novo Brasil. Só que essas correntes careciam de base social e o “locutor Manuel” pôde chamar somente notáveis africanos conhecidos pela sua hostilidade à Frelimo de que, com a exceção da primeira, foram todos membros: Joana Simeão, Miguel Murrupa³⁹, Domingos Arouca⁴⁰, Lázaro Nkavandame⁴¹, Úria Simango. O caso deste último é o mais importante.

O padre presbiteriano Úria Simango fora da Udenamo⁴² antes da criação da Frelimo (25 de junho de 1962) e, deste partido, fez parte da metade que se decidiu juntar ao novo

³⁹ Filho de régulo (Pebane), membro da Udenamo (União democrática nacional de Moçambique, grupo anterior à Frelimo), tornou-se secretário adjunto do departamento de relações exteriores da Frelimo. Mas saiu da Frelimo quando Úria Simango foi expulso desta (1969). Ao contrário deste último, juntou-se ao governo português e doravante foi utilizado, sendo ele próprio negro, para espalhar a tese da nação multiétnica e pluricontinental, segundo a orientação lusotropicalista do fascismo tardio. Por exemplo: Miguel Artur MURUPA, *Perspectivas da África portuguesa : a construção de uma nação multirracial*, Lisboa, Edições do Autor, 1973. Exilou-se depois na Alemanha onde morreu em março de 2022.

⁴⁰ Salvo erro, Domingos Arouca não compareceu no Rádio Clube durante o motim. Domingos Mascarenhas Arouca (1928-2009) fazia parte da velha criouliidade negra da região de Inhambane, com alguma propriedade rural. Concluiu o liceu em Portugal (supostamente tendo ganho um prémio na lotaria da Rodésia) e formou-se em Direito. Tornou-se assim o primeiro advogado negro de Moçambique. Em março de 1965 conseguiu afastar a velha direção do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, e tornou-se presidente desta organização de negros assimilados, legal, mas vigiada. Foi preso por pertencer à Frelimo e passou oito anos (1965-1973) na prisão. Recusou o convite de Samora Machel de integrar o governo de transição e teceu duras críticas à Frelimo, contra o autoritarismo deste. Exilou-se em Portugal em 1977. Voltou a Moçambique em 1992 depois de Joaquim Chissano (presidente da República) o ter consultado, de passagem em Lisboa, a propósito da nova constituição em preparação). Ele tentou implantar o seu partido, o FUMO (Frente Unida de Moçambique) que obteve 1,39% dos votos exprimidos nas eleições legislativas de 27-29 de outubro de 1994). Nas mesmas datas, foi candidato à eleição presidencial onde obteve (segundo os resultados oficiais, 0,37% dos votos exprimidos) [apesar da importante observação internacional, há forte suspeição de fraude, principalmente para as presidenciais, porque é muito difícil explicar as diferenças dos resultados entre legislativas e presidenciais, tidas aos mesmo dias: assim, Joaquim Chissano (Frelimo) obteve 53,30% e Afonso Dhlakama (Renamo) 33,73% quando os partidos correspondentes tiveram 44,33% (Frelimo) e 37,78% (Renamo)]. Frente a esses fracassos, Domingos Arouca rapidamente abandonou a política.

⁴¹ Lázaro Nkavandame (ou Ncavandame) era um comerciante maconde de Moçambique emigrado para a Tanganica. Ligou-se à Frelimo em 1963 e rapidamente tornou-se um dos principais dirigentes civis da Frelimo em Cabo Delgado. Mas teve divergências com a conduta da “guerra popular prolongada” e com os jovens militares da Frelimo. Segundo a tese dos vencedores, Nkavandame estava a favor de concentrar todos os esforços na sua província de Cabo Delgado e de declarar a independência desta, em vez da de Moçambique. Ao 22 de dezembro de 1968, o comandante militar da Frelimo para a província foi morto pelo seu grupo. Ele foi afastado em janeiro de 1969. Mas depois do assassinato do presidente Eduardo Mondlane (3 de fevereiro de 1969), no quadro das purgas então organizadas na Frelimo, foi acusado de ser um dos responsáveis pela morte do primeiro presidente da Frelimo. Temendo pela sua vida, rendeu-se aos portugueses nos princípios de abril de 1969. Esses tentaram organizar uma vasta propaganda para aliciar os Macondes a seguir o exemplo de Nkavandame, que foi um fracasso total. Este viveu doravante numa condição de meia liberdade em Moçambique. Obviamente, temia a tomada do poder pela Frelimo.

⁴² União Democrática Nacional de Moçambique: fundada em outubro de 1960, foi uma das organizações anteriores à Frelimo, implantada na emigração moçambicana na Rodésia do Sul e nas regiões centrais de Moçambique. Quando Úria Simango aceitou de deixar a Udenamo para entrar na Frelimo aquando da fundação ao 25 de junho de 1962, o principal dirigente, Adelino Chitofu Gwambe (ou Guambe) recusou e tentou fazer sobreviver a sua

partido dito unificado. Quando do segundo congresso da Frente em Julho de 1968 no Niassa (extremo-norte de Moçambique) impôs uma eleição para a presidência da frente, candidatou-se e falhou por poucos votos ser eleito, contra Eduardo Mondlane⁴³. Foi vice-presidente da Frelimo. Quando do assassinato de Eduardo Mondlane em Dar-es-Salaam (3 de fevereiro de 1969), Úria Simango devia logicamente tornar-se o presidente. Mas isso foi recusado pela maioria “modernista” e marxisante da direção e ele foi simplesmente integrado numa presidência colegial com Samora Machel e Marcelino dos Santos. Este triunvirato nunca funcionou, nem foi feito para funcionar: Úria Simango foi rapidamente marginalizado pelos sectores político-militares e depois expulso. Refugiou-se no Cairo, mas nunca se rendeu aos portugueses, ao contrário de muitos outros dissidentes. Depois do 25 de Abril de 1974, voltou para Moçambique e tentou congregar todos os grupos africanos hostis à Frelimo, fundando o Partido da Convenção Nacional, já citado.

Mas Simango fez o tremendo erro de comparecer no Rádio Clube, o que, para a população africana de Lourenço Marques, não podia significar outra coisa senão a sua recusa da independência. Com efeito o que, para uns – a minoria colonial – podia significar uma independência sem entrega da totalidade do poder à Frelimo, significava para os outros – a vasta população africana da cidade – tentar impedir a independência *tout court*. A partir deste momento, as poucas possibilidades de Úria Simango de personificar uma terceira via – não um novo Brasil, mas uma independência negra com eleições – desapareceram por completo. O seu partido foi objeto de repressão “espontânea” e ele conseguiu, mercê da rede de Jorge Jardim, refugiar-se na Rodésia. Contra a opinião de Jardim, que o aconselhava ir “mais longe”, quis depois ir para o Maláui. O que fez, e aí foi entregue à Frelimo⁴⁴.

organização, doravante sem o apoio da Tanzânia. Preso no Moçambique independente, foi morto sem processo (veja nota ⁴⁴).

⁴³ Se a parte da delegação maconde favorável a Lázaro Nkavandame tivesse participado no congresso, Uria Simango teria vencido a eleição. Os delegados pro-Nkavandame diziam temer pela sua vida se participassem no congresso.

⁴⁴ Uria Simango foi preso porque o ditador do Maláui, Hastings Kamuzu Banda, que tinha boas relações com a África do Sul do apartheid e Portugal colonial (até uma embaixada em Lisboa), estava preocupado pela tomada de poder da Frelimo e quis, com este gesto e outros, tentar uma aproximação com o novo poder moçambicano. Ao 12 de maio de 1975, num comício no campo da Frelimo de Nachingwea (Tanzânia), Úria Simango foi obrigado a escrever e ler uma autocrítica na melhor tradição estalinista (ou maoísta), acusando-se de todos os crimes e pedindo para ser submetido à reeducação. Foi fuzilado provavelmente em outubro de 1977 (ou 1979), sem processo judicial, com outros oponentes como Joana Simeão, Paulo Gumane, Adelino Gwambe, Basílio Banda, João Unhay, Casal Ribeiro padre Gwenjere, talvez para impedir à Renamo de poder libertá-los e torná-los líderes do ramo político de que precisava a guerrilha. A esposa de Ú. Simango foi fuzilada em 1981, sem processo também. As crianças sobreviveram e participaram, depois da viragem pluralista, na oposição civil moçambicana. Cf. B. L. NCOMO, *Uria Simango, op. cit.*; Michel CAHEN, « Mozambique, la « fin de l'histoire »... unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique », *Portuguese Studies Review*, XV (1), 2008: 171-238, <<https://www.academia.edu/23774544/>> ; Baptista Comessário CAETANO, “A violência política em Moçambique de 1966 a 1988: O Caso do Padre Mateus Pinho Gwengere”, dissertação de mestrado, Universidade Católica de Moçambique, 2015; Lawe LAWEKI, *Mateus Pinho Gwenjere. A Revolutionary Priest*, Wandsbeck [África do Sul], Reach Publishers, 2019.

Do outro lado, isto é, do lado dos mais radicais (e brancos) da Revolta do Rádio Clube, aconteceram os factos mais trágicos. A OPVDCM⁴⁵ trouxera as armas de que dispôs a revolta e distribuiu-as em particular aos jovens dos “Dragões da Morte”, uma milícia meia-clandestina criada em Agosto de 1974 e ligada aos filhos do ex-deputado da ANP⁴⁶, Gonçalo Mesquitela. No seu primeiro *Boletim* de 13 de Agosto de 1974, os “Dragões da Morte” definem-se assim:

« Somos uma organização clandestina de todas as raças e credos, naturais de Moçambique [...] e temos o fim de pôr termo às guerrilhas [...] e pôr termo às conversações com a FRELIMO, nem que tenhamos que começar a fazer TERRORISMO URBANO, para fazer calar os inconscientes que dão vivas à FRELIMO”.⁴⁷

Sem que isso tenha vindo de uma ordem da liderança (na verdade, caótica) do Movimento Moçambique Livre (MML, nome “oficial” da revolta), esses grupos militarizados foram para os bairros populares (caniço) e a volta do aeroporto para aterrorizar a população negra, matando indiscriminadamente centenas e centenas de civis⁴⁸. Não podia haver mais claramente uma consciência de classe colonial – o Negro é para obedecer, não para discutir o futuro do país. Mas isso provocou o levantamento popular na cidade e também a partir da província vizinha de Gaza, de onde muitos milhares de pessoas começaram a surgir, convergindo “como colunas de formigas”⁴⁹ rumo à cidade do cimento. Ainda em Lusaca, um Samora Machel mais que furioso acusava Portugal de duplicidade e ordenou o recomeço da ofensiva militar generalizada contra as forças portuguesas.

Foi preciso um extraordinário trabalho da CHERET para convencer a Frelimo que o MFA estava contra a revolta e faria tudo o possível para conter os “reacionários” com o próprio apoio da Frelimo⁵⁰. Apavorados pelo aproximar das colunas humanas vindo do

⁴⁵ A OPVDCM (Organização Provincial dos Voluntários da Defesa Civil de Moçambique) era uma milícia colonial oficial que dispunha de armas e até de avionetas.

⁴⁶ ANP, Acção Nacional Popular, nova fachada marcelista da antiga União Nacional salazarista, o partido único do Estado Novo. A União Nacional/ANP foi sempre muito fraca em Moçambique e Angola entre os colonos que a viam como um “partido da metrópole”. Michel CAHEN, “Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain (1933-1979). I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique. II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979”, *Cahiers d'Études Africaines*, 92, 1983 : 383-417 et 93, 1984 : 5-24, <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1983_num_23_92_2236> e <1984_num_24_93_2224>.

⁴⁷ *Boletim Informativo*, 1, 13 de Agosto de 1974, citado in João CRAVEIRINHA, « Coluna – 7 Setembro, como tudo começou », *Correio da Manhã* (Maputo), 8 de setembro de 2004, reproduzido pelo site “Moçambique para Todos”, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/7_setembro_1974.html>.

⁴⁸ O militar de Abril, Carlos Camilo (1944-2008), no seu breve relatório sobre os acontecimentos em Lourenço Marques, diz que fizeram 7 mortos brancos, 300 mortos negros e um número muito maior de feridos. Carlos CAMILO, *Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*, s.l. [Lisboa?], s.d. [1984?], 2 págs, <<https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/CarlosCamilo.pdf>>. Carlos Camilo, militar de Abril desde a primeira grande reunião de Évora a 9 de setembro de 1973, foi responsável pela tomada de controlo do parque Eduardo VII de Lisboa durante o golpe. Ricardo Saavedra fala em 1500 mortos no total em *Aqui Moçambique livre, op. cit.*

⁴⁹ Testemunho de um militar que observou isso a partir de um helicóptero.

⁵⁰ A CHERET (Chefia de Reconhecimento das Transmissões) era o serviço de escuta rádio do exército português (principal fonte de informação sobre a Frelimo, mais que as infiltrações diretas por agentes ou torturas a guerrilheiros presos). Já há muito que a CHERET tinha quebrado os códigos da Frelimo. Para poder atingir muito rapidamente um grande número de companhias guerrilheiras sem passar pela via diplomática em Dar-es-Salaam e assim impedir

caniço e de Gaza, os líderes do MML pediram então a proteção do MFA e... da Frelimo⁵¹. Tiveram 24 horas para poder sair para a África do Sul sem ser presos. Os corajosos Dragões da Morte chacinadores de civis negros indefesos foram os primeiros a desaparecer quando do fim da “revolta”. São indiretamente responsáveis também pelos graves incidentes de 21 de Outubro de 1974 quando distúrbios provocados por uma companhia de comandos portugueses originou um novo levantamento popular que, desta vez, fez centenas e centenas de vítimas brancas (famílias inteiras queimadas vivas nos seus carros, etc.) e provocou um verdadeiro êxodo de brancos para África do Sul e Portugal.

A população africana não queria que ninguém roubasse a sua independência e tinha os mortos dos 8-10 de Setembro para vingar. Mas, ideologicamente, esses Dragões da Morte não significaram nada: salazaristas? Pró-independência branca? Independência à brasileira⁵²? Foram meramente jovens assassinos coloniais.

Se houve bastante mestiços e alguns negros a participar na “Revolta” – e que não podiam estar a favor de uma “independência branca” –, parece que pouquíssimos paquistaneses⁵³ e chineses – as duas outras comunidades coloniais de Moçambique – participaram na “Revolta do Rádio Clube”. Será que a sua aceitação da “portugalidade” tinha sido instrumental e, pois, a aceitação da Frelimo era mais fácil? No entanto, se os paquistaneses ficaram, se os Indianos voltaram, a grande maioria dos chineses parece ter emigrado, não tanto para Portugal como os Ismailis (mas foi o caso de mestiços luso-chineses), mas para Brasil (São Paulo, quando eram de Lourenço Marques, Curitiba, quando eram da Beira)⁵⁴. Mas essa emigração não foi em razão direta da derrota da Revolta do Rádio Clube, simplesmente por considerarem que já não havia condições para a vida... colonial a que estavam acostumados⁵⁵. Foram para o Brasil com passaportes portugueses.

Democracia impossível?

a nova ofensiva ordenada por Samora Machel, os responsáveis da CHERET decidiram utilizar eles próprios os códigos da Frelimo e enviar mensagens aos grupos guerrilheiros espalhados pelo país (fazendo, pois, saber que tinham os códigos e inutilizá-los muito rapidamente uma vez que a Frelimo, agora a par disso, ia mudá-los). António Eduardo de Carvalho LOPES, *HISTÓRIA DA CHERET : o reconhecimento das transmissões no Exército Português : a escrita secreta da guerra de Espanha ao 07SET74 em Moçambique*, colab. Nuno Valdez dos Santos... [et al.]. – [S.l. : s.n.], D.L. 2012 (Coimbra : Simões & Linhares).

⁵¹ Ver em particular Aurélio France LEBON, *Mafalala 1974*, *op. cit.* Ver também os artigos do jornalista Luís Andrade de Sá «Moçambique, 7 de Setembro de 1974», Agência Lusa, 5 de Setembro de 2004, reproduzidos no site Moçambique para Todos, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/moambique_7_de_.html>.

⁵² Aliás, o fato de se ser a favor de uma independência à brasileira não significava em nada ter brandos costumes para com os africanos...

⁵³ O número de Indianos (isto é pessoas com nacionalidade deste país) tinha diminuído muito depois da tomada de Goa pela Índia (19 de dezembro de 1961), sendo expulsos de Moçambique.

⁵⁴ Lorenzo MACAGNO, “From Mozambique to Brazil. The “Good Portuguese of the Chinese Athletic Club”, in Eric Morier-Genoud *et alii*, *op. cit.*, pp: 239-262; Eduardo MEDEIROS, “As comunidades sino-moçambicanas no último quartel da presença colonial”, in Claudia CASTELO *et alii*, *Os Outros da colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 71-100 (sobretudo as pág. 98-100).

⁵⁵ Uma exceção foi o famoso fotógrafo moçambicano de origem chinesa, Kok Nam (1939-2012), que ficou e foi muitos anos jornalista do semanário *Têmpo*.

Não se pode reescrever a história. Mas pode-se constatar uma coisa: o MFA derrubou o partido único em Portugal e ajudou a impor o partido único em África. Isto mostra a visão que os militares de Abril tinham da África, uma sociedade atrasada, pois ainda não pronta para a democracia. Com efeito, além do detalhe dos acontecimentos propriamente ditos, bem é a ideologia do partido único, compartilhada pelos militares portugueses e pela Frelimo⁵⁶, que foi a causa da tragédia. A Frelimo tinha a legitimidade de uma longa luta e das armas, mas recusava, como vimos, não só o referendo como contradição ao direito incondicional à independência, mas também qualquer processo eleitoral. Ela ameaçava continuar a guerra em caso de uma recusa de Portugal em entregar-lhe pura e simplesmente o poder. Mas, do que se sabe das sessões de negociações, públicas (em Lusaca) ou secretas (em Amsterdão e Dar-es-Salaam), nunca as delegações portuguesas advogaram um processo eleitoral pluralista e ainda menos publicaram tomadas de posição nesse sentido. A única batalha tentada (e rapidamente abandonada) foi a do referendo para saber se os africanos queriam ser independentes, isto é longe de uma dinâmica democrática (com efeito, depois de um vitorioso “sim à independência” num hipotético referendo, ficava a questão da entrega do poder ao partido vencedor).

Justamente, de um ponto de visto democrático, a legitimidade das armas devia parar o dia mesmo do cessar-fogo e do reconhecimento incondicional à independência, para dar lugar à legitimidade democrática. Assim, não era antidemocrático recusar o referendo, mas era sim de recusar as eleições pluralistas. Isso não é somente um raciocínio baseado em pura teoria política.

Mas, para tecer essas considerações de conclusão, o historiador que sou confronta-se com uma dificuldade. Com efeito, a história “foi assim” e possivelmente não podia ter sido de “outra maneira”. Mas será porque “foi assim”, que os historiadores não devem estudar as consequências deste “assim”? Por exemplo, será que o facto de o princípio do partido único ser geralmente aceite *para África* nesta época deve impedir de estudá-lo como não mais que um dos possíveis históricos e analisar os efeitos deletérios deste mesmo princípio? Penso que não⁵⁷.

Pois, não é entrar numa obra ficcional considerar que uma orientação democrática teria permitido um imenso movimento de consulta às populações, o fortalecimento da mobilização social⁵⁸ e o início do nascimento de uma sociedade civil. Mais uma vez,

⁵⁶ Foi a mesma coisa nas outras ex-colônias, mesmo em Angola: mas como nesta última colônia três movimentos de libertação tinham sido reconhecidos e foram signatários dos Acordos de Alvor (MPLA, FNLA, UNITA), houve uma situação de «tri-partidarismo único». Isto é, os três partidos signatários tinham liberdade de expressão e participavam no governo de transição, mas não outras formações políticas. Aliás, a guerra civil começou muito rapidamente (julho de 1975) para saber quem seria o partido único... único.

⁵⁷ Em outros escritos meus, reparara que intelectuais de esquerda, em particular investigadores portugueses, tiveram, durante anos, uma grande dificuldade em criticar os regimes autoritários nos PALOPs. Como cidadãos anticolonialistas da antiga potência colonial, deviam pensar não ter o direito de criticar antigos colonizados. Na prática, as críticas começaram sobretudo quando das viragens neoliberais.

⁵⁸ Mobilização social africana e não acontecimentos trágicos de vinganças contra colonos, que se multiplicaram a partir de julho e agosto de 1974, que faziam fugir os brancos isolados. Um pouco como em Portugal, mas num grau menor, houve uma forte mobilização social do fraco proletariado assalariado de Moçambique, pedindo aumentos salariais e elegendo comités de trabalhadores para substituir os patrões fugidos. A Frelimo denunciou as greves como provocadoras e divisionistas e substituiu os comités eleitos por comissões administrativas nomeadas pelo partido.

a história foi diferente, mas pode-se constatar os resultados do que aconteceu: por causa mesmo do colonialismo português que não produzira uma elite africana, Moçambique tinha todo o interesse em manter uma grande parte da população branca na colônia, com os seus quadros qualificados. Claro que uma parte dos colonos, odiados pela população africana, por causa de comportamentos exploradores, violentos, sexistas e racistas, deviam sair; mas muitos podiam ficar se tinham garantia de poder ter representantes dos seus interesses (direito a ter as suas associações, os seus partidos legais, etc.). E, se a Frelimo tinha uma enorme legitimidade, não significava que estava bem implantada em todo o país: muitas comunidades africanas também podiam precisar de outros representantes para exprimir outras vozes. A Frelimo não podia, obviamente, aceitar a manutenção dos colonos *como classe*, mas podia aceitar a comunidade branca como *uma das etnicidades* do país. Ora, justamente, ela recusava reconhecer qualquer etnicidade, as etnicidades sendo consideradas como tribalismo, obscurantismo, divisionismo. Devia haver “Uma só nação, um só partido, do Rovuma ao Maputo” para produzir uma nação pós-colonial *contra* as nações africanas pré-coloniais (desvalorizadas como “tribos”) e não *a partir* delas, numa conjugação de identidades. Assim, a língua portuguesa foi imposta como única língua do Estado, das escolas e mesmo nas campanhas de alfabetização dos adultos. Assim, todas as associações comunitárias (brancas⁵⁹, mestiças e africanas⁶⁰) foram rapidamente proibidas.

Isso explica também que, logo em 1976, se iniciou a revolta na Zambézia (antes mesmo de a Renamo existir⁶¹), que se alargou até abranger a totalidade do país em 1982-83. É que a política de modernização autoritária da Frelimo (chamada “marxismo-leninismo”) agrediu muitas camadas sociais do país e não só os antigos colonos. A recusa da democracia não era relativa somente aos antigos colonos, mas principalmente à própria população africana cujas peculiaridades culturais e sociais simplesmente não foram consideradas relevantes.

Quem ganhou com a Revolução dos Cravos? Ganharam a Frelimo e os povos de Moçambique, mercê da descolonização – mesmo se a situação pós-colonial fosse pior que a do fim da colonização (isto é, depois do fim do trabalho forçado em 1961). Ganharam os militares portugueses que voltaram à casa e o povo português que se viu libertado do regime fascista e se engajou num processo revolucionário que ganhou liberdades democráticas e sociais fundamentais. Ganharam os setores mais modernos da burguesia portuguesa, que puderam preparar o processo da sua entrada na Europa comunitária. E perdeu a camada social da população colonial de Moçambique (e de Angola), nunca ouvida no processo. Os amotinados do Rádio Clube, com a sua atuação irresponsável,

⁵⁹ ... tais como a Casa da Madeira, a Associação dos Naturais, os sindicatos nacionais vindos do corporativismo fascista mas que tinham sido democratizados, e mesma a muito pro-Frelimo Associação Académica de Moçambique que foi integrada da Organização da Juventude Moçambique.

⁶⁰ ... tais como a Associação Africana (isto é, mestiça) e o centro Associativo dos negros da Colónia de Moçambique que Domingos Arouca tinha «reaberto» depois de quase dez anos de proibição (Domingos AROUCA, *Discursos políticos*, Lisboa, Edições Ática, 1974; Michel CAHEN, Entrevistas com Domingos Arouca, Lisboa, ao 14 de novembro de 1989 e 24 de novembro de 1990).

⁶¹ Sérgio CHICHAVA, “The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos Manuel do Rosário (eds), *The War Within. New perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992*, James Currey, 2018, pp. 17-45.

também foram os atores da sua própria destruição. Sonharam com um novo Brasil, mas fugiram para o *Apartheid* como exilados e depois para Portugal como retornados⁶². E Moçambique também perdeu muito, com o desaparecimento de quadros qualificados⁶³.

Mas, os retornados contribuíram depois para construir não um novo Brasil, mas um novo Portugal, onde se reintegraram bastante bem e constituíram um fator de dinamização da economia pós-1974⁶⁴.

Bibliografia

Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim, agente secreto*, Lisboa, Bertrand Editora.

Boletim Informativo, 1, 13 de Agosto de 1974, citado in João Craveirinha, « Coluna – 7 Setembro, como tudo começou », *Correio da Manhã* (Maputo), 8 de setembro de 2004, reproduzido pelo site “Moçambique para Todos”, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/7_setembro_1974.html>.

Caetano, B. C. (2015). “A violência política em Moçambique de 1966 a 1988: O Caso do Padre Mateus Pinho Gwengere”, dissertação de mestrado, Universidade Católica de Moçambique.

Cahen, M. (1983). “Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain (1933-1979). I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique. II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979”, *Cahiers d’Études Africaines*, 92, 1983 : 383-417 et 93, 1984 : 5-24, <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1983_num_23_92_2236> e <1984_num_24_93_2224>.

Cahen, M. (1987). «Lénine, l’impérialisme portugais, Gervase Clarence-Smith», *Cahiers d’Études Africaines* (Paris), 107-108: 435-44, <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1987_num_27_107_3418>.

⁶² Nem todos os retornados foram para Portugal. Uma parte ficou na África do Sul, outros foram para o Brasil, a Austrália, outros países africanos. E para os que foram para Portugal, nem todos foram brancos, mesmo se, para mestiços e ainda mais negros, foi difícil pelo fato de não ter parentes em Portugal e não poder obter assim a nacionalidade portuguesa. Carecemos de estudos sobre os que não foram para Portugal.

⁶³ A diminuição da população branca de Moçambique foi contínua em 1974-75 e muitos dos que tinham ficado saíram quando da nacionalização dos prédios de rendimento em 5 de fevereiro de 1976, património que os tinha feito ficar. A Frelimo quis impedir que muitos prédios postos para venda caíssem nas mãos da comunidade indo-paquistanesa que, ela, aguentava e ficava. Atualmente, a percentagem da população branca *moçambicana* (sem contar os brancos cooperantes) está abaixo dos 0,1% (nem aparece nos censos).

⁶⁴ Sobre o fenómeno dos retornados, eis alguns estudos recentes: Christoph KALTER, *Postcolonial People. The Return from Africa and the Remaking of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 2022 (e o meu ensaio sobre esta obra: Michel CAHEN, “Essai. Un « peuple post-colonial »? À propos d’une nouvelle étude sur les retornados du Portugal. Autour du livre de Christoph Kalter”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 53, 2023 : <<https://journals.openedition.org/mcv/18490>>); Elsa PERALTA (ed.), *The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa*, Londres, Routledge, 2023; Morgane DELANAY, *Les retrornados. Accueil et intégration des rapatriés de la décolonisation portugaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2024. Faltam estudos sobre os retornados que não foram para Portugal, mas para o Brasil, Venezuela, Austrália, Canadá (sem falar dos que ficaram na África do Sul sem se fundirem na velha comunidade madeirense neste país).

- Cahen, M. (2008). « Mozambique, la « fin de l'histoire »... unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique », *Portuguese Studies Review*, XV (1): 171-238, <<https://www.academia.edu/23774544/>>.
- Cahen, M. (2015). « Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África », *Revista África* (Universidade de São Paulo), 2015 [publ. 2017], 35: 129-155, <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>>.
- Cahen, M. (2023). “Essai. Un « peuple post-colonial »? À propos d’une nouvelle étude sur les retournados du Portugal. Autour du livre de Christoph Kalter”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 53, <<https://journals.openedition.org/mcv/18490>>.
- Camilo, C. ([1984]). *Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*, s.l. [Lisboa?], s.d., 2 págs, <<https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/CarlosCamilo.pdf>>.
- Cardoso, R. (2014). *O fim do império. Memória de um soldado português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Chichava, S. (2018). “The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos Manuel do Rosário (eds.), *The War Within. New perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992*, James Currey, pp. 17-45.
- Couto, F. A. (2011). *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Delaunay, M. (2024). *Les retrornados. Accueil et intégration des rapatriés de la décolonisation portugaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974.
- Freitas, M. Roque (2022). “Reavaliando o Movimento Moçambique Livre: a construção sonora do assalto ao Rádio Clube (7 de Setembro de 1974)”, *Ler História*, 80: 225-247, DOI: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10479>>.
- Glaser, C. “The Making of a Portuguese Community in South Africa, 1900-1994”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds.), *Imperial Migrations*, op. cit., pp. 213-238.
- Jardim, J. Pereira (1976). *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa, Ed. Intervenção.
- Kalter, C. (2022). *Postcolonial People. The Return from Africa and the Remaking of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Laweki, L. (2019). *Mateus Pinho Gwenjere. A Revolutionary Priest*, Wandsbeck [África do Sul], Reach Publishers.
- Lebon, A. F. (2004). *Mafalala 1974. Memória do 7 de Setembro, a grande operação*, coord. de Benedito Machava, Maputo, Movimento Editora, 2015.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2008). “Le départ des Ismaélis du Mozambique. Réflexion sur le départ d’une communauté et sa relation au secret ; (eds), « Indiens du Mozambique et d’Afrique orientale” (dossier), *Lusotopie*, XV (1), 2008, <<https://doi.org/10.4000/lusotopie.724>>.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2012). “The Ismailis of Mozambique: History of a Twofold Migration (late 19th Century– 1975)”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 168-189.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2013). “Os Ismailis de Moçambique – Vida Económica no Tempo Colonial”, Lisboa, Colibri.

- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2014). *Khojas Ismaili, du Mozambique colonial à la globalisation*, Paris, L'Harmattan, 2014.
- Lopes, A. E. de Carvalho (2012). *HISTÓRIA DA CHERET : o reconhecimento das transmissões no Exército Português : a escrita secreta da guerra de Espanha ao 07SET74 em Moçambique*, colab. Nuno Valdez dos Santos... [et al.]. – [S.l. : s.n.] (Coimbra : Simões & Linhares).
- Macagno, L. “From Mozambique to Brazil. The “Good Portuguese of the Chinese Athletic Club”, in Eric Morier-Genoud *et alli*, *op. cit.*, pp. 239-262.
- Machava, B. (2015). “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 106: 53-84.
- Madeira, L. F. (2008). « Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974) », tese de ciências políticas, Universidade de Bordéus/Sciences Po Bordeaux (Lille Thèses, 2009).
- Mata, I. (2017). *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*, Lisboa, Edições Colibri / Macau, Universidade de Macau, pp. 49-78.
- Medeiros, E. (2012). “As comunidades sino-moçambicanas no último quartel da presença colonial”, in Claudia Castelo *et alii*, *Os Outros da colonização. Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 71-100
- Meneses, M. P. & Gomes, C. (2013). « Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa », in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (eds.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, pp. 59-107, Coimbra, CES/Alameda.
- Mesquitela, C. (2014). *Moçambique. 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Branco Editores.
- Morier-Genoud, E. (2019). *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique, 1940-1986*, Rochester (NY), Rochester University Press.
- Morier-Genoud, E. e Cahen, M. (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, 2012, pp. 168-189.
- Murupa, M. A. (1973). *Perspectivas da África Portuguesa : a construção de uma nação multirracial*, Lisboa, Edições do Autor.
- Ncomo, B. L. (2003). *Uria Simango – um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica.
- Oliveira, B. G. (1978) (coord.). *Aqui Portugal Moçambique* [sic], Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico.
- Peralta, E. (2023) (ed.). *The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa*, Londres, Routledge.
- Pereira, C. Lopes & Gonzalez, L. Mayor (2016). *História da AAM – Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*, Lisboa, Calendário de Letras.
- Pimenta, F. Tavares (2021). *Branços de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Afrontamento.
- Sá, L. Andrade (2004). « Moçambique, 7 de Setembro de 1974 », Agência Lusa, 5 de Setembro, reproduzido no site Moçambique para Todos, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/moambique_7_de_.html>.
- Saavedra, R. ([1995]). *Os dias do fim. Romance*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Saavedra, R. (1994). *Aqui Moçambique Livre*, Lisboa, Livraria Moderna.

Reformas agrarias en Europa y América Latina:
¿motor del cambio social o asignatura pendiente?
Un panorama comparativo desde el siglo XX corto

Land reforms in Europe and Latin America:
social change's driver or pending subject?
A comparative overview since
the short XXth century

Sergio Riesco Roche

Sergio Riesco Roche

Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Economía Aplicada,
Estructura e Historia

ORCID: 0000-0003-1429-8111

REFORMAS AGRARIAS EN EUROPA Y AMÉRICA LATINA: ¿MOTOR DEL CAMBIO SOCIAL O ASIGNATURA PENDIENTE? UN PANORAMA COMPARATIVO DESDE EL SIGLO XX CORTO

La cuestión de la reforma agraria ha sido fundamental a lo largo del siglo XX. Aunque hoy esté relativamente en desuso, los planteamientos sobre cómo debe ser la relación entre los medios rurales y urbanos suponen un revival del papel de las reformas en la construcción de los Estados contemporáneos. En este texto se traza una visión a largo plazo durante el siglo de los conflictos. Los dos grandes momentos reformistas se produjeron en las posguerras de 1918 y 1945. En la primera, marcada por la revolución rusa y la mexicana, fueron los países de Europa Central y Oriental los principales protagonistas. En la segunda, América Latina, algunos países de África y de Asia acometieron estos procesos con desiguales resultados. En ambas oleadas, se plantea el status anticíclico de los casos español en la década de 1930 y el de Portugal tras la Revolución de los Claveles. En líneas generales, se ha ofrecido una visión excesivamente crítica de las reformas como procesos más bien radicales. Sin embargo, los resultados muestran que fueron mucho más moderadas y que finalmente fueron un paso más en la transición hacia un modelo de agricultura capitalista basado en medianas y grandes empresas que a finales del siglo XX terminaron por acometer su integración en el proceso de globalización. Se defiende también la utilidad que tiene el estudio de las reformas agrarias comparadas por dos razones: por un lado, su contribución a la construcción del Estado y a la democratización de territorios que venían de modelos profundamente desiguales y autoritarios; por otro, cómo su identidad como una de las grandes utopías del siglo XX tiene presente y futuro en el contexto de los grandes desafíos de las sociedades actuales.

Palabras clave: Política agraria; reforma agraria; política pública; instituciones; desarrollo económico.

AS REFORMAS AGRÁRIAS NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA: MOTOR DE MUDANÇA SOCIAL OU ASSUNTO INACABADO? UMA PANORÂMICA COMPARATIVA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX

A questão da reforma agrária tem sido central ao longo do século XX. Embora esteja atualmente relativamente desatualizada, as abordagens sobre como deve ser a relação entre os meios rural e urbano representam um renascimento do papel das reformas na construção do Estado contemporâneo. Este texto adota uma visão de longo prazo do século de conflitos. Os dois grandes momentos reformistas ocorreram durante o período do pós-guerra, nomeadamente em 1918 e 1945. No primeiro, marcado pelas revoluções russa e mexicana, os países da Europa Central e Oriental foram os principais protagonistas. No segundo período, a América Latina, alguns países africanos e asiáticos empreenderam estes processos com resultados variados. Em ambas as vagas, discute-se o caráter contra cíclico do caso espanhol nos anos 30 e do caso português após a Revolução dos Cravos. De um modo geral, foi apresentada uma visão excessivamente crítica das reformas, considerando-as como processos bastante radicais. No entanto, os resultados mostram que foram muito mais moderados e que acabaram por representar mais um passo na transição para um modelo de agricultura capitalista baseado em médias e grandes empresas, que no final do século XX acabou por ser integrado no processo de globalização. A utilidade do estudo das reformas agrárias comparadas é ainda defendida por duas razões: por um lado, o seu contributo para a construção do Estado e para a democratização de territórios que se encontravam organizados segundo modelos profundamente desiguais e autoritários; por outro, a sua identidade como uma das grandes utopias do século XX está presente e continuará a estar no contexto dos grandes desafios das sociedades atuais.

Palavras-chave: Política agrária; reforma agrária; políticas públicas; instituições; desenvolvimento económico.

LAND REFORMS IN EUROPE AND LATIN AMERICA: SOCIAL CHANGE'S DRIVER OR PENDING SUBJECT? A COMPARATIVE OVERVIEW SINCE THE SHORT XXTH CENTURY

Land reform was a central issue throughout the 20th century. Although it is now relatively outdated, the question of what the relationship between rural and urban environments should be like is reviving the role of reform in contemporary state-building. This text takes a long-term view through a century of conflicts. The two great moments of reform occurred in the post-war periods of 1918 and 1945. In the first, marked by the Russian and Mexican revolutions, the countries of Central and Eastern Europe were the main protagonists. In the second period, Latin America, some African and Asian countries undertook these processes with mixed results. Both waves discuss the counter-cyclical status of Spain in the 1930s and of Portugal after the Carnation Revolution. In general, there has been an overly critical view of the reforms as radical processes. However, the results show that they were much more moderate, and were ultimately a further step in the transition to a model of capitalist agriculture based on medium and large enterprises, which at the end of the 20th century was integrated into the globalisation process. The usefulness of the study of comparative agrarian reforms is also defended on two grounds: on the one hand, their contribution to the construction of the state and the democratisation of territories that emerged from deeply unequal and authoritarian models; on the other, how their identity as one of the great utopias of the 20th century has a present and a future in the context of the major challenges facing contemporary societies.

Keywords: Land policy, land reform, public policy, institutions, economic development.

«El argumento económico más poderoso en favor de la reforma agraria no se basa en la productividad, sino en la igualdad»

Eric Hobsbawm, *Historia del Siglo XX* (1994)

1. Introducción

La idea de reforma agraria no está de moda en el siglo XXI a pesar de que la función social del mundo rural ante los desafíos del cambio climático sí que es objeto de debate. El sector primario sigue siendo *el sustento del hombre* (Polanyi, 1977) por lo que parece tener sentido una interpretación del mundo contemporáneo desde esa dimensión. Si tras la Revolución francesa se comenzó a denominar Antiguo Régimen a todo el sistema político, económico y social construido a partir de la *globalización temprana* (Dobado, 2023), con la idea de reforma agraria ocurre algo parecido. El largo proceso que comienza con la privatización de bienes comunales desde el último tercio del siglo XVIII (Allen, 1991; Linebaugh, 2021) y continúa con la consolidación de la propiedad agraria capitalista durante el Ochocientos, también ha sido denominado como *reforma agraria liberal* (Pan-Montojo 2018, p. 32). Sin embargo, para el siglo XX, el concepto suele ser controvertido según el complemento circunstancial que se le atribuya: Europa central y oriental, América Latina, Asia o Península Ibérica. A ello también habría que añadir el contexto temporal al que se aluda: no significa lo mismo durante el período de entreguerras ni mucho menos durante la Guerra Fría dependiendo del bloque al que nos referamos.

Una definición operativa es la de un «conjunto de operaciones que tienden a transformar la estructura territorial de una región mediante la modificación de las relaciones sociales, con el fin de asegurar la mejora de las técnicas de cultivo y el aumento de la producción agrícola» (Le Coz 1975, p. 11). Mucho más recientemente, dos expertos en el tema lo han definido de un modo mucho más preciso al especificar la idea de reforma agraria integral como «redistribución de la propiedad de la tierra acompañada de una estrategia holística en la que el Estado proporciona apoyo, facilita el acceso al crédito y a los inputs necesarios para la producción y en general, orienta y coordina un proceso integrado de *agrarian reform*» (Botella y González Esteban 2023, p. 211).

El marco geográfico que analizamos es Europa, especialmente los países del Sur; y América Latina, donde la variedad de situaciones no permite un análisis pormenorizado de cada caso sino algunos apuntes historiográficos sobre algunos casos particulares de enorme influencia. Utilizamos el versátil concepto de «siglo XX corto», consagrado por Hobsbawm (1994) si bien reconociendo que tomaba la idea prestada del historiador húngaro Iván Berend. Ese tracto entre 1914 y 1991 tiene la virtualidad de ser un marco de gran utilidad para enmarcar las diferentes oleadas reformistas a las que nos referiremos en la primera parte de este texto. Tratamos de introducir un binomio conceptual nuevo: cíclicas-contracíclicas, puesto que nos permiten ubicar las peculiaridades de la Península Ibérica. A continuación, nos fijaremos en las peculiaridades del caso español en el contexto de la Europa de entreguerras. En una tercera sección se tratará de forma extractada la situación en América Latina para acabar con unas reflexiones sobre la reforma agraria portuguesa y unas conclusiones para apuntalar si todos estos procesos fueron motor del cambio social o son aún una asignatura pendiente.

2. Oleadas de reforma agraria cíclicas y contracíclicas en el siglo XX

Más allá de asociarla a la construcción del Estado liberal durante el siglo XIX, desde el presente debe observarse que la idea de «reforma agraria» está especialmente ligada a América Latina. Nuestra representación actual está muy condicionada no ya por su fracaso relativo, sino por la violencia contrarrevolucionaria que provocó, limitando hasta el extremo un cambio estructural de los regímenes de propiedad de la tierra. Sin embargo, a lo largo del siglo XX se producen dos grandes oleadas de reformas. Un primer ciclo estaría constituido por las que se producen con posterioridad a la Gran Guerra (Offer, 1990; Brassley, 2010). Con un mapa tan complejo como el de 1918, la estabilización de la población en las nuevas fronteras tras la caída de los viejos Imperios quedó vinculada a dos realidades: la revolución rusa y la consolidación de los nuevos Estados a costa de las tierras de los “extranjeros”. De hecho, la conflictividad del período de entreguerras ha oscurecido que quizá la reforma agraria fuera el hecho «social, político y económico más importante de la posguerra» (Díaz del Moral, 1967). Hubo reformas en los países *vencidos* (Alemania, Austria, Hungría, Bulgaria) y en los *vencedores* (Grecia, Rumanía, Yugoslavia, Finlandia, Checoslovaquia). Visto desde el presente, fue un verdadero triunfo de los campesinos que ganaron la «competencia discursiva» a las élites terratenientes (Pan-Montojo 2015). Incluso la III Internacional, que no podía permanecer ajena a tales transformaciones, llegó a fundar una Internacional Campesina (Krestitern) en 1923. Pero precisamente el apoyo de los gobiernos liberales y socialdemócratas de estos países durante el período de entreguerras, lo que realmente buscaba en el asentamiento y estabilización de pequeños y medianos propietarios era alejar a sus países de la esfera comunista. En cualquier caso, se movilizaron unos 30 millones de hectáreas que representaban el 10% de la superficie de los países de Europa implicados en ese proceso (Brassley 2010, p. 151).

Por su parte, desde 1910, la revolución mexicana alentaba un horizonte político donde esa reforma agraria quedaba vinculada al futuro de los Estados-nación de América Latina, al tiempo que servían de estímulo a colectivos de todo el mundo que tenían en México y la Unión Soviética sus referentes esenciales (Carrillo, 2017). Uno de los aspectos más importantes a largo plazo es que sobre un mismo punto de partida –la transferencia de tierras desde grandes terratenientes a campesinos sin propiedad estable– el papel del Estado daba lugar a dos modelos: la reforma *redistributiva* y la reforma *colectivista* (Lipton, 1974). En el primer caso, podía «vender o arrendar las tierras» para que fueran «cultivadas por particulares en unidades de producción más pequeñas» mientras que en segundo podrían pasar a ser cultivadas conjuntamente «siendo su usufructo compartido a través de cooperativas y granjas estatales o colectivas» (Botella y González Esteban 2023, p. 201). Si bien el modelo soviético impulsó la reforma colectivista, en el resto del mundo predominaron las de tipo redistributivo. Esto también tuvo sus efectos, sobre todo propagandísticos, pues en el mundo occidental el hecho de evocar la «reforma agraria» significó a partir de la consolidación de la Unión Soviética tomar el todo (colectivista) por la parte (reforma). En otras palabras, «comunismo» en el mundo agrario entre las élites occidentales se convirtió en sinónimo de nacionalización de la tierra sin posterior redistribución. En la práctica, ejerció una notable influencia en muchos territorios el impulso que el gobierno de Lázaro Cárdenas dio en México a la reforma

durante la década de 1930 al ceder –o más bien devolver– tierras comunales «de forma inalienable a las comunidades rurales» (Hobsbawm 1994, p. 358). Este elemento básico, el de la restitución de un patrimonio comunal esquilmado y un tanto idealizado, fue un polo de atracción para las demandas de reforma por parte de los colectivos que carecían de acceso a la tierra. En este ciclo del período de entreguerras, dos territorios europeos presentan singularidades bien interesantes. Uno es Italia, donde el colectivo de los excombatientes reclamó tierras como compensación en el contexto de la *Vittoria mutilata*, algo que instrumentalizó Mussolini de la mano de la Bonifica integrale (Riesco, 2020). Es decir, una reforma comenzada por gobiernos democratizadores y de clara inspiración técnica, se vio sobrepasada por el fascismo italiano para convertirse en un vehículo de propaganda al servicio de la dictadura. El otro caso peculiar es el español, en una reforma que llegaba de alguna manera tarde –no justo tras 1918– y que era fulminada de forma violenta por el golpe de Estado de 1936. Pero sobre todo, era una reforma «anti» o «contra» -cíclica, en el sentido de que se desarrollaba no sólo bajo las tensiones políticas del período de entreguerras, sino sobre todo bajo la mayor crisis económica mundial conocida hasta entonces. Dejaba así, como se ha señalado con acierto, un «problema no resuelto» (Robledo, 2022).

Después de la II Guerra Mundial, las cosas fueron bien diferentes a 1918. Se podría hablar de una segunda oleada reformista o de una «reforma agraria a largo plazo» que fue aminorando la hegemonía de los terratenientes. De hecho, «es probable que jamás se hayan producido tantas reformas agrarias como en la década que siguió a la segunda guerra mundial» y con signos políticos de todo tipo (Hobsbawm, 1994, p. 356). El mundo desarrollado consolidó en Europa una agricultura familiar que debía garantizar las necesidades básicas de su ciudadanía, mientras que en Estados Unidos la gran explotación capitalista se alimentó del debate de una *green revolution* que acabara para siempre con el hambre en el planeta, tratando de clonar un modelo productivo a otros países. También hubo espacio para limitar la expansión del comunismo, como ocurrió en el caso italiano, modelo de referencia de la dimensión agraria del Plan Marshall. Ahora bien, superadas las fuertes estrecheces alimentarias entre 1945 y 1951, fueron los organismos internacionales los que promulgaron la idea de lo que podríamos llamar una *reforma agraria del mundo capitalista*. Consistiría en que políticas estructurales bien monitorizadas por técnicos de países desarrollados traería consigo la consolidación de la democracia. Se expandió a lo largo de las décadas de 1950 y 1960 hasta convertirlo en tema central de la asamblea de la FAO en 1966 (Staples, 2006). África, América Latina y Asia sudoriental debían comenzar por cambios en el sector agrario para facilitar una industrialización que derivara en modernización económica y que iría acompañada de la democratización de las instituciones. A ello se incorporaron nuevos conceptos, como el de seguridad alimentaria o el de modernización, confirmando el papel del sector primario como proveedor de mano de obra y materias primas para un mundo urbano, industrializado y progresivamente terciarizado. Si a esa modernización añadimos el adjetivo «autoritaria» y le unimos el apoyo de Estados Unidos para llevar a cabo reformas agrarias de tipo integral, tenemos el exitoso caso del Este asiático, en especial los de Japón, Corea del Sur y Taiwán como contrapunto al caso de China (Kay, 2002). Mientras en Europa países como Italia se beneficiaban de las ayudas del Plan Marshall, el escenario agrario se convirtió también en un teatro de operaciones no-secundario en el contexto de la Guerra

Fría: la consolidación de una agricultura familiar capitalista basada en la mediana propiedad era la mejor garantía de que el comunismo no se expandiera en países que habían mostrado posturas más radicales en el medio rural (Misiani, 2011, p. 130). De alguna manera, esta «tentativa de internacionalización» del modelo italiano tuvo gran importancia en América Latina. La revolución cubana de 1959 agitó de nuevo la bandera de la reforma colectivista, lo que en el escenario posterior a 1945 exigía una respuesta inmediata de Estados Unidos. La fórmula fue, con todas las limitaciones que se quiera, la Alianza para el Progreso impulsada por el gobierno de Kennedy. Un fácil acceso al crédito generó redistribución de la tierra pero no un aumento de la producción automático. Bolivia (1952), Perú (1969) o Chile (1962-1973) son quizá los casos más destacables de entre un amplio elenco de reformas ¿Cuál sería el final de este ciclo? La crisis del petróleo de 1973 puso fin al modelo de crecimiento de la *Golden Age* y en el caso de América Latina al de la Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI). El agronegocio, las medianas y grandes empresas de capital privado orientadas hacia la maximización de la productividad fueron ganando la partida a la intervención del Estado a lo largo y ancho del mundo. Y en este contexto, constituyendo de nuevo un modelo atípico, contracíclico se enmarca la reforma agraria portuguesa (Varela&Piçarra, 2016). Tras la Revolución de los Claveles, la protesta campesina, especialmente en la mitad sur del país, condujo a un proceso masivo de ocupaciones de tierras, de reivindicación de los bienes comunales allí donde existían previamente a las grandes privatizaciones del siglo XIX y a un proceso rápido de reforma/contrarreforma cuyas visiones enfrentadas siguen generando controversia en la actualidad (Aboim, 2024; Sánchez, 2023).

3. El «anticíclico» caso español en el contexto del período de entreguerras

Después de la Gran Guerra se produjo en Europa un enorme proceso de *reallocation* de tierras que afectó a 18 países y que movilizó el 70% de la superficie agraria de los mismos. La desarticulación de los viejos Imperios (Austria-Hungría, Otomano) vino acompañada de un incremento del nacionalismo. De alguna manera, se puede afirmar que los procesos de reforma agraria entre 1914 y 1939 sustituyen a los procesos *nation-state building* a lo largo del siglo XIX (Brassley 2010, pp. 145-148). Ante el temor por parte de los gobiernos occidentales a la expansión del comunismo, ganó terreno la idea de que era posible una democratización donde se socavara el apoyo de los grandes terratenientes a cambio de conseguir el apoyo de un campesinado que no hacía sino reclamar tierras.

Junto a la consolidación de una agricultura familiar en el norte de Europa, el sur tampoco permanecía ajeno a estas cuestiones. Por un lado, Grecia, tras asentar a numerosas familias campesinas en el norte del país, tuvo que consolidar su presencia a través de una «vía ruralista» presente tanto en el régimen de Venizelos como posteriormente con Metaxas (Dimakis, 2022). Portugal empezó a plantear de forma más seria medidas de reforma agraria hacia 1925, justo en los epígonos de la I República. El caso italiano es el más complejo: desde el frente, los soldados ya anunciaban durante el final de la Gran Guerra que querían tierras. En medio de grandes presiones, la política de Bonifica fue colonizando territorios para aumentar no sólo el número de fincas disponibles, sino también la producción agrícola. Instrumentalizada por el régimen de Mussolini, fue la

bandera de un modelo de reforma sólo matizado a partir de 1950 cuando se convertiría en un medio de frenar la implantación rural del Partido Comunista Italiano (Misiani y Gómez Benito, 2017).

¿Y qué ocurrió en España? Entendida la II República como el primer esfuerzo verdaderamente democratizador de la historia del país, la reforma agraria pasó a un primer plano. Sintomático de ello sería su conversión en nombre propio, escrito con mayúsculas, manifestando el deseo de tierras por parte de amplios colectivos desfavorecidos (Riesco 2009). Los ocho años de régimen republicano han generado enormes debates, tras estar años marcados por el carácter canónico de la interpretación de Malefakis (1970). Sin ánimo de reduccionismo, contrastan dos posiciones. Por una parte, está la de quienes abogan por el desfase histórico de una reforma agraria que debería haber transitado de una forma más armónica hacia la agricultura familiar, sin perder de vista las limitaciones ambientales y aceptando que era necesario un trasvase de mano de obra desde el sector primario al secundario y al terciario (Simpson y Carmona, 2020); por otra, la del «problema no resuelto» y planteado con toda su crudeza durante el régimen republicano por la enorme desigualdad existente en el país, lo que hacía necesario un concepto integral de reforma que abordara no sólo la estructura de la propiedad de la tierra sino el mercado de trabajo y la inexistente negociación colectiva (Robledo, 2022).

Las grandes expectativas de reforma carecieron de inmediatez en 1931, año de proclamación de la II República y cayeron en una enorme burocratización y pobreza presupuestaria a través de la Ley de Bases de 1932. Tras el freno contrarreformista durante los gobiernos conservadores (otoño 1933-febrero 1936), la llegada del Frente Popular supuso una decidida apuesta por una reforma agraria de tipo redistributivo. En ellas primaba la expropiación con indemnización sobre las que se debían formar comunidades de campesinos. La decidida apuesta del gobierno de centro-izquierda en el campo estaba inspirada por el convencimiento de que la capacidad de consolidar la República sólo se podía conseguir por la vía de la reforma agraria (Riesco, 2013). Todo ello se acompañaba de una ley de rescate de bienes comunales, remontando a 1808 –año de la invasión francesa de España– el año inicial de las privatizaciones irregulares que habían generado una enorme desigualdad. El golpe de Estado del 18 de julio de 1936 tendría ese vector agrario como uno de sus principales causantes (Aróstegui, 2006). Al mismo tiempo, se produjo un breve pero intenso proceso revolucionario de signo anarquista y una violenta represión desatada por los golpistas, especialmente en las zonas rurales que dejaron en suspenso cualquier intento de reforma que involucrara a medianos y grandes propietarios. Si se analizan con rigor, todos los intentos de reforma agraria en Europa del Sur durante el primer tercio del siglo XX acabaron en procesos contrarreformistas e incluso contrarrevolucionarios, siendo de todos ellos el más violento el español. Metaxas en Grecia, Mussolini en Italia, Salazar en Portugal y Franco en España dieron un giro conservador que sirvió de contrapunto al declive de los grandes terratenientes en otras zonas de Europa durante el período de entreguerras. A partir de ahí, la modernización agraria se conduciría por otros derroteros al convertirse estos países en un muro contra la expansión comunista, integrándose en los mercados internacionales de forma paulatina, pero con enormes costes sociales en forma de hambrunas (Del Arco, 2020).

4. El impulso tras la II Guerra Mundial: del Plan Marshall a la Alianza para el Progreso

Tras 1918 campesinos y excombatientes reclamaban tierra; los gobiernos querían evitar la expansión de la revolución soviética. El mundo después de 1945 era diferente pero no tanto: las fábricas necesitaban más mano de obra que el sector primario y los gobiernos, especialmente Estados Unidos, temían el prestigio y posible influencia de los partidos comunistas. Quizá es Italia el país que mejor ejemplifica en Europa esta situación. Las inversiones del Plan Marshall, en parte, fueron orientadas a la reconstrucción del sector primario y a reforzar la presencia del Estado en el Mezzogiorno (Bernardi, 1986). El gigante americano también se volcó en el entorno de Japón, Taiwán y Corea, más aún desde el triunfo de la Revolución china (1949) ¿Qué ocurría mientras tanto en América Latina? La mayor parte de las sociedades del área estaban transitando con mayor o menor fortuna hacia el capitalismo agrario al tiempo que se imponía el modelo de Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI). Se había impuesto un esquema bimodal de producción agraria (Zamosc, 1996) que escondía «bolsones proletarizados» en torno a las grandes haciendas. La bimodalidad se basaba en el hecho de que pequeños y medianos labradores soportaban las cargas fiscales que servían para dotar de maquinaria agrícola a los grandes terratenientes (Kay, 2006b). Los estudios realizados desde el Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA), en parte liderados por el prestigioso economista agrícola Solon Barraclough, ofrecían datos demoledores: «mientras que las grandes explotaciones con aproximadamente el 5% de las unidades de producción poseían 4/5 partes de la tierra cultivada, las pequeñas explotaciones con 4/5 partes de las unidades de producción sólo poseían el 5% de la tierra en América Latina»¹. Carentes de un estrato de propietarios medios, los organismos internacionales, en especial la FAO, apostaban por un modelo de reforma agraria estructural y rápido impulsado por el Estado (Dorner, 1973; Thiesenhausen, 1995; Kay, 1998). Pero faltaba el impulso internacional para acometerlo de esa forma. Las décadas de 1950 y 1960 fueron las de mayor concentración de reformas agrarias en todo el mundo incluyendo también países de África –Egipto, Argelia–, los mencionados de Asia –añadiendo Siria e Irak– y que en el caso de América Latina comenzó por la revolución boliviana entre 1952-1953. Sin embargo, el punto de inflexión lo marcó la apuesta de la revolución cubana por la cuestión agraria, elevando su rango desde lo meramente económico hasta lo político, entendido en el largo plazo como una forma de construir Estado bajo nuevas premisas. La Alianza para el Progreso facilitó financiación desigual para estos procesos, siendo quizá los casos más visibles los de Ecuador, Perú y Chile. En Perú o Ecuador se trató de eliminar el sistema de haciendas. Pero las expectativas de los teóricos de la modernización y las de las comunidades campesinas eran bien diferentes. Mientras aquellos abogaban por una transición rápida hacia la agroindustria creando de la nada un estatus de pequeños y medianos propietarios, las comunidades pensaban más en el espíritu de la revolución mexicana: la recuperación de la gestión de las tierras comunales y su «asistencia mutua tradicional» (Hobsbawm 1994, p. 358). El caso chileno es paradigmático de cómo la ayuda americana fue creciendo desde 1964 durante el mandato del moderado Frei. Sin embargo,

¹ Citado por Botella&Esteban (2023) sobre datos de Barraclough (1973).

cuando desde el gobierno de Allende, con la figura de Jacques Chonchol –un demócrata-cristiano– se aceleró la reforma agraria, se desencadenó algo ya conocido: un violento y enorme proceso contrarreformista cuyas huellas latén aún en el país (Robles, 2016; Salem, 2020). De manera que las esperanzas de un cambio estructural, con mayor capacidad de penetración del Estado y estimulando la producción por parte de pequeñas empresas agrarias quedaron frustradas. Eso explicaría, como se ha afirmado, el hecho de que «la reforma agraria incidió de manera contradictoria en el desarrollo del capitalismo agrario» (Robles&Kay 2018, p. 132), pero al mismo tiempo el «irónico» modelo triunfante: el de unas reformas mucho más moderadas que la fama que las avalan en las que las haciendas fueron sustituidas por grandes plantaciones capitalistas (Botella&González Esteban 2023, p. 219). Y cuando el modelo de agronegocio estaba cada vez más de moda, en la Europa occidental un caso singular funcionó de nuevo, como había ocurrido en la España de la década de 1930, como contracíclico: la reforma agraria portuguesa.

5. El caso portugués contracíclico y los ecos latinoamericanos

De alguna manera, el golpe de Estado de Pinochet y la violencia contrarreformista en el campo chileno significaron un punto y aparte en el devenir de las reformas agrarias. Otro ejemplo de tibieza gubernamental había sido el de Brasil. A pesar de contar con una ley marco desde 1964 y el apoyo de la Alianza para el Progreso, las resistencias de los grandes propietarios habían impedido avances significativos que no llegaron hasta finales de la década de 1990. Aquel clima conservador resultaba un valor seguro para los inversores que desconfiaban de lo que comenzó a producirse en su antigua metrópoli: Portugal también vivió su propio proceso de reforma –y contrarreforma– agraria (Amaro 1992, pp. 45-66). El 25 de abril de 1974, los oficiales y soldados del Movimiento das Forças Armadas (MFA) expulsaron del poder a Caetano. Entre sus tres principales objetivos se encontraban la «democratización, la descolonización y la reforma económica» (Judt 2005, p. 741). Como ocurriera en la España durante la década de 1930, las ocupaciones de tierras fueron un paso por delante de la reforma y el irredentismo agrario, allí basado en el proyecto abandonado en 1925 (Birmingham 2016, p. 203). Los trabajadores rurales, sobre todo en el Sur y muy especialmente en la región del Alentejo, demandaban mayor seguridad así como una mejora de las condiciones laborales y salariales (Pires de Almeida, 2006). Entonces se desencadenó un proceso de invasiones de tierras desde el otoño de 1974 que se convirtió en «uma revolução na revolução» en tres fases (Varela&Piçarra, 2016). Se trató de crear un marco institucional a través de las Zonas de Intervención de Reforma Agraria que abarcaban el 41% del territorio continental y el 54% de las tierras cultivables (Piçarra. 2002; Aboim, Gonçalves y Canudo (2024). Impulsadas en gran medida por el Partido Comunista de Portugal (PCP), a quien de forma tácita el ejército de la revolución había confiado el ministerio de Agricultura, en el verano de 1975 ya se había producido la ocupación de medio millón de hectáreas. Después de ello, debían dar paso a la creación desde la base obrera de las Unidades Colectivas de Producción (UCP) superando las 500 y más de un millón de hectáreas gestionadas por estas nuevas instituciones en el otoño de 1975, sin que cesaran las invasiones. El desarrollo de la reforma agraria era parte consustancial de la revolución que estaba viviendo el país.

El golpe de Estado del 25 de noviembre de 1975 significó un frenazo tanto a las invasiones como a la constitución de nuevas UCP. Como había ocurrido años atrás en Italia tras 1945 o en América Latina tras 1959, resonaba el temor a una deriva comunista. Según Judt (2005, p. 743), los revolucionarios portugueses estaban repitiendo «el mismo error» que el Frente Popular de la II República al imponer el desigual y atrasado Sur un modelo de reforma agraria al norte de la península donde predominaban los pequeños propietarios. A partir de ahí se puede hablar abiertamente de un proceso contrarreformista. La «reforma agraria» quedaba invocada en la Constitución de 1976 con más de nueve artículos pero más como garante de los derechos de propiedad que como una meta de cambio profundo a conseguir (Cayetano Rosado 2003, p. 93). Conviene tener presente que el Partido Socialista apostaba por un modelo muy moderado que conduciría en una década a la integración en el paraguas de la Comunidad Económica Europea (CEE). Las veleidades colectivistas fueron dando paso a la devolución de tierras cedidas a las UCP a sus antiguos propietarios. En un proceso liderado por el ministro socialista Antonio Barreto, la ley 77/77 se convirtió en la herramienta legal para canalizar esa contrarreforma. Dicho texto aumentaba las tierras en reserva que podían retener los propietarios y acotaba la intervención del Estado a los casos más flagrantes de absentismo o abandono. Según su propio testimonio «los asalariados rurales del Alentejo obtuvieron algunos derechos y privilegios» (Barreto 1983, p. 14). Sea como fuere, la reforma agraria portuguesa fue también, como la española de la década de 1930, contracíclica. Emergía cuando en América Latina perdían fuerza los movimientos campesinos y reformistas de las décadas de 1950 y 1960. Además, como ocurriera en España con la crisis de 1929, comenzaba justo un año después de la crisis de 1973 que ponía fin a los *Trente Glorieuses*, lo que limitaba enormemente el margen presupuestario de los gobiernos.

Poco a poco se fueron disolviendo las cooperativas creadas de la mano de las UCP. Sin embargo, como valorara Kay para los casos de América Latina, en Portugal también se pusieron en marcha procesos de solidaridad y de transferencia de conocimientos técnicos que resultaron clave en la modernización de la agricultura portuguesa. Conviene no perder de vista dos cuestiones no lejanas la una de la otra: los acontecimientos que se estaban produciendo en Portugal durante el verano de 1975 tuvieron un profundo eco agrarista en las regiones del Sur de España. En Extremadura, el recuerdo idealizado de la reforma agraria y la persistencia de fuertes desigualdades a partir de la política de colonización de la dictadura franquista, hicieron renacer la esperanza de que la democratización trajera consigo el ansiado cambio (Sánchez, 1992; Alvarado, Gurría y Rodríguez Cancho, 1984). Las medidas de los gobiernos autonómicos de Andalucía y Extremadura en la década de 1980 siguieron la senda de la ley 77/77 portuguesa: por más que se utilizar la expresión «reforma agraria» de lo que se estaba hablando era de la adecuación de la estructura productiva privada a la agenda que marcaba el paso para admitir como miembros de pleno derecho de la Comunidad Económica Europea (CEE) tanto a España como a Portugal. De nuevo, como en América Latina, las bienintencionadas medidas de intervención pública en el sector agrario para tratar de corregir las desigualdades estructurales se convirtieron a la hora de la verdad en un estímulo para la modernización de las explotaciones privadas. Los medianos y grandes propietarios se convirtieron en los principales vencedores del proceso, muy correlacionado con un modelo de agronegocio de alta productividad y poco sensible a los problemas medioambientales por la enorme

inversión en inputs. A pesar de algunos epígonos de signo más revolucionario en Nicaragua o Venezuela, o más reformistas en Ecuador o Brasil en el último tercio del siglo XX y en las primeras décadas del siglo XXI, el concepto «reforma agraria» ha ido cobrando una carga semántica que lo asocia como algo ya pasado de moda al siglo XX «corto».

6. Conclusiones

A lo largo de 2024, numerosas exposiciones en diferentes lugares de Europa, mostraban la profundidad y el entusiasmo que acompañaron a la Revolución de los Claveles. La gran mayoría de ellas venían acompañadas de fotografías sobre la reforma agraria portuguesa entre 1974 y 1975. El protagonismo del sector agrario en esos eventos, mostraba las grandes expectativas que este tipo de procesos generaron entre los grupos sociales más desfavorecidos. ¿Fue un punto y final o aún quedan restos de estas cuestiones en la agenda pública? A lo largo de estas líneas, se ha destacado el concepto de reforma agraria como un elemento de análisis fundamental para el estudio del cambio social en la época contemporánea. Aquí se aboga por un concepto integral, no sólo limitado a una ley marco que contenga ese sintagma, sino a todo un marco institucional que intenta transformar tanto las estructuras agrarias como los mercados de trabajo, redefiniendo el papel del sector primario en las sociedades que acaban por terciarizarse. Si se observa con atención, todos los procesos de construcción del Estado a lo largo de los siglos XIX y XX suelen estar acompañados de un debate sobre cuál debe ser la función del sector primario. Esto aparece muy especialmente en aquellas sociedades donde hay un alto grado de desigualdad, tanto de acceso a la tierra como a la renta generada por ella. Tiene una enorme complejidad espacial, puesto que la estructura de la propiedad de la tierra suele estar determinada por factores geográficos que imponen sistemas de explotación más intensivos o extensivos. Esto es visible en el caso español y en el portugués durante los siglos XIX y XX. El río Tajo marca de alguna manera la frontera entre explotaciones más de tipo latifundista hacia el sur y más de tipo minifundista hacia el norte. Además, se complejiza más en la medida que los procesos de modernización implican un ajuste de mano de obra en el sector primario que no siempre encuentra con facilidad acomodo en el mundo urbano. Es más, resulta visible en los casos planteados, que cuando la industrialización no se produce de forma gradual y acompasada, se produce un retorno a lo rural, con la esperanza de que siga siendo un medio de subsistencia limitado pero seguro.

Volviendo al papel del Estado, resulta muy atractivo la relación de los procesos de reforma agraria con los modelos neo-weberianos pergeñados por Evans (1995) en la línea en que lo hacen Botella y González Esteban (2023, p. 214). Se habla de cómo el Estado «en base a su autonomía» puede ser «desarrollador, intermedio y depredador». Aplicado a las transformaciones agrarias, las economías del Este asiático tras la II Guerra Mundial representarían el papel de desarrollador; Brasil y los países de América Latina serían para estos autores «Estados intermedios» por su falta de capacidad transformadora. Según esta hipótesis, las clases terratenientes de América Latina desempeñarían el rol «depredador» al querer limitar las reformas. Este interesante método de análisis nos hace plantearnos el carácter cíclico y contracíclico de las reformas. Parece evidente que las dos guerras mundiales desencadenaron procesos reformistas en función de intereses algo diferentes.

Tras la Gran Guerra, la espectacular remodelación del mapa de Europa trajo consigo cambios de fronteras y traslados de grupos étnicos de diferentes naturalezas. En este caso, bajo el telón de fondo de la Revolución rusa, la reforma agraria fue una forma de hacer llegar un Estado desarrollador hasta las zonas rurales reafirmando su presencia. Después de 1945, cuando los procesos de reconstrucción y modernización ya eran imparable, las reformas agrarias debían cumplir la función de crear un mercado estable abastecedor de productos a un mundo que conocía una urbanización sin precedentes. A nuestro juicio, como lo importante era esa función asignada a lo rural, que se hiciera como parte de las políticas públicas o privadas le era relativamente indiferente a los nuevos organismos supranacionales. Como se ha expuesto, tanto el Banco Mundial y la FAO actuaron proactivamente en favor de esas reformas impulsadas desde el sector público, pero a largo plazo lo que se esperaba era una estabilidad tanto de los mercados de productos como de trabajo. Otra cuestión diferente es que la reforma agraria pudiera ser un vehículo de democratización: al satisfacer unos mínimos de subsistencia, una seguridad alimentaria, una formación de capital social, la consecuencia debía ser una mayor estabilidad de los sistemas políticos.

Resulta también llamativo el papel de los grandes propietarios. Tanto en España como en Portugal, en el contexto de la crisis de 1929 y la de 1973 respectivamente, la resistencia a una reforma agraria en profundidad fue total, convirtiéndose en casos contracíclicos. Los Estados acabaron cediendo a las posiciones «depredadoras» de los terratenientes, con casos extremos como el de Chile, donde las contrarreformas vinieron acompañadas de una violencia política extrema. En el caso portugués, el precio a pagar por formar parte de la futura Unión Europea, pesó, y mucho, a la hora de reconducir una reforma que había cobrado su verdadero sentido mediante las UCP. Tratando de contestar a la pregunta que encabeza este artículo, las reformas fueron motor de un cambio social profundo, pero en muchos casos quedaron arrinconadas por una lógica capitalista de la que se beneficiaron los grandes propietarios agrícolas que modernizaron sus explotaciones, sobre todo con ayudas públicas de los gobiernos a quienes les reprochaban su actitud condescendiente con el campesinado y la aquiescencia de Estados Unidos. En la actualidad, las voces que reclaman soberanía alimentaria y otras formas de relación con el planeta, nos recuerdan que las reformas agrarias, en el sentido amplio que planteamos, son aún una asignatura pendiente en numerosos lugares. Desde América Latina, el deseo de superar los pasados traumáticos con una recuperación de las políticas públicas que formaron parte de las esperanzas sociales, puede ser un acicate para que otros lugares del mundo se replanteen las siempre complejas relaciones entre lo rural y lo urbano.

Referencias

- Aboim, L., Gonçalves, G. y Canudo, M. (2024). *Nuevos amigos: solidaridad internacional y formas de organización política y social en la reforma agraria portuguesa, 1975-1977*. X Congreso de la Asociación de Historia del Presente, Madrid.
- Allen, R. C. (1992). *Enclosures and the yeomen*. Oxford University Press.
- Alvarado, E., Gurría, J.L. y Rodríguez Cancho, M. (1984). *Extremadura. La necesidad de una Reforma Agraria*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

- Amaro, C. (1992). Reforma agraria en Portugal. Aspectos de su realización y evolución. En: *Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica. A propósito de la Ley de Reforma Agraria Andaluza*. Granada: Universidad de Granada, pp. 15-71.
- Aróstegui, J. ¿Y por qué el 18 de julio? Barcelona: Flor del Viento.
- Barracough, S.L. (1973). *Agrarian structure in Latin America: a resume of the CIDA Land Tenure studies*. Lexington: Lexington Books.
- Barreto, A. (1983). *Memória da Reforma Agraria*. Lisboa: Publicações Europa-America, vol. 1.
- Bernardi, E. (2006). *La riforma agraria in Italia e gli Stati Uniti*, Bolonia: Il Mulino.
- Birmingham, D. (2016). *Historia de Portugal*. Madrid: Akal, 3ª edición.
- Botella, E. y González Esteban, A. L. (2023). «Land to the tiller»: debates en torno a las reformas agrarias latinoamericanas durante la Guerra Fría. En: McPherson, A.; Rodríguez Jiménez, F. y Delgado Gómez-Escalonilla, L. *El americano imposible. Estados Unidos y América Latina entre la modernización y la contrainsurgencia*. Madrid: Sílex, 199-232.
- Brassley, P. (2010). Land reform and reallocation in interwar in Europe. En Congost, R. & Santos, Rui (Eds.). *Contexts of Property in Europe. The Social Embeddedness of Property Rights in Land in Historical Perspective*. Turnhout: Brépols, 145-164.
- Carrillo, G. (2017). Revoluciones y reformas agrarias durante el siglo XX latinoamericano. En: Carrillo, G. & Cuño, J. (Coords.). *Historia agraria y políticas agrarias en España y América Latina desde el siglo XIX hasta nuestros días*. Madrid: Ministerio de Agricultura, 147-238.
- Cayetano Rosado, M. (2003). La reforma agraria en la Extremadura de la II República y en el Alentejo portugués de la Revolución de los Claveles. *O Pelourinho*, 2, pp. 12-96.
- Del Arco, M. A. [Ed.] (2020). *Los «años del hambre»: historia y memoria de la posguerra franquista*. Madrid: Marcial Pons.
- Díaz del Moral, J. (1967). *Las reformas agrarias europeas de la posguerra, 1918-1929*. Madrid: Revista de Derecho Privado.
- Dimakis, D. A. (2022). La vía «ruralista» del régimen del 4 de agosto. *Historia Social*, 102, 105-124.
- Dobado, R. (2023). Una visión alternativa de las consecuencias de la globalización temprana fuera de Europa. En: Aragón, A.; Álvarez, O. y Ángulo, A. [Coords.]. *Hasta las Molucas y más allá: miradas multidisciplinares sobre Elcano y la primera globalización*. Madrid: Sílex, 75-90.
- Dorner, P. (1974). *Reforma agraria y desarrollo económico*. Madrid: Alianza
- Hobsbawm, E. (1994). *Historia del Siglo XX (1914-1991)*. Barcelona: Crítica.
- Judt, T. (2005). *Postguerras. Una historia de Europa desde 1945*. Madrid: Taurus.
- Kay, C. (1998). *Latin America's agrarian reform: lights and shadows*. Rome: FAO.
- Kay, C. (2002). Why East Asia overtook Latin America: agrarian reform, industrialization and development. *Third World Quarterly*, 23(6), 1073-1102. <https://doi.org/10.1080/014365902200036649>
- Kay, C. Rural poverty and development strategies in Latin America. *Journal of Agrarian Change*, 6(4), 455-508.
- Le Coz, J. (1975). *Las reformas agrarias*. Barcelona: Ariel.
- Linebaugh, R. (2021). *Roja esfera ardiente*. Madrid: Akal.

- Lipton, M. (1974). Towards a theory of land reform. En Lehman, D. (Ed.). *Agrarian Reform and Agrarian Reformism*. London: Faber&Faber, 269-315.
- Malefakis, E. (1970). *Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel.
- Misiani, S. (2011). Colonización interior y democracia: la reforma agraria italiana de 1950. *Historia Agraria*, 54, 105-140.
- Misiani, S. & Gómez Benito, C. [Eds.] (2017). *Construyendo la nación. Reforma agraria y modernización rural en la Italia del siglo XX*. Zaragoza: PUZ.
- Offer, A. (1990). *The First World War: an agrarian interpretation*. Oxford: Clarendon Press.
- Pan-Montojo, J. (2018). La revolución liberal y las transformaciones de la agricultura española. *Áreas. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, (37), 28-43. <https://revistas.um.es/areas/article/view/335481>
- Piçarra, C. (2022). Revolução e contrarrevolução nos campos de Portugal. Análise histórica das políticas agrárias, 1975-1977. Lisboa: FCSH Teses de Doutoramento, <https://run.unl.pt/handle/10362/147451>
- Pires de Almeida, M. A. (2006). *A revolução no Alentejo: memória e traumas da reforma agrária em Avis*. Lisboa: ICS. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11905>
- Polanyi, K. (2021). *El sustento del hombre*. Madrid: Capitán Swing [1977]
- Property Rights in Land in Historical Perspective*. Turnhout: Brépols, 145-164.
- Riesco, S. (2009). De plurales y mayúsculas: en torno a la Reforma Agraria de la II República. *Alcores*, 8, 311-329.
- Riesco, S. (2013). Tiempo campesino y tiempo político: la reforma agraria sin pretextos. *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, 48, 43-59.
- Riesco, S. (2020). La reforma agraria italiana vista desde España (1918-1953). Un comentario crítico. *Segle XX*, 13, 123-145.
- Robledo, R. (2022). *La tierra es vuestra. La reforma agraria. Un problema no resuelto. España: 1900-1950*. Barcelona: Pasado y Presente.
- Robles, C. (2016). Jacques Chonchol: un cristiano revolucionario en la política chilena del siglo XX. Santiago: Universidad Finis Terrae.
- Robles, C. & Kay, C. (2018). La transición del sistema de hacienda al capitalismo agrario en Chile Central. En Jaksic, I; Estefane, A. y Robles, C. [Eds.]: *Historia Política de Chile 1810-2010*, Tomo III: Problemas Económicos. Santiago: Fondo de Cultura Económica y Universidad Adolfo Ibañez, pp. 107-139.
- Salem, J. (2020). Tierra y derechos humanos en Chile: la contrarreforma agraria de la dictadura de Pinochet y las políticas de reparación campesina. *Historia Agraria*, 80, pp. 209-242. DOI 10.26882/histagar.080e07s
- Sanchez, A. (1992). El proceso de aplicación de la Ley de Reforma Agraria andaluza. En: *Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica. A propósito de la Ley de Reforma Agraria Andaluza*. Granada: Universidad de Granada, pp. 169-184.
- Sánchez Muñoz, A. (2023). Reforma y contrarreforma agraria. La política agraria en Portugal desde la Revolución de los Claveles hasta la entrada en la CEE. *HALAC*, 13 (3), 107-139. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i3.p107-139107>

- Simpson, J. & Carmona, J. (2020). *Why democracy failed. The agrarian origins of the Spanish Civil War*. Cambridge: CUP.
- Staples, A. L. S. (2006). *The birth of development: how the World Bank, Fao and WHO changed the world, 1945-1965*. Kent: Kent State UP.
- Thiesenhausen, W. C. (1995). *Broken promises: Agrarian reform and the Latin American campesino*. Boulder&Oxford: Westview Press.
- Varela, R. & Piçarra, C. (2016). *A reforma agrária nos campos do sul de Portugal*. *Estudos Iberoamericanos*, 42(3), 1189-1218. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.22985>
- Zamosc, L. & Martínez Borrego, E. (1996). Modernización agraria y participación política campesina en América Latina. En: Chiriboga, M.; Zamosc, L. y Martínez Borrego, E. [Coords.]. *Estructuras agrarias y movimientos campesinos en América Latina (1950-1990)*. Madrid: Ministerio de Agricultura, pp. 11-24.

ENSAIOS

ESSAYS

Coimbra 1971-1974:
resistência estudantil e contracultura

Coimbra 1971-1974:
student resistance and counterculture

Rui Bebiano

Rui Bebiano

Universidade de Coimbra, professor aposentado do Departamento de História,
Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador
do Centro de Estudos Sociais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1449-2216>

COIMBRA 1971-1974: RESISTÊNCIA ESTUDANTIL E CONTRACULTURA

No final do Estado Novo, o movimento estudantil universitário cresceu em Portugal como instrumento de crítica do sistema educativo e de contestação do regime. Em Coimbra, após a «crise académica» de 1969, sensivelmente no período que se estendeu entre 1971 e a Revolução de Abril, o movimento entrou numa nova fase, basicamente caracterizada pela radicalização política, pela produção de novas formas de organização, pelo aumento da repressão policial, por uma maior articulação com o movimento estudantil do resto do país e ainda pela afirmação de uma nova cultura de oposição à ditadura, aos seus valores e à Guerra Colonial.

Palavras-chave: Radicalismo; resistência; movimento estudantil; contracultura; Universidade de Coimbra.

COIMBRA 1971-1974: STUDENT RESISTANCE AND COUNTERCULTURE

At the end of the Estado Novo, the university student movement in Portugal grew as a way of criticising the education system and challenging the regime. In Coimbra, after the “academic crisis” of 1969, roughly between 1971 and the April Revolution, the movement entered a new phase characterised by political radicalisation, the production of new forms of organisation, increased police repression, greater coordination with the student movement in the rest of the country and the affirmation of a new culture of opposition to the dictatorship, its values, and the Colonial War.

Keywords: radicalism; resistance; student movement; counterculture; University of Coimbra.

COIMBRA 1971-1974 : RÉSISTANCE ÉTUDIANTE ET CONTRE-CULTURE

À la fin de l'État Nouveau, le mouvement étudiant universitaire s'est développé au Portugal en tant qu'instrument de critique du système éducatif et de contestation du régime. À Coimbra, après la «crise académique» de 1969, c'est-à-dire entre 1971 et la Révolution d'Avril, il entre dans une nouvelle phase, essentiellement caractérisée par une radicalisation politique, la production de nouvelles formes d'organisation, une répression policière accrue, une plus grande articulation avec le mouvement étudiant du reste du pays et l'affirmation d'une nouvelle culture d'opposition à la dictature, à ses valeurs et à la guerre coloniale.

Mots-clés : radicalisme; résistance; mouvement étudiant; contre-culture; Université de Coimbra.

A trajetória da atividade dos estudantes de Coimbra voltada para a contestação das autoridades acadêmicas e das políticas dos governos teve particular ênfase em momentos ciclicamente retomados nos últimos cento e cinquenta anos. Na fase final do Estado Novo, a afirmação desse percurso foi particularmente ativa e relevante no período que mediou entre o ano letivo de 1960-1961, quando da eleição para a Associação Acadêmica de uma direção democrática, e a queda da ditadura, num crescendo de mobilização pontuado pelas «crises» de 1962, 1965 e 1969, e depois com o conturbado período de 1971-1974 (Estanque e Bebianno: 2007). Este caminho passou pela atividade reivindicativa e pela mobilização política, mas também pela gradual disseminação de um ambiente de alteridade cultural construído contra os valores e os objetivos da ditadura.

No domínio público, todavia, tem sobressaído especialmente a «crise académica» que entre abril e julho de 1969 envolveu a comunidade estudantil e parte da população da cidade, com um impacto inusual nas outras academias e, apesar da censura e dos avisos do governo, também no país. Foi enorme a importância desse momento de sonoro protesto na vida de quem nele participou, no processo de democratização do ensino universitário português, no reforço do associativismo estudantil, e ainda na forma como as suas ondas de choque ampliaram, dentro e fora da academia, uma forte sensibilidade antirregime (Cruzeiro: 1989; Namorado: 1989). A «crise de 69» contribuiu para preparar a instauração da democracia, tendo sido ainda uma importante experiência de pedagogia política e cívica para muitas pessoas.

Todavia, a sua relevância e carga simbólica, traduzida nos últimos anos em numerosas evocações de teor celebratório, menções em trabalhos de história e de jornalismo, ou referências em testemunhos de natureza memorialística, sendo justa e merecida pelo peso real daquele momento, tem conduzido indiretamente a apagamentos e distorções associados ao percurso do movimento estudantil de Coimbra nos anos seguintes. É de utilidade examinar este processo, por vezes acrítico e mitificador, de modo a reconhecer historicamente o valor da derradeira fase de resistência e de contestação ao regime. Possuindo algumas características distintas das de 1969, esta estendeu-se, após um hiato de refluxo, entre 1971 e 1974, contribuindo de forma igualmente importante para a instauração da democracia.

De uma forma sinóptica, referem-se aqui cinco dessas características, constituindo o seu conjunto e interação um poderoso sinal do papel decisivo do ativismo estudantil, em Coimbra e no país, no lançamento de algumas das sementes do 25 de Abril.

Em primeiro lugar, ocorreu neste período um rápido e acentuado processo de radicalização política. Este começou com a chegada à cidade, de forma agora substantiva, de influências do Maio de 1968 em França. Nomeadamente, com a rápida ampliação da esquerda revolucionária, em particular a de orientação maoísta e trotskista, com a importante reorganização dos estudantes comunistas, com o centramento da atividade reivindicativa nas faculdades e em ações de rua junto da população, e com a introdução de metas muito politizadas, algumas articuladas com o movimento operário e popular. Estas voltaram-se não apenas para o protesto, como anteriormente ocorrera, mas também para o derrube do regime, incorporando ainda causas de natureza internacional (Cardina, 2008). Da maior importância foi igualmente a ampliação da presença ativa das mulheres e a contestação da Guerra Colonial, agora transformada num dos eixos do protesto.

Em segundo lugar, na fase aqui observada teve lugar um refluxo da atividade associativa legal tolerada pelo regime. Aliás, havia algum tempo que se colocava em debate a diferença entre o «movimento associativo», sobretudo voltado para a defesa dos interesses práticos dos estudantes e para os problemas de natureza pedagógica, por alguns considerado «reformista», e o «movimento estudantil», mais abertamente político e ocupado com temas que transcendiam aqueles aspetos, articulando-se com a luta social (Cruzeiro, 1989; Boren, 2001; Cardina, 2008). No caso de Coimbra, o encerramento pelo governo das instalações da Associação Académica, ocorrido em fevereiro de 1971, teve como consequência direta, dado coincidir com a ampliação do descontentamento, a criação de uma multiplicidade de espaços de reunião, e de instâncias de decisão e ação reivindicativa, algumas de natureza espontânea, que extremaram muitas iniciativas.

Em terceiro lugar, após um curto período de acalmia coincidente com a curta «primavera marcelista», ocorreu nesta fase um acentuado aumento da repressão por parte da polícia e da PIDE-DGS (Pimentel: 2024). A referida politização do meio, e em particular a centralidade da luta contra a Guerra Colonial, fez com que o governo então ampliasse em todo o país a vigilância e a punição de estudantes, com a prisão e tortura de centenas, alargando-se também consideravelmente a aplicação da figura do processo disciplinar escolar e da incorporação compulsiva no serviço militar obrigatório. A este último fenómeno está também ligado o crescimento do número de alunos universitários que recorreram ao exílio, dos que se tornaram refratários ou desertores (Cardina: 2020), e ainda dos que passaram à atividade política clandestina.

Em quarto, verificou-se uma maior concertação entre a luta estudantil de Coimbra e a das academias de Lisboa e do Porto, alargada à dos alunos do ensino secundário (Gomes e Ó: 2023), ampliando-se também a articulação com o combate político de outros setores sociais, bem como a sua inclusão nos objetivos e tarefas das organizações de oposição ao regime. Nesta fase, o crescimento da população estudantil universitária, o aumento das organizações que a representavam, a sua maior capacidade de deslocação, e sobretudo o alargamento de um espírito cosmopolita que rejeitava o fechamento de cada academia, tornaram possível uma articulação da atividade reivindicativa, bem como uma maior interação vivencial com encontros formais e informais. A imprensa estudantil, parte dela publicada por associações ilegalizadas ou sob vigilância, ou então por organizações clandestinas, dedicava boa parte do seu espaço a estimular esta aproximação.

Por último, como quinta característica deste período, acentuou-se a construção de uma atmosfera de teor contracultural, capaz de conter uma oposição estética, filosófica e vivencial aos valores do regime, mas também algum distanciamento daqueles, de natureza clássica ou neorrealista, até então dominantes na cultura de oposição. Esse ambiente formou-se, em boa parte, em consonância com as vanguardas políticas e culturais internacionalmente associadas à «nova esquerda» (Renaud, 2021), mas também sob a influência da nova cultura juvenil e popular global das décadas de 1960 e 1970, que em Portugal, associada à forte influência da cultura rock, entrara em força na altura (Bebiano, 2003). Esta última ajudou a produzir espaços de natureza lúdica e antidisciplinar, valorizando a prática quotidiana da contestação, a aceitação da diferença vivencial, a valorização do corpo, a exuberância formal e o cosmopolitismo, adversos às práticas, sensibilidades e valores que ao longo de décadas haviam pautado o regime.

Neste contexto, a articulação desta nova cultura popular com a de aberta intervenção e resistência política ao regime produziu um meio híbrido onde confluíram propostas libertárias, análogas às que corriam em sociedades democráticas mais industrializadas, com outras de natureza historicamente progressista, muitas de orientação marxista, que se haviam afirmado nas décadas do combate à ditadura. No meio estudantil português, e também no de Coimbra, teve neste âmbito particular importância, a partir do pós-guerra, mas muito alargada nesta fase, a atividade de setores mobilizados e organizados no campo da atividade teatral, musical e das artes plásticas, associados a vivos debates em tertúlias de café ou em «repúblicas», e a consumos culturais nos domínios da leitura, do cinema, do pensamento político e da informação, que reforçaram esse ambiente de efervescente alteridade.

O conjunto de características aqui identificadas aponta, após o termo da «crise de 69», para uma rápida alteração dos processos e do sentido da contestação estudantil, que a partir de 1971 se estendeu em crescendo até à Revolução de Abril. Esta mudança traduziu-se sobretudo num questionamento radical do regime, bem como na expansão de uma cultura mais moderna e de natureza democrática. Especificamente em Coimbra, impôs também uma rejeição da «cultura boémia» e das retrógradas praxes académicas, formalmente apolíticas e não muito tempo antes ainda dominantes (Frias: 2003; Cardina, 2008b). Nos anos de revolução e de institucionalização da democracia que se seguiram, o trajeto de muitos dos que nela participaram e com ela se comprometeram comprova o seu notável impacto.

Referências Bibliográficas:

- Bebiano, R. (2003). «Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES, 66, p.151-163.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra, Angelus Novus.
- Boren, M. E. (2001). *Student Resistance. A History of the Unruly Subject*. New York: Routledge.
- Cardina, M. (2020). «A deserção à Guerra Colonial: história, memória e política», in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: FLUC, 38 (2ª série), p. 181-204.
- Cardina, M. (2008b). «Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades» in *e-Cadernos*. Coimbra: CES. URL: <https://doi.org/10.4000/eces.101>
- Cardina, M. (2008a). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cruzeiro, C. (1989). *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, E. e Bebiano, R. (2007). *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Frias, A. (2003). «Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, CES: 66, p. 81-116.

- Gomes, R. M. e Ó, J. R. do (2023). *A urgência da palavra impressa. A imprensa dos “intrépidos adolescentes” contra a ditadura (1970-1974)*. Lisboa: Tigre de Papel.
- Namorado, R. (1989), «Para uma universidade nova: crónica da crise de 1969 em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES, p. 63-124.
- Pimentel, I. F. (2024). *O Essencial sobre a Pide*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Renaud, T. (2021). *New Lefts: The Making of a Radical Tradition*. Princeton: Princeton University Press.

Revolução e Discronia

Revolution and Dyschrony

António Pedro Pita

António Pedro Pita

Universidade de Coimbra, Professor catedrático aposentado do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2666-1440>

Comunicação de abertura no Colóquio «Portugal, Espanha e mais além (1974-1977). Revolução, transição e movimentos sociais», organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, que decorreu na Biblioteca Nacional de Portugal em 14-15 de Março de 2024.

REVOLUÇÃO E DISCRONIA

Trata-se de um esquema, de uma proposta, de um ensaio para pensar o 25 de Abril segundo três tópicos: o primeiro incide nas categorias de “revolução” e de “transição”, enquanto modos específicos de enunciação da mudança política; o segundo sublinha a importância da noção de tempo inerente às categorias de “revolução” e de “transição”; o terceiro questiona a hipótese de o 25 de Abril poder funcionar como um laboratório conceitual onde seja possível realizar a experiência política e teórica de mutações estruturais da lógica de transformação política. A noção de discronia permite escapar tanto a uma simplificação ideológica de matriz iluminista como a uma imersão ingênua no espírito da Revolução. Trata-se de pensar, literalmente e em todos os sentidos, a intempestividade do 25 de Abril.

Palavras-chave: 25 de Abril, Revolução, Transição.

REVOLUTION AND DYS- CHRONY

This is an outline, a proposal, an essay for thinking about the 25th of April, according to three topics: the first focuses on the categories of ‘revolution’ and ‘transition’ as specific ways of enunciating political change; the second emphasises the importance of the notion of time inherent in the categories of ‘revolution’ and ‘transition’; the third questions the hypothesis that the 25th of April could constitute a conceptual laboratory in which it is possible to experiment politically and theoretically with structural mutations in the logic of political transformation. The use of the concept of dyschrony allows us to avoid an ideological simplification based on the Enlightenment and the translation of a naïve immersion in the spirit of the Revolution. It is a question of thinking literally and in all senses about the untimeliness of 25 April.

Keywords: 25 April, Revolution, Transition.

RÉVOLUTION ET DYS- CHRONIE

Il s’agit d’une esquisse, d’une proposition, d’un essai de réflexion sur le 25 Avril, selon trois thèmes : le premier se concentre sur les catégories de « Révolution » et de « Transition », en tant que manières spécifiques d’énoncer le changement politique; le deuxième souligne l’importance de la notion de temps inhérente aux catégories de « Révolution » et de « Transition »; le troisième remet en question l’hypothèse selon laquelle le 25 Avril peut constituer un laboratoire conceptuel où il est possible d’expérimenter politiquement et théoriquement des mutations structurelles dans la logique de la transformation politique. Le recours à la notion de Dyschronie peut permettre d’échapper à la fois à une simplification idéologique fondée sur les Lumières et à la traduction d’une immersion naïve dans l’esprit de la Révolution. Il s’agit de penser littéralement et dans tous les sens l’intemporalité du 25 Avril.

Mots-clés : 25 Avril; Révolution; Transition.

O ano de 2024 já ofereceu e continuará a oferecer numerosas oportunidades para *pensar o 25 de Abril*. A essas oportunidades, acrescentou mesmo, com as recentes eleições, uma nova experiência política, que constitui mais uma razão para fortalecer as exigências da praxis política e do pensamento teórico.

Este Colóquio foi convocado, no entanto, sob uma referência geográfica pelo menos dupla (Portugal e Espanha), a que poderíamos acrescentar a Grécia, que desde 1973, encetou o seu processo de democratização. É o período e o âmbito de *A crise das ditaduras*, obra de Nicos Poulantzas publicada em 1975.

Aqui e agora, trata-se de percorrer o “território ibérico” sob o ponto de vista da história comparada ou talvez mais ainda de tentar auscultar, na dinâmica subterrânea dos chamados “movimentos sociais” individualmente estudados uma força comum, uma energia transfronteiriça, uma reconfiguração das complexas relações entre Portugal e Espanha.

Esta contribuição tem um recorte filosófico e não historiográfico, a não ser no sentido genérico há muito valorizado por Michel Foucault: “a filosofia hoje é inteiramente política e inteiramente histórica”¹ – e o seu ponto de partida é o 25 de Abril como Revolução, como Acontecimento.

É a minha contribuição para o trabalho coletivo de *pensar o 25 de Abril*. O primeiro momento incide nas categorias de “revolução” e de “transição”, como modos específicos de ocorrência e de representação da mudança política. O segundo momento sublinha a importância, quero dizer: as características e os limites, da noção de tempo que é inerente às categorias de “revolução” e de “transição”. O terceiro momento interroga a hipótese de o 25 de Abril, pelas condições concretas da sua ocorrência, poder constituir um *laboratório conceitual* onde seja possível fazer a experiência política e teórica de *mutações estruturais* da lógica de transformação política.

Seria desnecessário prevenir: é um esquema, uma proposta, um ensaio. Não o digo como defesa antecipada mas para explicitar a efetiva natureza do trabalho.

1.

No ambiente ideológico em que se processaram as transformações políticas na Grécia, em Portugal e em Espanha, nos meados dos anos 70 do século passado, a palavra *transição* oscilou entre a simples designação de mudança política e a aceção forte de categoria ou conceito.

Nos dois casos, porém, quer como descrição quer como explicação, revestia-se de uma “evidência” carregada de pressupostos que a distância – e a distanciação – temporal se encarregaram de tornar mais nítidos. De um modo geral, podemos designar o conjunto desses pressupostos por *consciência moderna* da transformação política. A precisão não é inútil. Há diferentes dinâmicas de transformação política, ou melhor: há diferentes representações das transformações políticas e essas diferenças são *historicamente* relevantes.

No caso particular da *consciência moderna* é importante fazer notar que é uma *específica* noção de tempo que está subjacente à lógica da mudança política – observação que nos desvia de qualquer tentação para *naturalizar* noções, no entanto tão difíceis historicizar.

¹ “Foucault: non au sexe roi”. Entrevista de Bernard Henri-Lévy, «Nouvel Observateur», 12 de março de 1977.

Num capítulo célebre de «Infância e História», um capítulo intitulado “Tempo e História. Crítica do instante e do contínuo”, Giorgio Agamben sistematizou algum conhecimento adquirido: “a concepção do tempo da idade moderna é uma laicização do tempo cristão retilíneo e irreversível, dissociado, porém, de toda a ideia de um fim e esvaziado de qualquer sentido que não seja o de um processo estruturado conforme o antes e o depois”, “um tempo homogêneo, retilíneo e vazio [nascido] da experiência do trabalho nas manufaturas e (...) sancionada pela mecânica moderna”². Depois, acrescenta: “o antes e o depois (...) que, para o cristianismo, tinham um sentido apenas em vista do fim do tempo, tornam-se agora em si e por si o *sentido* e este sentido é apresentado como o verdadeiramente histórico”³. E conclui, a partir de uma leitura de Nietzsche dos textos de Nicolau Hartmann – e é esta conclusão que verdadeiramente nos interessa: “a noção que guia a concepção oitocentista da história é aquela de ‘processo’”⁴. É pela integração destes percursos nos amplos contextos histórico-culturais a que pertencem, em particular “o influxo das ciências da natureza” e as suas categorias de “desenvolvimento” e de “progresso”, que o “processo” se torna categoria do conhecimento histórico. Assim, a história é o processo que se desenvolve continua e linearmente num movimento progressivo. O facto de ser movido por uma lógica imanente e de o movimento ser progressivo introduz no “processo” mudanças de qualidade e não reduz o seu movimento a mudanças de quantidade. Em suma: um determinado momento do processo histórico (ou etapa ou fase ou época) não é simplesmente mais; é, complexamente, melhor.

Na experiência correspondente à consciência moderna o tempo é, pois, um tempo de transição e, por efeito da incorporação da noção de progresso, uma transição para um plano qualitativamente mais elevado, de acordo com a lógica imanente que estrutura o processo.

Esta “nova experiência da transição caracteriza-se por duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se espera para o futuro e (...) a mudança de ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado”⁵.

A modernidade, como experiência e como consciência, adequou às exigências da imanência a noção de que as mudanças políticas eram, em rigor, substituições alternadas de um número limitado de formas constitucionais e ampliou, ou melhor: operou uma espécie de transgressão doutrinária, o campo semântico primordial da palavra “revolução”: “revolução significava então, primordialmente [no uso latino], de acordo com a etimologia da palavra, um movimento cíclico”⁶, “que conduzia de volta ao ponto de partida do movimento”⁷.

A consciência teórica e política dispõe, portanto, pelo menos desde o século XVIII, da possibilidade de pensar o devir histórico como um processo imanente, progressivo, polarizado pelo futuro e que revisita ciclicamente não só a legitimidade da ordem atual mas as condições da própria ordenação. É clara a dívida desta aceção política relativa-

² Giorgio Agamben, «Infância e História». Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 117.

³ Idem, o.c., p. 117.

⁴ Idem, o.c., p. 117.

⁵ Reinhart Koselleck, «Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos». Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 288.

⁶ Idem, o.c., p. 63.

⁷ Idem, o.c., p. 63.

mente à noção da astronomia: a obra de Nicolau Copérnico, «Sobre as revoluções dos orbes celestes» pôs à disposição um conceito de revolução que acabou por desembocar no vocabulário político⁸, onde passou a designar, “por meio de um processo metafórico consciente”⁹, “acontecimentos a longo prazo ou (...) eventos políticos especialmente repentinos, comoções, etc”¹⁰, convertendo-se, sobretudo com a Revolução Francesa, em “conceito meta-histórico, separando-se completamente da sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social”. Por outras palavras: “o conceito adquiriu um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens na revolução. O processo revolucionário e a consciência da revolução, despertada por esse mesmo processo e sobre ele retroagindo, tornam-se desde então inseparáveis”¹¹.

Disponíveis para os ativistas políticos designarem propósitos, programas e práticas, as palavras “transição” e “revolução” transportaram e transportam em si mesmas, haja ou não consciência disso, uma combinação de elementos que permanecem ativos, embora desigualmente ativos, na sua longa duração. Referem-se, pois, a processos lineares, contínuos, progressivos, irreversíveis, com pontos de rutura mais ou menos profundos e períodos de suspensão da “ordem estabelecida” mais ou menos prolongados, tumultuosos, violentos. Numa palavra-de-ordem como “25 de abril sempre! Fascismo nunca mais” circula o reconhecimento de um facto ou uma aspiração de irreversibilidade.

Um conhecido poema de Sophia de Mello Breyner Andersen é a expressão justa – quero dizer: rigorosa, precisa – da revolução como absoluto. Permito-me lembrá-lo:

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”

Não vou repetir agora uma análise minuciosa do poema que já apresentei noutra oportunidade. É suficiente sublinhar o seguinte: o poema de Sophia instala o leitor numa situação utópica e ucrónica. Especialmente relevantes para o propósito atual são as formulações “o dia inicial” e o “livres habitamos a substância do tempo”.

O poema de Sophia leva-nos ao encontro de uma importante observação de Giorgio Agamben: “a tarefa original de uma autêntica revolução não é jamais simplesmente “mudar o mundo”, mas também, e antes de mais nada, “mudar o tempo”. O pensamento político moderno, que concentrou a sua atenção na história, não elaborou uma concepção correspondente de tempo”¹².

Percebe-se onde estamos e o que é necessário fazer. Estamos no limiar do abandono do território da modernidade, um limiar e um abandono que nos são exigidos pela intempestividade do 25 de abril tal como pôde ser enunciado num discurso poético.

⁸ Idem, o.c., p. 64.

⁹ Idem, o.c., p. 66.

¹⁰ Idem, o.c., p. 66.

¹¹ Idem, o.c., p. 69.

¹² G. Agamben, o.c., p. 111.

Porquê abandonar? Precisamente para estarmos à altura da intempestividade do Acontecimento. O 25 de abril ocorreu em determinada circunstância histórica mas transcendeu a circunstância; a sua profundidade prefigurou uma transformação da concepção de tempo. Ocorreu no tempo e mudou de tempo.

É necessário, pois, seguir o caminho entreaberto. Deixaremos a modernidade entregue ao trabalho infinito de ampliar as suas próprias promessas e premissas para sugerir os traços gerais de um outro regime de temporalidade, cujo esboço encontramos em «O que é o contemporâneo?», um outro célebre texto de Giorgio Agamben.

De facto, *pensar o 25 de Abril* em 2024, situar com rigor tudo o que aconteceu desde há cinquenta anos até hoje, literalmente, pensar sobretudo a sua intempestividade, requer uma reconversão teórica.

As consequências teóricas e políticas desta opção não me parecem menores.

2.

O conceito de Revolução desempenhou um papel histórico. Mas na autoconsciência de se dar a conhecer como *o dia inicial* converteu a mudança social em explicitação ou desdobramento ou concretização de possibilidades concentradas e conscientemente presentes nesse momento de génese. *Como se* a revelação do dia inicial tivesse apagado, desvitalizado o passado e *como se* a revolução tivesse terminado quando supostamente se esgotaram as possibilidades nela inicialmente existentes.

Pensar o decurso histórico da Revolução como um devir homogéneo, tendencialmente linear e irreversível desencadeado por uma circunstância-génese dificulta o reconhecimento e a valorização quer do imprevisto aleatório quer da permanência ativa do complexo subterrâneo que se dá a conhecer pelo nome de “mentalidade”: “os historiadores falam de “estrutura mental”, de “visões de mundo” para designar os traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe aos contemporâneos sem que eles o saibam”, traços de sabedoria anónimos, sabedorias empíricas que regulam as relações familiares das coletividades humanas com cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além”¹³.

Contra uma simplificação ideológica do Iluminismo e contra a imersão ingénuo no espírito da Revolução, é preciso sopesar uma impressionante conclusão de um estudo de Mariano Gago: “muita coisa relevante para a cultura científica ficou sensivelmente *igual*, desde o neolítico, antes e depois do aparecimento das ciências modernas, e constitui um traço de ligação singularmente uniforme que possivelmente ajudará a forte permanência, ao longo de vários séculos e até aos nossos dias, de representações comuns indiferentes, na sua continuidade histórica ao surgimento das ciências contemporâneas e às mutações tecnológicas que lhes estão associadas”¹⁴.

Pensar o 25 de Abril na sua contextualidade, na sua factualidade e na sua intempestividade é o exercício exaltante que todos conhecemos.

¹³ Jacques Le Goff (dir), «La Nouvelle Histoire», Paris: 1978, p. 423.

¹⁴ Mariano Gago, “Ciência e saber comum” in «A Ciência como Cultura», p. 42.

Não referirei nem a contextualidade¹⁵ nem a factualidade. Concentro-me na intempestividade. O propósito é mudar o ângulo de leitura e de interpretação no sentido do que Agamben designou por contemporâneo e que gira em torno do estatuto e das implicações da intempestividade.

Afirmar o intempestivo é identificar ou introduzir no presente uma estranheza, uma dissonância, uma resistência. Libertar o presente dos constrangimentos do historicismo que o nadifica em nome do passado ou em nome do futuro e criar condições para torná-lo visível e dar-lhe consistência. E assim procedemos à crítica do conceito de transição. É um imperativo teórico: “não renunciar ao conceito de um presente que não é transição mas para no tempo e se imobiliza”¹⁶.

Assim pensável e assim pensado, o presente apresenta-se intempestivo, internamente fraturado, ontologicamente *desomogêneo*.

As consequências teóricas desta posição afiguram-se claras. É um outro regime de tempo e espaço que está imanente a esta decisão de assim pensar o presente porque este pensamento do presente implica um outro pensamento da historicidade.

É preciso ser capaz de perceber o presente como *arcaico*, isto é, próximo da *arquê*, da *origem*. A origem não está situada num passado cronológico, é co-extensiva ao devir histórico e não cessa de operar nele, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto”¹⁷.

Apreender as formas, as modalidades, as imagens da arquê no devir histórico é a chave deste regime de historicidade. A visão linear é inútil porque a cronologia está ausente. Temos de nos haver aqui com a discronia, com a capacidade de uma aproximação ao tempo, às circunstâncias do tempo, aos problemas do tempo e, ao mesmo tempo, a capacidade de vermos as circunstâncias e os problemas à distância. Aderir ao tempo através de uma dissociação e um anacronismo¹⁸. Aprofundar as virtualidades hermenêuticas da distância, diria Enzo Traverso¹⁹.

¹⁵ Lembremos – mas é unicamente um apontamento – que, se abrirmos um pouco o arco cronológico estabelecido para este Colóquio, o 25 de Abril ocorreu seis meses depois do desenlace fascista da experiência da Unidade Popular no Chile (está por estudar ainda, suponho, a *presença* em Portugal da experiência chilena) e ocorreu no contexto singularmente complexo de que são sinais: a eleição de Karol Wojtyła como Papa João Paulo II em outubro de 1978; a designação de Margaret Thatcher para presidir ao governo do Reino Unido em maio de 1979; o regresso de Khomeini ao Irão, em dezembro de 1979; a fundação do Sindicato Solidariedade em setembro de 1980; as eleições de François Mitterrand e de Ronald Reagan para as presidências de França e dos Estados Unidos.

O elemento talvez mais decisivo da *transfiguração* que procuro sintetizar foi a publicação de «A Condição Pós-Moderna» de Jean-François Lyotard (1979). Para além da projeção mediática da noção “pós-modernidade”, a obra desenvolvia dois temas, diria, seminais: a decomposição das condições das Grandes Narrativas, que colhia em cheio a interpretação do marxismo como filosofia da história que estava a ser problematizada, por outro lado, pela edição de «O Arquipélago de Gulag» de Alexandre Soljenitsyne; sobretudo: a questão do estatuto do saber nas sociedades informatizadas. Pensar o 25 de Abril na sua contextualidade é, também, pensar o grau de afinidade histórica com estas duas circunstâncias: a crise do futuro, que resulta da erosão das grandes narrativas; a afinação da sociedade de controle a partir da própria noção de saber.

¹⁶ Walter Benjamin, “Sobre o conceito da História” in «Obras Escolhidas. I: Magia e Técnica. Arte e Política». São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 230.

¹⁷ Giorgio Agamben, «O que é o contemporâneo? e outros ensaios». Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 69.

¹⁸ Idem, o.c., p. 59.

¹⁹ 211-249.

3.

Ao espacializar o modo da sua intervenção, os movimentos sociais, através da *situação* no espaço presente e pela proliferação intensiva de tempos vários que os participantes trazem ao que quer continuar a ser um conjunto inorgânico, desenvolvem em ato o pensamento de uma outra temporalidade.

A novidade dos movimentos sociais e a sua irredutibilidade à lógica revolucionária sinalizam um novo regime de tempo e espaço. Os movimentos sociais pertencem hoje à paisagem política comum mas constituem uma novidade epocal que obriga a uma reorganização da nossa experiência histórica.

Enquanto a lógica revolucionária, como vimos, assentava no pressuposto do “dia inicial” como *recomeço absoluto*, o que corresponde a uma mudança *de* tempo (a articular, sempre com dificuldades, com uma planificação social do futuro, que corresponde a uma mudança *no* tempo), os movimentos sociais genuínos, os que não são instrumentos de ação oculta de procedimentos políticos tradicionais nem estão confiscados pelo poder económico em hegemonia crescente na sociedade de controle, privilegiam o espaço e não o tempo e, ao fazê-lo, deslocam o momento decisivo do ativismo de uma tomada de consciência para a intensidade de uma presença performativa.

O que politicamente aconteceu em 2011 e que já foi designado por “reconquista do espaço público”²⁰, talvez possa filosoficamente elaborar-se não só nem principalmente como um privilégio do espaço mas como o anúncio ou o sinal de que já estamos a viver um regime de tempo e de espaço diferente daquele em que o conceito de revolução ganhou forma.

A Arte já nos tinha dado um sinal nos princípios do século XX: na pintura, a Arte rejeitou a representação, elaborou a rejeição e pensou o espaço de outro modo.

Agora, a pergunta que se impõe é, talvez, a seguinte: como pensar a mudança (histórica, social) sem teleologia? O que muda, se se rejeita a teleologia? A questão impõe-se: porque é justamente a teleologia (a finalidade última que dá sentido e coerência retroativa a todo o processo) que é posta em questão pela percepção de que o presente pode surpreender. A surpresa não é um elemento da teleologia. Mas a surpresa foi e é um elemento relevante do 25 de Abril.

²⁰ Cf.: David Harvey... e al, «Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas». São Paulo: Boitempo:Carta Maior, 2012.

RECENSÃO

REVIEW

SCHWARCZ, Lilia Moritz – *Imagens da Branquitude: A Presença da Ausência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. 427 p. ISBN 978-85-359-3785-5.

Daniel Florence Giesbrecht

daniel.giesbrecht@uc.pt

UC/FL/DHEEAA e Centro de Estudos Interdisciplinares da UC

ORCID: 0000-0003-4142-6860

1. O ano de 2024 será particularmente marcante para aqueles que, como no meu caso, acompanham a trajetória da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, professora da Universidade de São Paulo e de Princeton. Com um conjunto de obras que se tornou referência para gerações de cientistas sociais, Lilia Schwarcz consolidou sua reputação como uma das intelectuais mais influentes do Brasil. Suas publicações, amplamente reconhecidas, destacam-se tanto pela qualidade de sua produção acadêmica quanto pelo impacto de suas reflexões, tendo sido galardoadas por diversas ocasiões. Em junho de 2024, foi eleita para a Academia Brasileira de Letras (ABL), reconhecimento que ressalta a importância de sua produção intelectual no cenário acadêmico e cultural brasileiro; em agosto, lançou a sua mais recente obra, *Imagens da Branquitude: A Presença da Ausência*, publicada pelo selo da Companhia das Letras. Em uma entrevista recente concedida a mim e à antropóloga Patrícia Ferraz de Matos, a autora definiu o *Imagens da Branquitude* como “um desses projetos de vida, fruto de anos de reflexão sobre como lidamos mal com documentos imagéticos, tratando-os apenas como ilustrações, quando são documentos poderosos” (Giesbrecht et al., p. 6, 2024). Todos que acompanham os trabalhos de Lilia Moritz Schwarcz reconhecem que seu interesse pela iconografia remonta aos tempos de *Espetáculo das Raças* (1993). Contudo, esse entusiasmo tornou-se uma marca distintiva de sua produção acadêmica – quase uma assinatura – a partir da publicação de *As Barbas do Imperador* (1998).

2. Antes de adentrar os aspectos centrais da obra, inicio com algumas observações pontuais – críticas de caráter estritamente protocolar. A primeira refere-se a uma nota de rodapé inserida por Lilia logo após a apresentação do título do primeiro capítulo – *Eles que são brancos que se entendam! Ou, afinal, o que é branquitude?* Nessa nota, a autora adverte que, mesmo sendo um capítulo de grande importância para o livro, por apresentar uma série de trabalhos que o antecederam e que foram fundamentais na construção dos seus argumentos, “para aqueles que não queiram entrar nesta espécie de arqueologia do conceito, é possível pular o capítulo e seguir em frente com os demais, que são mais voltados a temas particulares envolvendo o exame do fenômeno branquitude e se valem da análise de imagens como fio condutor” (p. 39). Essa mesma advertência aparece novamente no início do quinto capítulo, criando a impressão equivocada de que partes da obra podem ser dispensáveis. Como alguém que acompanha os trabalhos de Lilia Schwarcz desde seu primeiro grande sucesso, *Espetáculo das Raças*, acredito ser possível afirmar, com propriedade, que a autora alcançou algo raro no campo das ciências humanas: a capacidade de escrever de forma acessível sem perder o rigor acadêmico. Sua narrativa envolvente aproxima-se da literatura, ampliando sua base de leitores para além do

público especializado, o que é, sem dúvida, uma marca de sua trajetória. Contudo, ao sugerir que os leitores “pulem” capítulos como estes, que oferecem um sólido fundamento teórico, talvez por considerá-los demasiado complexos, arrisca-se desvalorizar uma seção indispensável para a compreensão das análises que se seguem.

A segunda crítica refere-se ao tamanho reduzido de algumas das imagens apresentadas na obra. Durante a leitura da edição em papel, senti a necessidade de recorrer ao computador em várias ocasiões para visualizar com mais clareza as imagens examinadas. Tal questão poderia ser repensada em futuras edições, uma vez que as análises iconográficas realizadas por Lilia Moritz Schwarcz apresentam precisão e profundidade impressionantes, exigindo que o leitor tenha acesso aos mínimos detalhes das representações. Portanto, devido à relevância dos documentos imagéticos como elemento condutor dos argumentos da autora, um formato que amplie a visualização dessas figuras engrandeceria ainda mais a experiência de leitura e permitiria ao público acompanhar as interpretações das obras de forma mais completa.

3. *Imagens da Branquitude* é dividido em oito capítulos temáticos, somados a uma introdução e considerações finais. O livro apresenta uma análise crítica que se desenvolve de forma não linear, como um mosaico, com seus temas escolhidos cuidadosamente: mapas coloniais, monumentos públicos, alegorias, representações de maternidade negra, propagandas de sabonetes e discursos sobre branqueamento, sendo cada capítulo um ensaio independente, mas interconectado com o restante da obra, proporcionando ao leitor diversas informações para compreender o fenômeno da branquitude.

A metodologia interdisciplinar é outro ponto forte. Lilia Schwarcz não apenas descreve imagens, mas as lê criticamente, contextualizando-as em sua historicidade. Sua análise visual é enriquecida por referências a diversos autores, como Ernst Gombrich, que discute como a arte molda percepções (p. 216); Michel Foucault, cuja noção de biopoder ajuda a compreender como a branquitude organiza corpos e territórios (p. 43); e bell hooks, ao destacar como as representações visuais performam exclusões e reificam hierarquias raciais (p. 67).

No primeiro capítulo da obra, é apresentado um “estado da arte” detalhado sobre o conceito de branquitude, introduzindo o leitor às origens do termo e à forma como ele tende a se estruturar e operar no cotidiano enquanto norma invisível. Ademais, Lilia Schwarcz introduz os fundamentos teóricos para as análises posteriores, apresentando um panorama dos debates acadêmicos em torno da branquitude e os situando no contexto das dinâmicas raciais. Dialogando com Peggy McIntosh, Frantz Fanon, Kabengele Munanga e outros renomados autores, Lilia apresenta a branquitude como um privilégio estruturado, capaz de conferir vantagens materiais e simbólicas àqueles que ocupam essa posição privilegiada (p. 52). Essa interpretação me fez recordar os entendimentos desenvolvidos por George Lipsitz em *The Possessive Investment in Whiteness* (1995), em que Lipsitz argumenta que a branquitude não se limita a um estado de ser, mas configura-se como um “investimento possessivo” em sistemas que privilegiam historicamente os que dela se apropriam. Partindo dessa lógica, Lilia Schwarcz consegue demonstrar, de maneira verossímil, como, no Brasil, a branquitude é reforçada por discursos meritocráticos que frequentemente disfarçam desigualdades históricas ao transformar privilégios em supostas conquistas individuais. Esse “investimento possessivo” é expresso também nas representações visuais analisadas ao longo do livro, em que a autora demonstra como elementos

aparentemente neutros – como mapas, monumentos e propagandas – servem para reforçar narrativas de exclusividade branca, consolidando a branquitude como norma estética, cultural e social.

4. Conforme avançava na leitura de *Imagens da Branquitude*, sentia-me cada vez mais estimulado a dialogar com outros autores e a refletir “além das linhas do texto”. Por exemplo, quando Lilia Schwarcz enfatiza a necessidade de novas formas de ler as obras europeias a partir de uma perspectiva decolonial (pp. 197-198), fui imediatamente levado a revisitar o conceito da “colonialidade do poder”, formulado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000). De acordo com esse intelectual, a colonialidade não é apenas um período histórico, mas uma estrutura que persiste na organização social contemporânea, especialmente na manutenção das hierarquias raciais. Lilia parece concordar com perspectiva semelhante ao descortinar como a branquitude brasileira foi moldada pelo colonialismo, especialmente por meio do mito da mestiçagem. Ao romantizar o embranquecimento, o Brasil esconde a violência estrutural que sustentou essa narrativa, acabando por encontrar novas formas de reinventar a branquitude, adaptando-a aos discursos contemporâneos, como o da meritocracia, para manter suas posições de poder.

Lilia Schwarcz consegue deixar claro ao longo de sua obra que os documentos imagéticos, independentemente de suas naturezas, não são meramente descritivos, mas performativos. Ao retratar populações indígenas como selvagens ou exóticas, e africanas como primitivas ou bestiais, por exemplo, os artistas e cartógrafos não apenas reproduziam estereótipos, mas também contribuíam ativamente para legitimar a violência colonial (pp. 77-86). Do mesmo modo, ao descrever mapas e gravuras nos quais os continentes aparecem antropomorfizados, com a Europa simbolizada como uma mulher coroada, carregando atributos de civilização e domínio, enquanto a América e a África são figuradas como mulheres desnudas, associadas à fertilidade e à barbárie, a autora explicita que essas alegorias não eram apenas ferramentas de exploração, mas dispositivos de identidade coletiva que vinculavam os europeus a uma narrativa de superioridade racial (pp. 119-123).

Rememorando o trabalho pioneiro de Edward Said em *Orientalismo*, no qual o autor israelense analisa como o Oriente foi transformado em um “outro exótico” pela cultura ocidental, Lilia Moritz Schwarcz traça um paralelo ao demonstrar como os mesmos estratagemas foram utilizados para construir representações sobre a África e a América Latina (p. 120). A autora reforça seus argumentos ao ancorar o uso das imagens como dispositivos de poder no conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, refletindo como tais representações visuais também funcionaram para consolidar narrativas de dominação e exclusão (p. 273). No caso brasileiro especificamente, Lilia conecta essas representações de maneira historicizada, analisando como o Brasil, enquanto colônia, foi caracterizado como um espaço de exotismo e abundância, habitado por indígenas retratados de forma estereotipada. Essas imagens não apenas legitimaram a exploração dos territórios e dos próprios povos indígenas, mas também perpetuaram o imaginário da América como um espaço “natural” que seria dominado pelos europeus.

5. O texto dedicado aos monumentos e patrimônios públicos (4.º Capítulo) é, em minha opinião, dos mais emblemáticos. Nele, Lilia Schwarcz revela como a branquitude foi literal e simbolicamente esculpida na pedra e no bronze. Em sua leitura, as estátuas e construções urbanas reforçam narrativas de exclusão, apagando histórias negras enquanto celebram uma história única e eurocêntrica. Citando a escritora nigeriana Chimamanda

Ngozi Adichie, Lilia nos alerta para o perigo de uma “história única” e nos provoca a olhar para as lacunas – aquilo que foi deliberadamente omitido ou silenciado – e a entender como essas ausências moldam nossa percepção histórica e cultural.

Outro ponto alto da obra é a facilidade da autora em lidar criticamente com os marcadores sociais de gênero, raça e classe. A título de exemplo, o sexto capítulo de *Imagens da Branquitude* examina a figura das amas de leite, personagens historicamente relegadas à margem da memória coletiva, mas que ocupam um lugar central na intimidade das elites brancas brasileiras. Lilia Schwarcz utiliza a figura da ama negra para explorar as relações de poder racializadas que permeiam o ambiente doméstico brasileiro, mostrando, agora por meio de fotografias, como a branquitude foi construída não somente pela exclusão, mas também pela exploração direta e cotidiana dos corpos negros. Para isso, analisa representações em que as amas aparecem carregando crianças brancas, um gesto que reforça visualmente a ideia de que a branquitude é sustentada pelo trabalho invisível das mulheres negras.

Essas imagens, segundo a autora, são documentos impactantes que expõem as contradições de uma branquitude que é, ao mesmo tempo, dependente e excludente. Essa reflexão se alinha aos estudos de Achille Mbembe, singularmente em *Necropolítica* (2006), em que o filósofo camaronês discute como os corpos de populações negras são frequentemente reduzidos à função de suporte para a manutenção de privilégios de elites brancas. Lilia parece ir além dessa ideia, ao revelar como, no contexto doméstico, o corpo das amas negras era literalmente apropriado para garantir o conforto e a centralidade da branquitude (p. 211).

Embora focado no contexto histórico do XIX, a autora também reserva espaço para refletir sobre como as dinâmicas evidenciadas no capítulo continuam a se manifestar no tempo presente. De acordo com seus diagnósticos, figuras como das empregadas domésticas, babás e cuidadoras nas sociedades contemporâneas mantêm muitas das características das amas negras do passado, operando em condições de trabalho precárias e invisibilizadas socialmente. Essa continuidade funcionaria como uma espécie de lembrete de que as hierarquias simbólicas construídas ao longo da história permanecem profundamente arraigadas na sociedade brasileira (pp. 230-233).

6. O livro em análise apresenta uma ampla gama de temas tratados com notável competência, o que reflete a profundidade e o rigor característicos da autora. Infelizmente, no espaço limitado de uma resenha, torna-se inviável abarcar todos os aspectos explorados na obra, razão pela qual me concentrei aqui nos que considero mais relevantes.

Imagens da Branquitude: A Presença da Ausência configura-se como um marco nos estudos das relações raciais no Brasil, não apenas pela profundidade de suas interpretações, mas também pela habilidade singular de Lilia Moritz Schwarcz de dialogar com a academia e o público em geral. Ao reconhecer seu lugar de fala como mulher branca e judia, Lilia reforça que a desconstrução da branquitude começa com a autorreflexão crítica. Este gesto, no entanto, não é um fim em si mesmo, mas um ponto de partida que demanda uma ação coletiva, envolvendo tanto aqueles que ocupam posições de privilégio quanto os que resistem às estruturas que as sustentam.

Ao integrar análise teórica e imagética, Lilia Schwarcz nos oferece uma ferramenta poderosa para desestabilizar o que parecia naturalizado, questionando as hierarquias simbólicas que estruturam nossa sociedade. Sua obra é, simultaneamente, um convite à

reflexão profunda e um chamado urgente à ação transformadora. O desafio, como a autora tão bem nos mostra, é assumir essa tarefa sem reproduzir as sombras de um passado que persiste em moldar o presente.

Coimbra, 10 de dezembro de 2024

Referências Bibliográficas

- Giesbrecht, D. F., Matos, P. F. de, & Schwarcz, L. M. (2024). [Entrevista] Passados que Não Passam, Entre Vozes Silenciadas e Novas Narrativas. *Análise Social*, 59(253), 2-18.
- Lipsitz, G. (1995). The Possessive Investment in Whiteness: Racialized Social Democracy and the “White” Problem in American Studies. *American Quarterly*, 47(3), 369-387.
- Mbembe, A. (2006). Necropolitics. *Raisons politiques*, 21(1), 29-60.
- Quijano, A. (2000). *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina* (Vol. 13). Buenos Aires: Clacso.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (1998). *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras.



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



CENTRE FOR
INTERDISCIPLINARY STUDIES

CEIS20 | University of Coimbra